



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE SUPORTE: A MATÉRIA, A
FORMA E A FUNÇÃO INTERATIVA NA ATUALIZAÇÃO DE GÊNEROS
TEXTUAIS

Antônio Duarte Fernandes Távora

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA À BANCA
EXAMINADORA CONSTITUÍDA PELO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ COMO REQUISITO PARCIAL PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM LINGÜÍSTICA

ORIENTADORA: DRA. BERNARDETE BIASI-RODRIGUES

FORTALEZA – CE

2008

Esta Tese de Doutorado foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades (CH) da referida Universidade.

Autorizo, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

ANTÔNIO DUARTE FERNANDES TÁVORA

BANCA EXAMINADORA

DRA. BERNARDETE BIASI-RODRIGUES
PRESIDENTE - ORIENTADORA

DR. ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS XAVIER [UFPE]
PRIMEIRO EXAMINADOR

DRA. MARIA MARTA FURLANETO [UNISUL]
SEGUNDA EXAMINADORA

DR. NELSON BARROS DA COSTA [UFC]
TERCEIRO EXAMINADOR

DR. JÚLIO CÉSAR ROSA DE ARAÚJO [UFC]
QUARTO EXAMINADOR

DRA. MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE [UFC]
SUPLENTE INTERNO

DRA. ANTÔNIA DILAMAR ARAÚJO[UECE]
SUPLENTE EXTERNO

TESE DEFENDIDA E APROVADA EM 23/ 06/ 2008

DEDICATÓRIA

Para **Helcine Nobre**, quase tão doutoranda quanto eu nesses anos em que deixamos de viajar, ir ao cinema ou ir ver o show do Chico Buarque. Agora prometo que te levo ao próximo, nem que seja em Amsterdã.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma tese chega ao fim sem que muitas pessoas tenham contribuído para isso. Agradeço a todos vocês, que academicamente ou amorosamente me permitiram chegar ao fim dessa construção.

Bernardete, que sempre soube acolher meus pensamentos com o olhar generoso de quem quer ver idéias se frutificarem em projetos, dissertações e teses. Mais que isso, que adora ver seus pupilos construírem e abrirem seus caminhos. Evoé, Bernardete!

Júlio, mais que amigo, sem você, como poderia ter conseguido? Obrigado por tudo, mas por tudo mesmo! Você não existe.

Mônica Magalhães, que é a baixinha mais arretada do PPGL, nunca fez nada sem que ela tivesse colocado o dedo para deixar melhor. Você permitiu que eu tentasse corrigir equívocos neste trabalho. Se ele os tem, serão menores, pois você permitiu isso.

Nelson, que sempre acolheu meus pensamentos, que me deu oportunidades várias na academia e que me mostrou a arte de como se professar na nas salas de aula de uma pós-graduação. Um abraço discursivo-musical para você.

Dilamar, que me fez observações importantes na defesa do projeto.

Elvis Matos, que é responsável por eu estar em Fortaleza e por eu ter me tornado melhor a cada dia. Amo você.

Tatiane Paiva, que varou a noite comigo, não estávamos farrando, e ao seu namorado Erwin, de quem eu sou fã. Thati, Você é dez.

Dieb, que nem estuda suportes e me deu muitas dicas e amor, ao me ouvir em jantares e almoços, quando todos olhavam para o último pedaço de filé. Sem seu carinho e suas risadas, a vida seria muito mais difícil.

Alexandre Santos, que é um baita hermanito, designer de amabilidades.

Obrigado a FFB, por todas as gentilezas que me foram concedidas nesse período de doutorado.

Finalmente, a todos os meus irmãos e irmãs, a minha mãe e minha vó, Dona Lídia, que com seus noventa e sete anos, vive ensinado como se deve viver!

Obrigado!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é construir uma proposta para o conceito de suporte de gêneros textuais de modo a torná-lo operacional para analisar e relação suporte/gênero. Para efetivar a construção teórica elaborada nesta tese, retomamos noções teóricas que antecedem o conceito de suporte no intuito de demonstrar a inadequação de mobilizar certos conceitos para se estabelecer uma abordagem adequada. A construção teórica do suporte é precedida pela fundamentação de autores que se detiveram sobre o suporte, como Maingueneau (2001), Marcuschi (2003) e Bonini (2002, 2003, 2005). Partindo da contribuição desses autores, elaboramos três categorias responsáveis pela racionalização do objeto. Matéria, forma e interação são subcategorias teórico-metodológicas construídas para delimitar o conceito de suporte teoricamente e permitir futuras aplicações na análise de gêneros. A natureza teórica permitiu que realizássemos um movimento indutivo de reversão: dos construtos elaborados aos suportes como entidades empíricas e vice versa, o que possibilitou chegar à conclusão de que a materialidade promove contribuições à atualização de gêneros do mesmo modo que a forma. Foi possível ainda demonstrar como a noção de interação subsume o conceito de suporte, aspecto central para compreensão do suporte como objeto teórico na análise de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: SUPORTE. GÊNEROS TEXTUAIS. TEORIA.

ABSTRACT

The goal of this research is to build a proposal for the concept of textual support of genres to make it functional for analyzing the support/genre relation. To carry out the theoretical construction developed on this thesis, theoretical concepts that precede support concept were taken to demonstrate the inadequacy of mobilizing certain concepts to establish a suitable approach. The construction of the theoretical support is preceded by authors' studies as Maingueneau (2001), Marcuschi (2003) and Bonini (2002, 2003, 2005). From the contribution of these authors, three categories responsible for streamlining of the object. Substance, form and interaction are theoretical and methodological subcategories built to define the concept of support and allow future applications in the analysis of genres. The nature of theoretical thesis has brought an inductive reversal movement: from the elaborated constructs to media empirical entities and vice versa. This movement has allowed come to the conclusion that the matter promotes contributions to achieving of the genres, as well as the form. It was still possible to demonstrate how the notion of interaction subsume the concept of support, central aspect to understanding support as theoretical object in the analysis of genres.

KEY-WORDS: SUPPORT. TEXTUAL GENRE. THEORY

SUMÁRIO

ANTÔNIO DUARTE FERNANDES TÁVORA.....	1
Esta Tese de Doutorado foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades (CH) da referida Universidade.	2
Antônio Duarte Fernandes Távora	2
INTRODUÇÃO	11
1.1 A INTERAÇÃO MEDIADA POR GÊNEROS OU MENSAGENS.....	19
1.1.1 <i>Da interação promovida pelo noção de gênero</i>	20
1.1.2 <i>Da interação produzida pela noção de mensagem</i>	22
1.2 MENSAGENS E GÊNEROS: MEDIAÇÃO E INTERAÇÃO PELA LINGUAGEM.....	24
1.2.1 <i>Relendo mensagens: a interação permitida pela matéria/forma</i>	27
1.2.2 <i>Relendo a noção de gênero bakhtiniana</i>	34
2.1 OS SUPORTES NA PERSPECTIVA DISCURSIVA	42
2.1.2 <i>Os suportes como condição de êxito para o gênero</i>	42
2.1.2 <i>Mídium e suporte: a aplicação das categorias midiológicas</i>	44
2.1.3 <i>Aprofundando o conceito pragmático de condições de êxito</i>	50
2.1.4 <i>Gênero alinhado ao mídiun: a interação subentendida no conceito de dispositivo</i>	52
2.1.5 <i>Diferenciações dicotômicas de enunciados</i>	61
2.1.6 <i>Escrito e impresso: logosfera e grafosfera midiológicas revistas pela AD</i>	65
2.2 O SUPORTE NUMA PERSPECRTIVA TEXTUAL	66
2.2.1 <i>Em busca de parâmetros</i>	66
2.2.2 <i>O conceito de suporte</i>	69
2.2.3 <i>As categorias analíticas</i>	72
2.2.4 <i>Incidentalidade e convencionalidade dos suportes</i>	74
2.2.5 <i>A categoria serviços e sua relação com a atividade comunicativa</i>	78
2.2.6 <i>Formato do suporte versus gênero: uma problemática e uma análise</i>	79
2.2.7 <i>Formas de leitura versus compreensão receptora</i>	88
2.2.8 <i>A espera de continuidade: a revisão na questão do suporte dos gêneros textuais</i>	91
2.3 O GÊNERO E O SUPORTE NUMA PERSPECTIVA SÓCIO-RETÓRICA	92
2.3.1 <i>O modelo integrado de gêneros do jornal, um hiper-gênero</i>	93
2.3.2 <i>Gênero e suporte: noções conflitantes</i>	101
2.3.3 <i>As relações entre o suporte jornal e seus gêneros</i>	108
3 DO CONCEITO DE SUPORTE PARA A ANÁLISE DE GÊNEROS	115

3.1 DA EVOLUÇÃO MATERIAL DOS SUPORTES DE GÊNEROS ESCRITOS.....	119
3.2 A MATÉRIA COMO CATEGORIA PARA CONSTITUIR A NOÇÃO DE SUPORTE.....	130
3.3 A MATERIALIDADE DE ACESSO: A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA DE FORMA DO SUPORTE.....	141
3.3.1 <i>As possibilidades de atualização de linguagens nos suportes</i>	144
3.3.2 <i>A constituição do fluxo comunicativo e seus níveis de interatividade</i>	149
3.3.3 <i>Os procedimentos de formatação em dado fluxo espacial ou temporal</i>	162
3.4 A INTERAÇÃO COMO CATEGORIA QUE SUBSUME A NOÇÃO DE SUPORTE.....	174
CONCLUSÕES	193
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

A relevância dada ao estudo do gênero textual ou do discurso na academia pode ser sentida, em parte, pelo número de perspectivas que o abordam. Concepções sócio-retóricas, sócio-semióticas e sócio-discursivas agrupam conhecimentos e orientações epistemológicas distintas e representam a organização da produção acadêmica voltada ao gênero como objeto de estudo.

As diferentes perspectivas que abordam o gênero, como objeto, têm se refinado para equacionar diversas questões que nascem, naturalmente, da aplicação de modelos e teorias. É na prática da análise e na aplicação das categorias que nos deparamos com o alcance das proposições teóricas, ao mesmo tempo que com sua possibilidade de superação. Nesse sentido, podemos dizer que esta tese nasceu da insatisfação que tínhamos desde a dissertação de mestrado em relação à teorização referente aos suportes de gêneros.

Esse tipo de insatisfação impulsiona cada vez mais os pesquisadores a refinarem seus construtos teóricos, a exemplo do que se percebe em Swales (1990, 1992, 2004), representante da perspectiva sócio-retórica. Esse autor tem revisto seus posicionamentos sobre noções como comunidade discursiva ou propósito comunicativo, “repondo” seus próprios objetivos em busca de explicações do funcionamento e da estrutura de gêneros.

Uma das características desse tipo de revisão recai sobre a necessidade de reavaliar a medida da inclusão da sociedade nas atividades de textualização e de como as atividades de textualização são perpassadas pelo componente social. Nessa direção, podemos falar de gêneros como estruturas formais que representam a sedimentação de práticas discursivas, como artefatos formais que revelam a funcionalidade de determinadas atividades comunicativas, que são avaliadas por conceitos, como o de “propósito comunicativo”.

A exemplo do que se vê na retomada de categorias em Swales, esta tese se dedica a discutir a difusão dos gêneros, configurando uma

possibilidade revisional do que se tem proposto para a noção de suporte. O intento aqui realizado se reveste de relevância na medida em que dá continuidade a um processo de refinamento típico do fazer acadêmico, quando expõe à falseabilidade os construtos teóricos elaborados na academia e, por conseqüência, também nesta tese, em relação à noção de suporte e sua implicação para a análise de gêneros.

Diferente do que faz Swales em relação à sua própria construção teórica, esta tese não se realiza a partir de um processo de revisão da construção teórica do autor da tese, mas a partir do que diferentes perspectivas expõem sobre a temática, apesar de a idéia interveniente de Távora (2003, 2005) que orientou a intenção de pesquisa aqui realizada.

Esse retomar permite tanto o exercício avaliativo das perspectivas quanto o remontar do quadro epistemológico responsável pela orientação que alguns conceitos de suporte trazem embutidos em si. Isso implica não abordar um único corpo teórico, como a superação de certa orientação que se fez necessária em razão de um imperativo categórico ou de um recorte em determinado objeto. Pretendemos, ao contrário, retomar as proposições em torno do conceito de suporte, que não pertencem a uma única perspectiva.

Compreendemos a importância dessa pretensão revisional como uma tentativa de (re)propor o conceito de suporte no temário do estudo dos gêneros a fim de compreender a relação que se instaura entre ambos. Essa tentativa não se dá distante da avaliação que se faz dos artefatos formais que revelam a funcionalidade de determinadas práticas comunicativas, como se disse anteriormente, em relação ao gênero.

O aporte deste trabalho pode ser sentido como contribuição teórica específica quando se avalia o alcance e os limites das abordagens aqui revistas, tais como: a perspectiva discursiva Maingueneau (2001) que vê os suportes como força material dos discursos; a perspectiva textual de Marcuschi (2003), para quem o suporte tem a função (reduzida) de fixar e mostrar o gênero e as análises dos gêneros do jornal realizadas por Bonini (2004, 2003 e 2005), que entende o jornal como um hiper-gênero.

Maingueneau (2001), por exemplo, vê a realização do discurso em um suporte como condição de êxito, e de certa forma utiliza seu conceito de suporte como uma técnica hermenêutico discursiva que busca significação no entorno social materializado pelo suporte, como elemento que altera os gêneros do discurso e garante práticas discursivas específicas.

Como empreendedor de um estudo que se inscreve dentro de uma perspectiva sócio-discursiva, acatamos certos posicionamentos de Maingueneau (2001) na mesma medida em que negamos outros: a falta de foco no aspecto interativo de sua construção teórica, a confusão que faz em torno do conceito de suporte, que o autor foi buscar na Midiologia de Debray (1993) e que, de certa forma, não é adequadamente recolocada por Maingueneau (2001).

A tentativa de reavaliar o objeto nos levou a (re)propor o conceito de suporte baseado em outra perspectiva, diferentemente do que foi feito por Marcuschi (2003) e Maingueneau (2001). Na busca por uma formulação que permitisse compreender o suporte de gêneros como objeto, a leitura das práticas analíticas de Bonini (2005) funcionaram como pistas para a compreensão de como deveriam ser tratadas questões que dizem respeito à forma do suporte. Bonini (2005) não conceitua suporte, apesar de criticar a perspectiva de Marcuschi (2003), mas revela a dinâmica formal de realização de gêneros no jornal, compreendido por ele como hiper-gênero.

Essa revisão conceitual, bem como os antecedentes da noção de suporte formam o esteio sobre o qual as discussões realizadas aqui se sedimentam. A partir dessas leituras e da maturação de certos conceitos que foram realizados ao longo de nossa formação no mestrado e no doutorado, chegamos aos problemas de pesquisa analisados, eles se referem a uma inquietação relativa aos “portadores”, ou melhor dizendo, aos difusores de gêneros e de como essa inter-relação entre ambos poderia ser explicada, vejamos:

- a) Como a materialidade dos suportes pode contribuir para a atualização de gêneros?

- b) Como a configuração formal dos suportes institui restrições ou favorecimentos à constituição dos gêneros?
- c) Qual a ingerência da materialidade e da forma para o estabelecimento da interação mediada pelos suportes?
- d) De que maneira a interação subsume a noção de suporte e como as categorias de matéria e de forma podem ser usadas para a análise de gêneros?

Quando construímos a hipótese de que a interação é uma categoria que subsume quaisquer perspectivas que tentem constituir a noção de suporte, começamos a postular que, para se poder analisar os processos interativos, deveríamos atentar para duas outras categorias constituintes da noção de suporte: matéria e forma.

O suporte é visto nesta tese como uma entidade de interação, que se realiza graças a uma materialidade formalmente organizada, que permite que se avaliem os processos de difusão aos quais os gêneros estão submetidos sejam eles + orais ou + escritos.

Esses processos de difusão podem ser vistos como constritores da realização genérica, pois através deles se pode flagrar a dinâmica de como a matéria e a forma dos suportes garantem processos interativos. A matéria e a forma instituem procedimentos interativos nos suportes e, a partir desses procedimentos, pode-se ver a situação imediata (aspecto micro da interação) e o contexto social mais amplo (aspecto macro da interação). É nesse jogo de figura e fundo em que os gêneros, como artefatos socialmente situados, realizam-se, e é nesse sentido que se pode afirmar que o suporte pode trazer ingerências para a análise de gêneros.

Pretendeu-se que a matéria, a forma e a interação, além de serem divisadas como categorias teóricas que constituem a noção de suporte, pudessem também ser compreendidas como categorias de ordem metodológica, que ao se ramificarem em outras subcategorias poderiam ser utilizadas como critérios de análise capazes de revelar a influência do suporte na atualização dos gêneros. Em razão disso, a matéria, por exemplo, se

constitui em entidade material de registro e de acesso para que se possa falar em atualização de linguagens, conseqüentemente de gêneros.

Registro, acesso e atualização são responsáveis pelo processo de difusão, que num primeiro momento, é responsável pelo enquadramento da situação interativa em sentido estrito. Num segundo momento, as condições de difusão permitem olhar para as realizações genéricas dessa situação específica como prática interativa sócio-historicamente situada, como prática interativa e social em um aspecto amplo.

Tal prática interativa, em que se observa o aspecto imediato e o aspecto mais amplo, é vista através das outras categorias constituintes de nossa noção de suporte, matéria e forma. Portanto, podemos dizer que as três categorias teóricas elaboradas para a definição do conceito de suporte são também categorias metodológicas.

Nesse sentido, a tese não apresenta um capítulo exclusivo de metodologia, já que, ao passo que construímos teoricamente as categorias, lançamos mão de exemplares de suporte, como jornal, *outdoor*, televisão, numa aplicação das categorias constituídas a análises que se fazem contíguas à teorização estabelecida, com o fito de demonstrar a influência do suporte em uma situação real de atualização genérica.

Esse aspecto teórico-metodológico aqui constituído tem a pretensão de permitir ver realizados os seguintes objetivos:

- a) Elaborar uma construção teórica para a categoria de materialidade dos suportes para se avaliar sua contribuição para a atualização de gêneros.
- b) Demonstrar teoricamente como a configuração formal dos suportes institui restrições ou favorecimentos à constituição dos gêneros.
- c) Explicar a ingerência que a materialidade e a forma estabelecem para uma interação mediada pelos suportes.

- d) Ratificar como a interação subsume a noção de suporte e como as categorias de matéria e de forma podem ser usadas para análise de gêneros.

Para a consecução desses objetivos, fez-se necessário estabelecer um curso teórico que nasce com a apreciação dos conceitos antecedentes da noção de suporte e que, de certa forma, formam “conceitos prévios” que habitam noções cristalizadas na academia.

Nesse sentido, podemos afirmar que o primeiro capítulo é um retomar dos limites restritivos de noções, como a de canal, oriunda da Teoria Matemática da informação. Do mesmo modo, retomamos conceitos que se fazem presentes na noção de gênero e tentamos demonstrar como a noção interação é compreendida quando relacionada a conceitos, como “mensagem” e “gênero”.

Toda constituição do primeiro capítulo visa aproximar o leitor de conceitos “inocentemente” cristalizados em proposições acadêmicas “legitimadas”, na mesma medida em que permite lhes apontar a filiação teórica e a base epistemológica, assim como o reducionismo de suas possibilidades explicativas para o fenômeno de atualização de gêneros.

No segundo capítulo, apresentamos as concepções relativas ao conceito de suporte e nele discutimos aspectos que, de acordo com nossa compreensão, consideramos adequados ou que devem ser descartados. As proposições estabelecidas por Maingueneau (2001), Marcuschi (2003) e Bonini (2003, 2004, 2005) reificam perspectivas discursivas, textuais e sócio-retóricas, respectivamente. Tais posicionamentos são avaliados e podemos dizer que, em certa medida, esta tese só se mostra dialogicamente possível em razão das observações e da maturação desses autores em relação à temática.

No terceiro capítulo, propomos nossa construção para as categorias do nosso conceito de suporte. Lá tentamos responder boa parte dos questionamentos que nos inquietaram em relação à noção de suporte. Não nos seria possível chegar às formulações do conceito de suporte nesse capítulo e na tese, não fossem as contribuições de Xavier (2002), a quem devemos a tentativa de agrupar suportes em razão da avaliação de sua materialidade,

empreendimento por ele realizado com o objetivo de propor a tela do computador como suporte do hipertexto.

Mesmo não concordando integralmente com o autor, é a partir de algumas de suas proposições que passamos a repropor a materialidade dos suportes como categoria que constitui a noção de suporte. Dando prosseguimento retórico ao terceiro capítulo, elaboramos a categoria de forma, construto teórico-metodológico que permite análises de como os processos de atualização de linguagens interferem na constituição dos gêneros.

Desta maneira, forma será vista como configuração formal, da qual participam noções como **possibilidades de atualização, fluxo e procedimentos de formatação**. Essas três noções que constituem a categoria de forma do suporte funcionam tanto como pressupostos teóricos que permitem parte da determinação do suporte como objeto teórico quanto como categorias de análise que permitem avaliar a inter-relação que se estabelece entre o suporte e o gênero.

Dando prosseguimento ao capítulo três, abordamos o conceito de interação elaborado por Bakhtin/Volochinov (2006), adotado nesta tese. A partir das prerrogativas estabelecidas pelo autor, intentamos avaliar como a noção de interação fornecida pela perspectiva bakhtiniana permite afirmar que o conceito de interação subsume a noção de suporte e como as categorias de matéria e de forma podem ser usadas na análise de gêneros.

Finalmente, na conclusão, ratificamos aspectos levantados ao longo dos capítulos e que consideramos produtivos para empreender análises da inter-relação que se instaura entre o suporte e o gênero. Essa contribuição acadêmica é pretensamente considerada produtiva por nós, na medida em que permite o avançar da discussão acadêmica sobre o conceito de suporte de gêneros, pelo menos até ser exposta ao crivo de futuras releituras e reavaliações.

1 ANTECEDENTES DA NOÇÃO DE SUPORTE: O LUGAR DA INTERAÇÃO

Neste capítulo realizamos um exercício crítico de revisão em torno das noções de mensagem e de gênero, que antecedem as de suporte. A avaliação sobre a interação que resulta da aplicação das noções de mensagem e de gênero é desenvolvida, neste capítulo, em torno de duas perspectivas relativas à linguagem: uma estruturalista, em que se alberga a idéia a mensagem; e outra enunciativista, em que flagra o conceito de gênero.

Neste exercício, tentamos demonstrar de que maneira os suportes, como objetos do mundo, dialogariam com essas duas perspectivas, uma vez que os conceitos referentes ao suporte como teoria ainda não eram postos em discussão. Tomando como base as perspectivas estruturalista e enunciativista tentamos flagrar como o suporte a elas se ligariam, no intuito de mostrar como a falta de uma teoria sobre o suporte limita as possibilidades de compreensão dos processos interativos e da própria noção de comunicação.

1.1 A interação mediada por gêneros ou mensagens

A situação-problema de indeterminação teórica que envolve o suporte será abordada nesta seção através de um exercício avaliativo que propõe inscrever os limites de sua definição dentro da noção de interação. Isso significa que, ao retomar a mediação de mensagens (na Lingüística Estrutural) ou de gêneros (na área de Análise de Gêneros), estamos lançando mão de um procedimento crítico de reinterpretação no qual nos valem da interação como um conceito de ordem superior em que se pretende situar a noção de suporte a partir de sua ausência nas perspectivas abordadas.

Gêneros ou **mensagens** são termos que pertencem a fases e momentos distintos do estudo da linguagem e, apesar de alinhados aqui, não estabelecem um paralelismo adequado: a Lingüística Estrutural tenta explicar o processo de difusão de mensagens com base na Teoria Matemática da

Informação; a área de Análise de Gêneros os concebe de forma tão diversificada quanto suas abordagens.

O que passamos a pôr em paralelo são, portanto, as divisas teóricas que, apesar de não terem o suporte como um objeto arquitetado de suas construções, permitem discuti-lo. Vejamos como o processo interativo perpassa esse paralelo, iniciando a discussão aqui pretendida com o autor que parece ser o discurso fundador da noção de gêneros, Aristóteles.

1.1.1 Da interação promovida pelo noção de gênero

Desde Aristóteles (s.d), para quem havia três gêneros: o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo (ou epidíctico), tem-se uma noção de troca viabilizada por papéis sociais ocupados por indivíduos que preenchem determinados lugares sociais. Os três gêneros citados em *Arte Retórica* são exemplos de como os gêneros permitem que se visualizem os papéis dos oradores e dos auditórios constituídos por cidadãos da *Polis*, por juízes ou por um auditório geral. O gênero em Aristóteles, portanto, se diferencia de suas espécies em razão de sua natureza interativa, primeiro elemento distintivo.

Na concepção aristotélica de gêneros, a noção de fim ou propósito já estava associada a um gênero em questão, assim como a audiência por ele pretendida. O mesmo se pode dizer das modalidades orais e escritas, ainda que não se possa colocá-las, nos dias de hoje, da mesma maneira como foi posta por Aristóteles (s/d.) em *Arte Retórica*.

Algumas concepções aristotélicas, de forma diferenciada, são recolocadas no século XX por Bakhtin, (2000 [1952]), que recupera alguns dos principais conceitos aristotélicos: estilo¹, conteúdo, audiência, “estrutura composicional” e, até mesmo, o conceito de objetivo comunicativo ou propósito,

¹ O livro terceiro de *Arte Retórica* (Aristóteles, s.d) dedica-se ao estilo, com tópicos como *o estilo próprio de cada gênero*. Ainda no livro terceiro, as *partes do discurso* abordam sua composição, ou “estrutura composicional”.

redefinido por Bakhtin como “intuito, o querer dizer do locutor” (BAKHTIN, 2000, p. 299).

Sobre conteúdo ou tema, vê-se que o gênero deliberativo descrito em “Arte Retórica” constitui-se tematicamente por uma recorrência a assuntos que tratam de finanças, defesa nacional, importações, exportações e legislação. Sobre objetivo comunicativo, Aristóteles (*op.cit.* p. 39) expõe, no livro primeiro, Capítulo III, que o gênero deliberativo tem como *papel* aconselhar ou desaconselhar o auditório sobre algo.

Até mesmo a noção de *esfera de comunicação humana*, construção bakhtiniana, pode ser inferida na concepção aristotélica de auditório através do enquadramento social dos produtores e dos receptores dos gêneros da *Polis* grega. Não é a toa que os três tipos de “auditório” em Aristóteles eram um **juiz** (a quem era dirigido o discurso jurídico), que julgaria fatos passados ou futuros; o **cidadão** (a quem eram destinados os discursos deliberativos na *Ágora*), que decidiria com seu voto os destinos da *Polis*; e o **ouvinte** (a quem se dirigia o orador, provavelmente em situações sociais de louvação a pessoas ou situações), que tinha o papel de avaliar a qualidade do discurso epidíctico proferido.

Dessas ocasiões em que os gêneros abordados por Aristóteles eram utilizados na Grécia antiga, é possível inferir como a noção de situação social, ou de papéis sociais dos indivíduos pode determinar o grupo, ou a “esfera de comunicação humana”, denominação bakhtiniana para o universo social em que circula e é esperado determinado gênero.

Ao avançarmos nos processos de descrição e refinamento de certos conceitos ao longo dos anos, por mais que variem as concepções epistemológicas que embasam certos termos: *auditório* para Aristóteles; *esfera de comunicação* para Bakhtin (2000); *comunidade discursiva* para Swales (1990, 1992); *domínio discursivo* para Marcuschi (2003); além das concepções dadas a esses agrupamentos sociais como: *protocomunidade discursiva*, *comunidade discursiva simples* e *comunidade discursiva complexa* (BONINI, 2002); ou mesmo *sistema de gêneros*, *conjuntos de gêneros*, estes como agrupamentos de gêneros que permeiam o exercício profissional de um

indivíduo e aqueles como agrupamentos de diversos gêneros usados por indivíduos de uma mesma instância profissional (BAZERMAN, 2005) o que se percebe, nessas orientações, é a intensa necessidade de se estabelecer teoricamente a relação necessária entre gênero e os processos interativos em sociedade.

Essa perspectiva de estabelecer correlações entre as atividades sociais e linguageiras, no entanto, não foi a única a florescer: a “interação” estabelecida pela emissão, mediação e recepção, que, na visão aristotélica era efetivada pela emissão do orador, mediada por um gênero e recepcionada por um auditório foi percebida de forma diferenciada pela perspectiva comunicacional, é dela que nos ocuparemos a seguir.

1.1.2 Da interação produzida pela noção de mensagem

A Teoria Matemática da Informação de Shanon e Wever (1949), que foi aproveitada como paradigma da Comunicação Social² e como paradigma para a própria Lingüística Estrutural (Jakobson 1991 [1953]), centrou seu processo descritivo nos elementos da comunicação. Posteriormente, Jakobson deu maior atenção às funções derivadas de tais elementos.

A noção de elementos da comunicação, emissor, receptor, código, mensagem, referente e canal (estabilizada e presente em manuais de Lingüística e até em livros didáticos) guarneceu um modelo de análise que tinha a pretensão de explicar cientificamente o processo comunicativo.

Exatamente em função da simplicidade do modelo, era possível estabelecer como se dava a construção de mensagens e de como uma rede de hierarquias se consolidava devido às *funções da linguagem*³, que se atualizavam nas respectivas mensagens em razão de um ou mais elementos da comunicação: canal, emissor ou receptor, etc.

² Para ser ter uma idéia dos diferentes paradigmas na Comunicação Social ver POLISTHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio ramos. **Teorias da comunicação**: o pensamento e prática do jornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

³ Tal conceito ainda se mostra bastante produtivo em análises mais recentes, como as que foram elaboradas por Vestergaard et Schrøder (2000 [1985], p. 49) em que se pode ver como função poética e referencial são usadas para tipificar segmentos textuais de um anúncio.

O canal era o responsável pela mediação ou transporte na Teoria Matemática da Informação. Em função disso, talvez, seja a noção menos elaborada, e a que mais se confunde com a concepção do que seria um suporte. No Brasil, por exemplo, tanto Bonini (2003) quanto Marcuschi (2003) retomam-no. O primeiro, de forma coerente, rejeita o conceito de canal, ao passo que o segundo retoma-o como elemento presente na noção de suporte.

O modelo comunicacional, tão difundido quanto criticado, estabelece um enquadre que forneceria explicações dos motivos pelos quais as “mensagens” seriam como são. Nesse momento histórico da Lingüística Estrutural, concepções como as de gênero textual ou discursivo não eram o foco, apesar de, no mesmo período⁴, ser possível ver como concepções mais radicalmente sociais das práticas de linguagem ganham corpo na construção de Bakhtin.

Ao passo que Jakobson (1991[1953] p. 21), ao adotar o conceito de *código* e *mensagem* (advindos da Teoria Matemática da Informação) como sendo a mesma dicotomia *língua* e *fala*, reafirma conceitos saussureanos; Bakhtin, no mesmo ano, promove uma discussão sobre o caráter normativo dos gêneros do discurso e estabelece uma ruptura com o **conceito de fala** saussuriano, que era ancorado no ato individual de vontade e de inteligência do falante. Destacavam-se, como características desse ato individual, as combinações utilizadas pelo falante para realizar o código da língua e o mecanismo psicofísico que permite exteriorizar tais combinações.

Bakhtin, no entanto, via os gêneros do discurso como entidades normativas, que são recebidas ativamente pelo falante, mas não são criações dele, e nesse sentido são essencialmente interativos. Este é o motivo pelo qual o enunciado bakhtiniano, mesmo que individual (como produção de um indivíduo), não poderia ser considerado como um ato individual e de vontade do falante, como uma combinação absolutamente livre das formas da língua.

⁴ É curioso que a data atribuída à produção de *Os gêneros do discurso* de Bakhtin é 1952 (Bakhtin 2000[1952]), mesma data da *Conferência de Antropólogos e Lingüistas*, realizada na Universidade de Indiana e proferida por Jakobson. Tal conferência abre o livro *Lingüística e Comunicação* (Jakobson, 1991[1953]).

A conseqüência disso recai sobre a oposição fala (enunciado) versus língua. Ela não poderia representar a realidade na concepção formulada por Saussure⁵, pois a fala, mesmo como manifestação individual, já é coletiva em função de os gêneros serem construções sociais mobilizadas pelo falante, elementos de interação.

Desta forma, o conceito de mensagem, embora enquadrado no esquema dos elementos da comunicação, não é índice de um processo interativo ou dialógico, é individual, não social. O canal é um duto por onde corre uma manifestação individual, elemento que permite o contato de individualidades, a interação é mecânica e não solidária. Eis um grande diferencial da perspectiva estruturalista para a enunciativista.

1.2 Mensagens e gêneros: mediação e interação pela linguagem

As interconexões e tentativas de explicação para os fenômenos que envolvem o processo de interação pela linguagem são instigantes. De forma diferenciada, percebe-se que os conceitos relacionados à mediação por “mensagens” ou “gêneros” englobam a interação por dois vieses bem distintos: **o da explicação da circulação de mensagens via canal, elemento responsável pela mediação** (apesar de ser explícito em Jakobson [1991] que a mensagem é compreendida via código), e o **da constituição de gêneros em dada “esfera de comunicação humana”⁶** em que o gênero é o elemento mediador, exatamente por ser socialmente constituído.

⁵ Bakhtin assim resume a questão: “*Saussure ignora, portanto, o fato de que, além das formas da língua, há também as formas de combinação dessas formas da língua, ou seja, ignora os gêneros do discurso*” (Bakhtin, 2000: 304).

⁶ Faz-se referência aqui à constituição primária e secundária dos gêneros proposta por Bakhtin (2000), entendida como princípios de formação e não como procedimento classificatório dos gêneros.

No entanto, nem as “mensagens”, com via de circulação permitida pelo canal, e nem os “gêneros”, com circulação esperada em uma esfera de comunicação ofereceram um tratamento que permitisse discutir como a interação verbal mediada por instrumentos tecnológicos, como um livro ou rádio, afetaria suas mensagens ou gêneros. Essa interferência, no entanto, não é nova para a perspectiva de Jakobson, apesar de reducionista, pois as mensagens poderiam ser influenciadas devido à saliência do canal de comunicação, que colocaria a função fática em destaque.

Apesar de presente e dominante na teoria Bakhtiniana e “mecanizada” e em menor escala nas proposições de Jakobson, a interação é um elemento que se faz presente nas perspectivas representadas pelos dois autores. O suporte como objeto, no entanto, não se faz presente em ambas.

O mesmo não se pode dizer da idéia de influência que a mensagem ou gênero poderiam sofrer, em razão de dadas condições específicas. As mensagens são influenciadas pela rede de hierarquias das funções, assim como os gêneros, pelas diferentes esferas de comunicação ou auditórios: os conceitos aristotélicos de *ethos*, *phatos* e *logos*⁷ já remetiam, de alguma maneira, ao circuito interativo como o responsável por exercer influência em gêneros.

Apesar de não termos adotado uma definição mínima para conceber o que pensamos ser um suporte, e tenhamos trabalhado até o momento com uma noção pré-construída do leitor, cremos que, de alguma maneira, é legítimo pleitear que o suporte exerça um raio de influência no gênero. Aliás, a retomada da noção de mensagem tem também o objetivo de revelar que a

⁷ Em Aristóteles (s/d) há duas classes de argumentos: não artísticos e artísticos. Os primeiros são aqueles que não derivam do orador, como as provas, os documentos, os testemunhos; os segundos derivam diretamente do orador (*ethos*, *phatos* e *logos*), que os utiliza de acordo com a necessidade interativa, delineada pelo uso do gênero deliberativo, jurídico ou epidíctico. Nesse sentido, pode-se dizer que todo o livro segundo de Arte Retórica é voltado para a explicação da natureza dos perfis humanos: homens, velhos ricos, etc. com o fito de prescrever os argumentos efetivos para cada auditório. Reconhecido o auditório, resta emprestar credibilidade ao discurso, aspecto que deve ser representado pelo *ethos* do orador, ou pela racionalidade do discurso (*logos*), que pode ser também direcionada em razão do auditório.

essa idéia de influência do canal na mensagem “permite” uma explicação dessa natureza, embora o construto de suporte lhes falte.

Para preencher essa falta e para passar para um segundo momento de nossa construção, faz-se necessário, agora, afirmar que **um suporte é uma entidade capaz de estabelecer interação; para tanto, ele pode se realizar materialmente, o que implica uma arquitetura formal**. Forma não necessariamente é o arranjo da matéria que constitui o suporte, como no caso da celulose, que encadernada forma o livro; mas também se refere ao modo de existência que a linguagem assume devido ao material tecnológico responsável por sua difusão, registro ou arquivamento.

Depois de minimamente definido, inseriremos de forma incipiente⁸, na subseção seguinte, como a **matéria** (física) e a **forma**, como modo de existência assumida por uma mensagem ou gênero podem, de alguma maneira, ser vistas como elementos que contribuem para completar o conceito de suporte como entidade interativa, conceito pleiteado aqui.

1.2.1 Relendo mensagens: a interação permitida pela matéria/forma

Dado que o suporte é uma entidade de interação, vejamos como a matéria, no sentido físico do termo e sua forma, como configuração e arranjo do modo de existência da linguagem, no sentido de disposição intencionalmente estabelecida com o intuito de difundir/registrar a linguagem poderiam exercer influência em mensagens.

Na perspectiva da Teoria Matemática da Informação, é fácil visualizar como o processo interativo tem sido reduzido à função de contato, função fática, e de como um canal seria um elemento de transporte capaz de gerar um determinado comportamento verbal. É claro que a função fática não é posta em termos de interação pela Lingüística Estrutural, já que esse é o mais mecânico de todos os elementos da comunicação que geram funções nessa perspectiva: na função fática, a mensagem “seria” como é devido à saliência do canal, o

⁸ No capítulo 3 discutiremos mais especificamente a construção teórica das categorias.

elemento de transporte. Isso, no entanto, não é explicado a contento pela teoria.

– Alô! – dizem os manuais, é uma construção de linguagem fruto do raio de influência do canal. Na realidade, temos aqui uma materialidade tecnológica capaz de estabelecer uma forma de interação oral-auditiva, por meio de um instrumento tecnológico específico. Por qual motivo será que “testamos o canal”, como dizem os manuais e livros didáticos?

Se entendermos por matéria aquilo que tem existência física no mundo real, teríamos que ver o telefone como fruto de uma determinada materialidade tecnológica. Ela implica uma forma de acesso/atualização, de difusão de linguagem. Se entendermos por forma – toda possibilidade dos sistemas de difusão da linguagem, como produto ou processo da organização, disposição da materialidade lingüística em condição de acesso por qualquer dos sentidos, seja enquanto espacialidade, seqüencialidade, disposição em duas ou três dimensões – então teremos que avaliar a linguagem dentro desse enquadre se quisermos identificar os suportes como entidades de interação.

Ora, isso nos levaria a responder a pergunta anterior do comportamento de *teste* ao telefone a partir da especificidade gerada pela constrição tecnológica da materialidade e da forma que garantem certo tipo de atualização de linguagem. No caso do telefone, a interação não se restringe somente devido ao contato ou ao transporte, aspectos que dizem respeito ao canal nessa teoria.

Como em uma conversa face a face, a que se realiza via telefone se dá em turnos, não exatamente da mesma forma como se o enunciatário estivesse presente no campo de visão do enunciador. Uma interação é distinta da outra, e elas não são distintas em razão de a mensagem ser transportada pela atmosfera ou pelo fio do telefone, mas pela condição de interação dada pela presença ou ausência da tecnologia (matéria e forma).

No entanto, é inegável que o produto da enunciação assumirá uma configuração derivada tanto da possibilidade tecnológica de difusão de tal

enunciação quanto dos valores sociais atribuídos a esse produto (adquiridos ao longo do tempo devido a certas condições sócio-históricas), seja ele chamado de mensagem ou reconhecido como gênero.

A disposição em turnos e a audição como única via de obtenção e recuperação de informações é uma característica do telefone enquanto objeto tecnológico capaz de instituir, em função de sua materialidade, uma disposição formal que permite atualização linguagem oral em turnos realizados e recepcionados por enunciadores e enunciatários, sem outro tipo de *feedback* que não seja a linguagem oral.

Essa constrictão a que as mensagens ou gêneros se submetem permite toda uma gama de considerações sobre ruídos, baixo grau de informatividade, linguagem não planejada, por exemplo, advindos da materialidade e da forma que a interação possibilitada pelo telefone estabelece. Essas considerações estão no raio de influência do suporte, pois dizem respeito a possibilidades instauradas pela matéria e pela forma, realizadoras do processo interativo e da interação que advém daí, e não apenas da função de transporte, conforme podemos ver a seguir.

Como os turnos são usados e os valores que atribuímos a eles, como devemos nos dirigir ao interlocutor, que marcas de polidez, etc. constituem aspectos sócio-históricos mais ou menos estabilizados desse processo interativo que, por sua vez, já é tributário da materialidade tecnológica que acabou por formatar ou por permitir que a linguagem fosse formatada em turnos, somente com *feedback* oral e não de outra maneira.

Portanto, a linguagem seccionada em turnos na ausência física do enunciador, a ausência de *feedback* que não seja oral, etc. são condicionantes capazes de restringir a realização de linguagem no processo interativo em razão de o suporte permitir a interação da forma que permite e desse processo também ser sócio-histórico.

Essa interação se altera, naturalmente, assim como a configuração formal que a constitui, se um outro instrumento tecnológico for conclamado a

participar do processo. A saliência de um outro objeto material, formalmente estabelecido e estabelecedor de formas, incide sobre os processos interativos de maneira inegável. É o que confirmam, por exemplo, Oliveira *et* Pereira (2005, 118):

A integração do telefone ao computador resultou numa reconfiguração da interação. A entrada do computador como participante expandiu o campo de interação, encaixando e desencaixando uma interação entre seres humanos, via telefone, e uma outra, entre homem e máquina, via computador. Por outro lado, a apropriação do sistema de gravação digital dos atendimentos promoveu o entrelaçamento de dois contextos de fala: o da fala subordinada à tarefa instrumental do atendimento ao da fala como um evento de palco de natureza investigativa.

Sendo assim, é mais do que natural que mensagens (ou gêneros) sejam afetados, uma vez que a natureza interativa também se alterou. Quando se liga para um *call center* não se diz mais alô, não se *testa* o canal. Não é necessário. O indivíduo não é ouvido e ele sabe disso, dele se espera que responda teclando números em resposta a uma “máquina” que dita opções. A interação é diferente, o produto dela também.

No entanto, não se pode dizer que isso é fruto somente de uma evolução de práticas sócio-históricas, de um comportamento linguageiro que se alterou no tempo. É em função de uma reconfiguração proporcionada pela materialidade tecnológica e que implica uma reorganização formal de manipulação da linguagem, que uma atitude responsiva se dá em termos de um comportamento não só esperado como exigido do participante.

Escolher, dentre os números de um *menu* previamente apresentado, aquele que representa o motivo de determinada ligação é um comportamento quase formulaico que o cliente de *call center* deve reconhecer para que haja interação que, nesse caso, foi prevista para se dar de tal modo.

A subordinação do indivíduo à gravação, a gravação como linguagem planejada e delimitadora de turnos temáticos, a resposta a esses turnos dada por um apertar de teclas são elementos constritores da construção e difusão de mensagens (ou gêneros) ao telefone conectado a um computador. Esse encaixar e desencaixar de que falam as pesquisadoras é um exemplo de como

o processo interativo torna-se capaz de alterar a realização de mensagens (ou gêneros) ao telefone devido, entre outras coisas, às possibilidades de acesso/registo que resultam em formas manipuláveis assumidas pela linguagem. A configuração que a linguagem assume é tributária da materialidade e da forma dos suportes.

O que chamamos de forma é tanto a feição assumida pela reificação quanto o que fazemos com a linguagem quando a arquivamos, difundimos, registramos, enfim quando realizamos todas essas ações com o material lingüístico de modo a torná-lo acessível ao humano nas mais diferentes materialidades tecnológicas utilizadas para a interação.

Forma tanto pode ser um livro, que é feito de papel (celulose), quanto a própria formatação assumida por cada página. A forma de uma materialidade nem sempre é uma configuração geométrica plana ou espacial onde se dá o registo da linguagem verbal.

No circuito interativo de um *call center*, o gerenciamento de mensagens previamente armazenadas em computadores define e limita as possibilidades de interação. O acesso a essas mensagens é constringido pela materialidade proporcionada pelo acesso/registo do dispositivo tecnológico, que exerce papel ativo e passivo nessa formatação da linguagem, é em razão dessa realização que dispositivos foram constituídos.

Isso pode ser percebido em diversos aspectos da atualização de linguagem. Pode-se dizer, por exemplo, que os destinos de um processo de “leitura” produzidos pela audição de uma mensagem previamente gravada se dá pelos elos que o usuário do *call center* estabelece ao clicar nesse ou naquele número do telefone, que dá acesso a uma determinada porção de

texto (informação) que compõe o *menu* de acesso, disponibilizado oralmente pela gravação⁹.

Tanto a leitura nesse processo de progressão textual quanto a reconstrução da textualidade obedecem a uma forma seqüencialmente numerada, necessariamente assim estabelecida em virtude do tipo de interação material e formalmente possível ali: o teclado (outrora disco) de um telefone se limita a dez algarismos e dois símbolos (#, *). Nesse momento da evolução da sociedade de informação, os softwares ainda não interagem a contento oralmente com humanos¹⁰, o que faz com que um *menu* de acesso seja oralizado e associado aos números e símbolos do teclado do telefone, permitindo uma forma de realização da linguagem para interação homem-máquina. Forma, nesse caso, é resultado do que fazemos com a linguagem.

Criado como alternativa para a substituição do atendente humano, o *call center* que disponibiliza opções temáticas relacionadas a números obedece a um processo de referenciação que permite a progressão nessa “leitura oral” devido a um “cotexto material” novo, a referenciação aí existente aponta para uma porção de texto armazenada não-linearmente, embora sua realização oralizada ocorra de forma linear.

Esse modo de realização da matéria lingüística permitida por uma entidade de acesso-registro é constringido pelo raio de influência do suporte que, nesse exemplo em tela, refere-se a um regime de referenciação numerado e optativo no qual o ouvinte decide os rumos da “leitura oralizada” através de um dispositivo formal disponível no telefone enquanto objeto tecnológico: o teclado numérico.

⁹ Um aspecto curioso se sobressai aqui: os destinos de leitura são assim num sumário escrito em livro impresso ou no ambiente virtual da tela de computador através de um *link*, ou seja, em registro escrito. Aqui, no entanto, o escrito se oraliza e se formata em gravação armazenada num computador, permitindo haver diferentes destinos numa nova “leitura oralizada”.

¹⁰ Apesar de estar em funcionamento um atendente virtual no sistema de *call center* da Telemar construído para interagir oralmente sob a forma de diálogo com os clientes, sem os já conhecidos *menus* compostos por mensagens gravadas.

Esse regime interativo regido pela formatação que a linguagem sofre nesses suportes (computador + telefone) configura o modo de existência das mensagens previamente gravadas (registro em um computador) e lhes dita como devem ser constituídas sob pena de não haver interação em um telefone como materialidade de acesso aos registros. Esse é um exemplo típico de um momento do período evolutivo das práticas de linguagem da dita sociedade de informação.

Esse modo de interativo dita as possibilidades, restringe a interação ao universo do que é previamente gravado nesse um *menu* de acesso. Ele é um processo recente e que vem se estabilizando através de um letramento que não tem atingido toda a sociedade brasileira por igual. A combinação do telefone com o computador, nesse caso, restringe e delimita o tipo de interação possível do ponto de vista da materialidade do suporte, que imprime formas de realização da linguagem.

Há interação homem máquina, desde que você se submeta ao repertório previamente armazenado de mensagens lá estocado e que saiba ou aprenda a se mover dentro das possibilidades geradas por uma “leitura” oral gerenciada por uma referenciação numerada que permite ao leitor decidir os rumos que deseja seguir na reconstrução e progressão dessa textualidade. Essa interação é possível devido a uma entidade material e a uma arquitetura formal que deliberam sobre um tipo de interação vista em sua situação imediata.

Como se vê, torna-se difícil compreender o processo interativo quando mobilizamos o conceito de mensagem sem as noções de materialidade e de forma. O quadro da Teoria Matemática que olha para o telefone como um duto que escoia informações não difere muito de uma perspectiva que trata o gênero mobilizando o conceito de canal.

1.2.2 Relendo a noção de gênero bakhtiniana

Procurando o raio de influência que o suporte, como objeto tecnológico (o exemplo dado por BAKHTIN, 2006 é o livro), exerceria na perspectiva de sua circulação em dada esfera de comunicação, daremos continuidade a esse

exercício de observar o objeto presente, o suporte, e seu conceito inexistente à época do autor, como elemento que pode influenciar a construção de gêneros.

Bakhtin (2006, p.127) não olha para o livro como artefato tecnológico, como objeto. A análise que dele é feita repousa na constatação de como podemos com ele interagir em virtude de ser um ato de fala registrado e sobre o qual se pode ter uma atitude responsiva diante da reificação do escrito. No entanto, estamos diante de um objeto cuja natureza permite práticas interativas em relação a certos gêneros. Por exemplo, pode-se dizer que não se ouve um romance¹¹, lê-se um romance. O modo de acesso/registro estabelece certas práticas interativas num suporte em relação aos gêneros nele presentes.

Mesmo com o estabelecimento, feito por Bakhtin (2000, 2006), de toda uma construção teórica sobre gênero assentada nos aspectos sociais de sua circulação nas respectivas esferas de comunicação, ele não aprofundou como a mediação de uma construção sócio-técnica¹² realizada por uma constituição material e formal que estabelece um modo de interação pode instituir possíveis ingerências e restrições na atualização de gêneros. É curioso que muitos suportes, apesar de serem construções humanas criadas para promover a interação, não tenham sido abordados assim na teoria bakhtiniana.

Por mais que seja explícito na teoria bakhtiniana de gêneros a perspectiva dialógica, cremos que até mesmo certa situação enunciativa pode ser mais bem esclarecida pela tentativa de se elucidar como ocorrem os processos interativos possibilitados pelos suportes. Vejamos como alguns aspectos relativos ao gênero levam em consideração os suportes, mesmo que não se tivesse uma conceituação teórica que servisse de sustentação às

¹¹ Por mais que seja possível, o *audiobook* não é uma alternativa que tenha ganho muitos adeptos e não constitui uma alternativa de “leitura” como prática em nossa sociedade. A interação com romances é uma prática quase que exclusiva do universo escrito.

¹² Seria reducionismo considerar uma evolução apenas em seu aspecto técnico. As evoluções tecnológicas se realizam em um contexto social em função da demanda e das próprias necessidades dos homens. Isso quer dizer que todo processo evolutivo se insere e se contextualiza dentro das práticas sociais de uma sociedade. A esse respeito, e em relação à linguagem, o próprio Bakhtin (2006 [1929] p. 129) afirma que uma dada superestrutura evolui, em seguida as relações sociais evoluem e em consequência disso a língua evolui.

ingerências, materiais, formais ou interativas estabelecidas na literatura de gêneros.

São inúmeros os processos de interação produzidos pelos novos suportes tecnológicos e as novas práticas de linguagem no universo virtual, por exemplo. Tais processos têm chamado à atenção da academia em relação a seus gêneros (emergentes ou não) e têm provocado um grande interesse de vários pesquisadores, como Araújo (2003; 2004), que vê o *chat* na WEB como um gênero textual secundário em que se flagra a transmutação de várias práticas comunicativas de gêneros primários.

O *chat*, por sinal, só se torna possível devido à tecnologia que lhe serve de arrimo. Seria impossível falar em *chat*, como gênero hipertextual, sem a presença da tecnologia que permite a utilização de *hiperlinks*¹³, sons, imagens, e linguagem verbal escrita, elementos que são incorporados na sua construção, graças aos recursos de multimídia disponíveis no ambiente virtual.

A arquitetura dos programas de *chat*, construída por programadores para permitir a interação em tempo real, e as possibilidades de inserção de uma série de dispositivos (sons, imagens, *hiperlinks*) favoreceu um tipo de interação escrita que antes não era possível. Se conclamássemos o conceito de canal como diretriz de análise para o processo interativo do ambiente virtual, teríamos uma ínfima e não suficiente explicação dos fenômenos de linguagem que aí se processam.

O que torna possível o *chat* ser o que é são as possibilidades interativas permitidas por uma estrutura esquemática, portanto de forma, construída, por programadores com vistas a permitir uma interação, mediada material e formalmente através da imaterialidade reificada de linguagens verbal e não verbal na realidade virtual.

A dinâmica de turnos, a possibilidade de exclusão de interlocutores, de turnos privados, abertos, etc. já foram previstas pelos programadores. Embora

¹³

Elo de hipertexto.

haja restrições do suporte quanto às possibilidades formais de realização no sistema, a interação dos usuários entre si e a interação com o próprio suporte virtual criaram usos próprios da linguagem, fazendo com que se discuta inclusive, se o ambiente virtual seria uma esfera de comunicação humana.

O que é condição de existência para Araújo (2003) é apenas favorecimento para Bernardino (2000) que, em sua descrição do gênero “depoimento dos alcoólicos anônimos”, opta pela descrição dos “depoimentos virtuais” que são enviados para uma lista de discussão na *Internet*. Nesse caso específico, o meio eletrônico permite uma interação entre “possíveis membros” que só seria viável antes da *Internet*, se o membro ou possível a membro fosse a uma reunião do AA.

O meio eletrônico, no entanto, não é condição de existência para a realização do gênero depoimento, que, aliás, é uma prática oral recorrente e que faz parte do ritual das reuniões dos alcoólicos anônimos e funciona como elemento terapêutico dos alcoólicos em fase de recuperação na medida em que exerce um papel de identificação racional, moral e emocional entre os indivíduos que fazem parte dessa respeitável comunidade discursiva.

Uma questão que merece análise diz respeito aos possíveis papéis do suporte: no caso de uma comunidade discursiva que se utiliza do gênero depoimento como forma terapêutica, há os que são membros ou “candidatos” em um processo em que a linguagem oral, via depoimento, é um dos responsáveis pelo processo de “cura”. Pode-se dizer, porém, o mesmo de um depoimento¹⁴ disponibilizado na Internet?

Parece que a questão deve ser posta numa separação entre o que é restrição da ambiência interativa da comunidade discursiva ou esfera de comunicação, seus valores e condutas em uma reunião, e o que é situação interativa criada na ambiência virtual. Os propósitos do gênero na situação imediata de uma reunião dizem respeito a duas perspectivas: a do orador, que

¹⁴ No ambiente dos alcoólicos anônimos ele ocorre sempre em um ritual cuja solicitação maior aos presentes é a manutenção do anonimato de quem fez o depoimento.

se beneficia terapêuticamente pela prática do depoimento, e a dos ouvintes que, pela identificação com o discurso do outro, arregimentam forças para continuarem sóbrios.

Num gênero que passa a se realizar, também, no ambiente virtual, a contribuição do suporte poderia ser vista através do que é eminentemente uma constrição/contribuição advinda desse suporte; de como o meio virtual possibilitou a manutenção do anonimato, de como o meio virtual permitiu que as crenças em torno do poder curativo do gênero depoimento para oradores e platéia permanecessem ou adquirissem novos valores graças a uma nova interação, agora possível virtualmente. Essa nova situação interativa deveria recriar a situação social mais ampla se se deseja promover o mesmo processo interativo das reuniões.

A possibilidade de elaboração de um conceito de suporte baseado em critérios materiais (uma sala de reuniões ou computadores em rede), formal (arquitetura do suporte) e interativo (tipos de interação) permite que se olhe para o ambiente virtual materializado na tela de um computador, ou para a reunião presencial dos alcoólicos anônimos com o objetivo de compreender como a situação imediata de interação, mediada e não mediada contribuem para a realização, por exemplo, do gênero depoimento.

O acréscimo que se propõe para a análise de gêneros não é um entendimento que já não esteja sendo feito de alguma maneira, apesar de parcial e incompleto. Mesmo sem um conceito que sirva de arrimo, os pesquisadores têm levado em consideração a noção de suporte como objeto real, embora as implicações do objeto teórico não tenham ganhado corpo teórico suficientemente satisfatório ainda. Muitas questões são objeto de dúvida e indecisão para muitos pesquisadores.

O que é um suporte na primeira situação, devido à materialidade físico-virtual, pode não ser na segunda devido ao caráter fluido que uma interação oral engendra, eis uma possibilidade, dentre outras. Estabelecer que elementos definem a tênue fronteira entre a realização de um gênero em uma reunião

presencial e a realização de um gênero em uma lista de discussão na internet pode ser apenas um decisão de recorte de pesquisa. Porém, a noção do que “suporta” um gênero permaneceria. Parece-nos, no entanto, que a compreensão do que sejam suportes passa pela integração dos conceitos de **matéria, forma e interação**.

O termo suporte, de saída, faz-nos pensar em matéria encaixada em matéria. A designação de suporte virtual não é senão uma metáfora para uma materialidade que não pode ser manipulada, como o papel. Na incompletude teórica em que se encontra o suporte na análise de gêneros, é difícil aplicá-lo aos gêneros orais, mesmo que estes sejam difundidos por instrumentos tecnológicos.

Mesmo com as primeiras tentativas de Maingueneau (2001) e Marcuschi (2003), em definir a noção de suporte, os gêneros orais difundidos por eles não recebem um tratamento adequado que permita localizar a função do suporte na relação entre ambos. Ao finalizarmos os antecedentes da noção de suporte propostos neste capítulo, veremos que, para Marcuschi (2003), a função do suporte é fixar e mostrar o gênero, metáfora visual que não estabelece uma correta descrição do modo de existência dos gêneros que não pertençam ao universo escrito.

Nessa perspectiva, o conceito de suporte para gêneros só se aplica em situações de inscrição em que é possível fixar concretamente os gêneros escritos através de uma tecnologia de enunciação escrita. A resposta à compreensão do que seja um suporte e sua relação com o gênero necessita que a solução seja dada pela compreensão da interação social que abriga determinadas práticas comunicativas, reificadas pela escrita ou não.

Assim como essas mesmas práticas podem passar a ter novos elementos reificadores, como os depoimentos referidos que são coisificados pelo seu registro no universo virtual, parece viável questionar de que forma a interação permitida por esses suportes (re)definem ou (re)colocam as práticas comunicativas em seus enquadres situacionais de origem, de “coerção”.

Essa constatação foi a porta de entrada para que pleiteássemos o conjunto matéria-forma-interação para a construção do conceito de suporte pretendido nesta tese e que traz ingerência para a noção de gênero. Essas categorias sobrepõem-se umas às outras ou não, já que a materialidade implica que um determinado processo de reificação possa ser estabelecido.

A forma diz respeito à maneira como se opera com determinada matéria, como essa matéria é tratada e socialmente manipulada, se ela é vista como um objeto reconhecido ou em processo de reconhecimento, como um objeto novo e ainda se ela encerra em si determinadas funções ou atributos. Essa forma pode ainda se realizar de acordo com determinadas crenças, uma vez que é uma construção humana.

A interação é uma categoria que permite avaliar se o suporte é uma entidade material/formal convencionalizada, ou não convencionalizada, portanto uma entidade que permite interação por admitir inscrição, arquivamento, transporte de gêneros, na presença de seus interlocutores ou na ausência de um deles.

Pelo critério de interação, é possível verificar como uma situação imediata (aspecto focal ou micro da interação) se realiza e através dela como o contexto social mais amplo se abre como pano de fundo (interação como aspecto amplo) das realizações genéricas, conforme poderá ser visto no capítulo três desta tese.

A atitude interativa para com a entidade de composição matéria/forma pode servir de índice de uma noção interativa mais restrita, operacional (foco) e que estabelece tipos de interação entre interlocutores e seus gêneros. Do mesmo modo, a inserção desse duplo material/formal pode ser visto em termos de contexto social mais amplo e de como as realizações genéricas se dão nessa articulação.

Em situações marginais dessa possibilidade, veríamos como uma dada aparelhagem tecnológica, como palcos de teatros, salas de aulas, auditórios, embora não sejam entidades de registro seriam uma instrumentalidade material convencionalizada para a atualização de certos gêneros.

Para poder contrapor essas noções com as construções teóricas relativas ao suporte disponíveis hoje na literatura, passamos ao próximo capítulo, no intuito de dar continuidade ao diálogo aqui aberto, para contrapor, refutar ou acatar as perspectivas vigentes numa reconstrução dialética que nasce da negação e da assunção das teses, as quais permitirão, à frente, a síntese teórica pleiteada em relação ao suporte como objeto teórico de investigação.

2 REVISÃO DO CONCEITO DE SUPORTE NA LITERATURA

Neste capítulo, apresentaremos uma revisão relativa ao conceito de suporte verificada em três perspectivas distintas. A primeira a ser abordada é Análise do Discurso, perspectiva personificada pela proposta de Maingueneau (2001), que se embasa na Midiologia de Debray (1993). Em seguida, examinaremos as categorias referentes à proposta textual de Marcuschi (2003) e finalmente, apresentaremos a perspectiva sócio-retórica, representada aqui por Bonini (2003, 2004 e 2005), que tanto discute o conflito de conceitos como suporte e veículo de comunicação, quanto analisa a relação que se estabelece entre o suporte jornal e seus gêneros.

2.1 Os suportes na perspectiva discursiva

A racionalização construída para o conceito de suporte pela Análise do Discurso de linha francesa, especificamente por Dominique Maingueneau, tem como um de seus critérios fundantes a noção pragmática relativa à condição de êxito que caracteriza o suporte. O autor francês constrói, como veremos a seguir, a noção de suporte a partir das considerações de Régis Debray, midiólogo francês para quem os suportes devem ser vistos como elementos que podem alterar os discursos em função de representarem sua força material.

2.1.2 Os suportes como condição de êxito para o gênero

Maingueneau (2001) aborda o suporte em “*Análise de textos de comunicação*” em dois momentos: no capítulo “*Tipos e gêneros de discurso*” e no capítulo *Mídiun*¹⁵ e *discurso*. Nesse primeiro, Maingueneau se limita a fazer

¹⁵ Na edição brasileira do “Curso de Midiologia Geral”, de Régis Debray (1993), o termo foi traduzido como “médium, médiuns, também sendo usado o termo mídio”. Na tradução da obra de Maingueneau (2001) o termo foi traduzido como mídiun, mídiuns. Utilizaremos as duas traduções mídiun, médium neste trabalho sem distinção e respeitaremos a forma como foi traduzido em cada obra. Assim quando estivermos nos referindo à obra de Maingueneau (2001)

uma afirmação contundente sobre as propriedades do suporte quando tenta responder à pergunta: “*como conceber um gênero?*”. Essa afirmação é feita dentro de um contexto que discute o gênero como uma atividade que pode ou não ser bem-sucedida, isto é, como entidade pragmática.

Isso significa dizer que não se poderia considerar o gênero como formas que se encontrariam à disposição do locutor que simplesmente moldaria o seu discurso nessas formas. Para Maingueneau, o gênero é uma atividade social que deve obter sucesso e para isso deve-se levar em consideração determinadas **condições de êxito**.

As condições de êxito a que um gênero se submete, segundo Maingueneau, são: uma *finalidade definida*; um *estatuto de parceiros definidos*, ou seja, em determinado gênero já se sabe de quem parte e a quem se dirige determinado gênero - identificação dos papéis dos parceiros co-enunciadores; um *lugar e momento legítimos* – determinados gêneros estão associados a determinados lugares e momentos que são constitutivos, como missas ou aulas, etc.; um *suporte material* e uma *organização textual*.

Visto como um elemento pragmático ao qual um gênero se submete, o *suporte material* representa a seara da dimensão *midiológica* dos enunciados. Maingueneau defende que um texto pode ser passado por ondas sonoras, que tais ondas podem ser tratadas e reconstruídas por um codificador e decodificador, que um texto pode ser manuscrito, impresso ou figurar na memória de computador. Nesse momento faz menção da modificação que um gênero sofre, vejamos:

Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público exclusivamente formado por ouvintes presentes. O que chamamos “texto” não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de suporte/transporte de estocagem, logo, de memorização. (Maingueneau, 2001 [1998] p. 68)

Mesmo que se conceba o *suporte material* como um elemento pragmático ao qual um gênero se submete, essa afirmação de Maingueneau poderia gerar pouca adesão no leitor que se depara teoricamente pela primeira vez com tal assertiva, até porque, a fundamentação oferecida pelo autor para explicar os motivos que o levaram a fazê-la só é feita em um capítulo posterior. Procuraremos, a seguir, exhibir os motivos que levaram Maingueneau a fazer tal afirmação e depois discutiremos o alcance de sua construção.

2.1.2 Mídium e suporte: a aplicação das categorias midiológicas

Dividido em quatro seções, a) *uma dimensão essencial*, b) *oral e escrito: uma oposição excessivamente simples*, c) *especificidade do escrito no impresso* e d) *dispositivos comunicacionais novos*, o capítulo *Mídium e Discurso* é iniciado com uma exposição que defende que o suporte não é acessório – “*é necessário reservar um lugar importante ao modo de manifestação material dos discursos, ao suporte, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela, etc.*” (MAINGUENEAU, 2001, p. 71) – embora essa dimensão da comunicação verbal, segundo Maingueneau, tenha sido relegada a segundo plano.

Para o autor, foi com a chegada dos *mídiuns* audiovisuais e do desenvolvimento da informática que se tomou consciência da sua importância, devido à revolução que se efetivou em função da natureza do modo de consumo digital. Segundo o autor, essa revolução também permitiu que se olhasse para trás, por comportar toda uma conscientização da especificidade da manifestação oral e das modificações introduzidas pelo escrito.

Para Maingueneau, não se deve levar em conta somente o aspecto material do *míduim* de um gênero, deve-se ter em mente o “*conjunto do circuito que organiza a fala*”. Isso significa dizer que, para o autor, não é aceitável que a comunicação seja um processo linear que nasce da necessidade de se expressar de um enunciador, seguida da concepção de um sentido para que depois se escolha um suporte e, em seguida, um gênero, momento em que se

redigiria o texto para a difusão e, finalmente, o encontro com o destinatário. Nesse sentido, Maingueneau crê que se deva, logo de saída, trabalhar com o conceito de *dispositivo comunicacional* que integre de saída o *mídiun*.

Para Maingueneau, o modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso. Uma modificação social pode ser visualizada por um deslocamento *midialógico*. O autor exemplifica isso com uma mudança *midialógica* de uma discussão de casal que debate seus problemas, por exemplo, em um *talk-show* em vez de discuti-los no consultório de um psicólogo. Para Maingueneau, as formas de comunicação de uma sociedade não podem ser distinguidas da sociedade que torna possível essas formas de comunicação.

Na exemplificação que faz das formas de comunicação de uma sociedade, Maingueneau oferece um parâmetro para se visualizar como o discurso político foi possível em determinados momentos da vida política da França. Na situação hipotética construída por Maingueneau, um político do século XIX falaria para um *auditório* na categoria de *orador* em um café ou em uma sala, esse político poderia ser caracterizado por uma maior aproximação ideológica que manteria com seus ouvintes, que se identificariam como um *auditório* que se constituiu por vontade própria e que deve ser unificado imaginariamente por esse *orador*.

Passadas algumas décadas, o discurso político levado para o rádio ocasiona algumas mudanças. Feito “*com voz suave*”, esse discurso político “*amigável*” é dirigido individualmente para cada ouvinte. O *mídiun* radiofônico permite que o político se insira na casa de qualquer pessoa. Esse ouvinte não é mais um indivíduo que se deslocou por vontade própria para um café ou salão, e o locutor não é mais um orador que encontra no salão a aceitação do auditório que, no rádio, passa a ser um “*ouvinte disperso e sem rosto*”.

Quando a transposição *midialógica* do discurso político realiza-se mais uma vez e ele se desloca para a televisão haveria mais uma modificação: a importância da exposição da idéia se reduziria, segundo Maingueneau, e se instauraria o privilégio do debate, que por sua vez se caracterizaria pela necessidade de ter que agradar o telespectador. A alteração das condições

materiais do discurso alteraria radicalmente os conteúdos e as maneiras de dizer, ou seja, alteraria o gênero do discurso. Para o autor, essas questões atestariam a necessidade de se reservar para o suporte *uma dimensão essencial*, tratada na primeira seção do capítulo destinado ao *mídiu*m.

A segunda seção do capítulo dedicado aos suportes é destinada à discussão que se faz da distinção entre o oral e o escrito. Para Maingueneau essa distinção é excessivamente simples. O reducionismo instaurado por essa simplicidade é intensificado devido ao fato de que sob o rótulo da oposição oral e escrito se misturariam outras oposições que se dão em planos distintos. As oposições englobadas pela simplicidade da oposição oral e escrito, citadas por Maingueneau, são: *enunciados orais e gráficos, enunciados dependentes e independentes do ambiente e enunciados de estilo escrito e de estilo falado*.

A primeira delas, explica o autor, advém da simplicidade da mera oposição entre oral e escrito. O oral é transmitido por ondas sonoras e o escrito se caracteriza pela inscrição em suportes sólidos. Essa sumarização, na concepção de Maingueneau, não distinguiria as diferenças que se instauram, por exemplo, entre os escritos manuscritos e os impressos, além de ser muito pobre para descrever as técnicas modernas de tratamento da informação que são possibilitadas pela invenção tecnológico-digital que permite um tratamento quase “imaterial” dos sons, letras e imagens.

A segunda oposição, que se estabelece entre *enunciados estáveis e instáveis* é tradicionalmente marcada pela concepção de que ao escrito se associa estabilidade e que ao oral se associa instabilidade. Para o autor, importa a inscrição de enunciados em formas que permitam sua preservação: ditados, máximas, lemas são formas que permitem cristalização. Da mesma maneira, a versificação desempenhava um papel na estabilização de textos e estava associada a sua memorização. Segundo Maingueneau, a possibilidade de gravar a voz produziu uma estabilização do oral, transformando a gravação numa espécie de “escritura” totalmente diferente.

A terceira oposição, *enunciados dependentes e independentes do ambiente*, também está, segundo Maingueneau, envolvida na confusão da oposição oral e escrito. Para o autor, há que se conceber uma distinção entre

os enunciados que são construídos quando os coenunciadores¹⁶ estão no mesmo ambiente físico e aqueles que são concebidos por um enunciador que se encontra em um ambiente físico distinto do destinatário.

Os enunciados dependentes do ambiente são marcados pela forte possibilidade de intervenção do co-enunciador, além disso, devido ao fato de os coenunciadores estarem se vendo, verifica-se a ocorrência de mímicas, gestos, de elipses provocadas pela presença do objeto no ambiente – *você viu?* –, e pela ocorrência de embreantes, cujos referentes são marcados em função da situação de enunciação.

Como os coenunciadores estão no mesmo ambiente, aquilo que um enunciador diz não pode ser apagado. Isso gera o uso de expressões modalizadas, para que o autor possa corrigir sua própria fala ou para antecipar-se a possíveis reações do co-enunciador. Além disso, pode-se flagrar o uso de fórmulas fáticas, que contribuem para manter o contato. O mesmo ambiente também favorece o uso de expressões que caracterizam a materialidade lingüística do enunciado – uso fortemente marcado pela construção de parataxe em oposição a construções sintáticas mais elaboradas – como a hipotaxe.

Já os enunciados independentes do ambiente, segundo Maingueneau, tendem a ser auto-suficientes, a construir um sistema de referências intratextuais, por não se apoiarem em um ambiente partilhado com o co-enunciador.

A quarta oposição, *enunciados de estilo escrito e de estilo falado*, tópico que finaliza a segunda seção do capítulo *mídiun e discurso* é mais uma advertência que uma descrição, pois o autor deixa claro que o enunciador pode jogar com a distinção entre enunciados dependentes do ambiente e os não dependentes. Segundo Maingueneau, em função disso, teríamos enunciados escritos de estilo oral e enunciados orais de estilo escrito.

¹⁶ Maingueneau crê que o discurso é interativo e que em determinados momentos é difícil diferenciar quem é o destinatário, portanto adota o “co-enunciador” em lugar de destinatário, termo que exprime uma noção de passividade; já o termo “coenunciadores”, sem hífen e no plural, designa os dois parceiros do discurso (MAINGUENAU, 2001, p. 54). Esta distinção será adotada por nós em toda a tese em razão de também se poder estabelecer um distanciamento das noções de destinatário ou receptor do quadro da Teoria Matemática da informação.

A terceira seção do capítulo sobre *mídiu* trata da diferenciação entre o escrito e o impresso. Para o autor o escrito não é a mera transposição do oral e nem o impresso é uma mera multiplicação do escrito. Eles seriam regimes de enunciações distintos que se relacionam a civilizações distintas. O escrito pode circular longe de sua origem, encontrar público variado sem precisar modificações, além disso, necessita ter uma organização que permita ao receptor compreendê-lo. Em contrapartida, no oral se tem uma vaga noção da estrutura do que vai ser proferido. O escrito se caracteriza pelo modo de consumo pessoal, uma vez que o leitor pode se assenhorar do texto da maneira que melhor lhe aprouver.

O impresso acentuaria mais ainda os efeitos da escritura em função de sua padronização e pela reprodução idêntica possibilitada pela tecnologia. Outra distinção ocorreria pela pessoalização do manuscrito em detrimento da impessoalização do impresso. Outro aspecto abordado sobre o impresso envolve a espacialidade de um texto: há uma exploração cada vez maior dos recursos relativos à ocupação de espaços por um texto. Exemplo disso seria a utilização de elementos icônicos e de paratextos, denominação dada a fragmentos textuais que acompanham o texto propriamente (prefácios, datas assinaturas títulos, etc.).

A quarta e última seção do capítulo *mídum e discurso* destina-se à discussão dos *dispositivos comunicacionais novos*, responsáveis, segundo Maingueneau, pelo surgimento de novas formas de oralidade. Para o autor deve-se levar em consideração, quando se trabalha com material verbal, a existência ou não de contato físico e a possibilidade de se ter um número ilimitado de destinatários, conseqüência da ausência de contato físico.

O caráter estático ou não dos interlocutores, a possibilidade de se interromper o enunciador, o fato de os enunciados serem efêmeros ou destinados à gravação, e a existência de máquinas que interagem com seres humanos com sons orais são tópicos que merecem uma atenção por interferirem no processo de construção do texto.

Conclui o autor que mesmo a *estabilidade material* do texto é questionada pelas novas tecnologias. A associação da tela de um computador

ao um *CD ROM* ou à internet oferece ao leitor textos heterogêneos que sempre se reconfiguram devido às decisões do leitor. A hipertextualidade oferece com um número ilimitado de percursos distintos, favorecendo uma navegação quase sem barreiras do leitor por um interminável emaranhado de textos. Segundo o autor a numerização (digitalização) da informação é responsável pela desmaterialização dos suportes físicos dos enunciados.

2.1.3 Aprofundando o conceito pragmático de condições de êxito

Exposto o percurso trilhado por Maingueneau (2001) passamos agora a analisá-lo seção a seção. Ele concebe os gêneros como entidades pragmáticas que se submetem a condições de êxito, sendo o suporte uma delas. Essa forma de ver o suporte em relação ao gênero é, sem dúvida, uma primeira abordagem dessa intrincada relação que se instaura entre ambos. No entanto, não parece ser uma abordagem definitiva, uma vez que o gênero pode assumir não apenas uma dimensão pragmática, como um simples ato dirigido a um interlocutor. Há gêneros que não podem ser enquadrados nesse enfoque, o que tornaria tal determinação um tanto reducionista.

É bem verdade que se pode conceber que determinados gêneros necessitam de uma realização em determinado suporte para se efetivarem, para ganharem “credibilidade”. O que dizer de alguém que escreve notícias que não são divulgadas em um jornal? O mesmo se pode dizer de um romance: parece esdrúxulo falar em um romance que não foi “validado” pela sua publicação em um livro.

Outro aspecto que poderia ser usado como complexificador dessa realização de um gênero em um suporte diz respeito ao caráter institucional, tipicamente pragmático, responsável pelas condições de felicidade a que um ato de fala impresso estaria submetido: a entidade responsável pela publicação do suporte. Na academia, por exemplo, a chancela da revista que publicou o artigo é tida, à primeira vista, como sinônimo de qualidade do próprio artigo.

Essa forma de ver o gênero em sua realização em um suporte, instaurada pela perspectiva de Maingueneau (2001), é impossível em uma abordagem estruturalista da linguagem devido ao seu enfoque programático

que postulava uma posição hegemônica do código, único elemento da comunicação capaz de garantir acesso à mensagem, desde o nascimento da lingüística saussuriana. Essa condição de existência da mensagem não é um postulado antigo e totalmente superado, é antes um paradigma que pretende explicar, como no caso de Jakobson (2001), as mensagens, por exemplo, através das funções da linguagem.

Por outro lado, atribuir à esfera de comunicação humana qualquer restrição que se enderece ao gênero é uma opção teórica que se mostra cada vez mais em voga, exatamente por conceber a linguagem como um fenômeno social. Na contra face dessa opção, encontra-se uma concepção de linguagem que a encerra em uma estrutura asfíxiada e irreal, que não a descreve como fenômeno social e historicamente situado.

Como a maioria das abordagens teóricas do gênero é de cunho social, sejam semióticas, retóricas ou discursivas, é natural, como nas proposições metodológicas de Bhatia (1993), levarem-se em consideração as coerções impostas pelo ambiente profissional, como as restrições de ordem institucional que podem levar a alterações na composição de um gênero. Essas possíveis coerções do ambiente são, no entanto, objeto de uma força oriunda da comunidade discursiva orientada para a materialidade textual, elas não são vistas, necessariamente, como imposições do suporte.

A dúvida sobre o que é fruto das coerções da comunidade em relação ao gênero e o que é fruto das concepções dessa mesma comunidade sobre o funcionamento do suporte ainda não foi realmente investigada, no entanto o percurso aberto por Maingueneau se apresenta como um ponto de partida para essa possibilidade.

Parece que o suporte, como entidade situada em determinada cultura, ainda não foi visto como objeto ou instrumento construído, ou em construção, estável ou flexível que é tecnicamente delimitado e manejado por indivíduos, ou seja, não se aferiu a ele o valor de construto humano e social, como se fez com o gênero nos estudos da área de Gêneros. Nesse sentido, o que Maingueneau tenta fazer é atribuir aos modos de existência material dos gêneros contornos de uma sociedade que tornou essa existência possível e

que se torna possível através de suas condições materiais de emissão, recepção e inscrição. Essa tentativa não é feita, porém, sem alguns equívocos, como evidenciaremos a seguir ao abordarmos os conceitos de mídiun, suporte e dispositivo.

2.1.4 Gênero alinhado ao mídiun: a interação subentendida no conceito de dispositivo

O conceito de mídiun de Maingueneau (2001) é tributário do enfoque da Midiologia, especificamente Debray ([1991] 1993), que por sua vez bebe nos escritos de McLuhan ([1964] 2003). Polistchuk e Ramos Trinta (2003, p. 134) afirmam que o modelo de McLuhan “pode ser descrito como histórico-evolucionista ou técnico-antropológico, em oposição a características técnico-instrumentais do modelo de Shanon e Weaver”. Essa diferenciação de foco seria responsável, por exemplo, pela caracterização dos meios de comunicação (os *médiuns*) como quentes e frios.

Quente e frio são caracterizações informacionais: *quentes* seriam aqueles meios que estabeleceriam informações bem definidas – livros, jornal – e *frios* seriam aqueles que estabeleceriam informações mal definidas – telefone, televisão – que exigem maior participação sensorial para a apreensão das mensagens. Para McLuhan, o homem tipográfico que se comunicava com construções lineares sintaticamente organizadas e hierarquicamente concatenadas por um regime de subordinação (menor participação sensorial, maior definição informacional), agora, através da televisão, comunica-se por frases ponto, pensa e fala por *flashes* (maior participação sensorial, menor definição informacional).

Essa perspectiva de análise inter-relaciona técnica e homem num todo indissolúvel, porta de entrada para uma relação frutífera entre esse paradigma da Comunicação e a área de Análise de Gêneros. Perspectiva completamente diferente é a influência que a Teoria Matemática da Informação exerce sobre os estudos estruturalistas da linguagem. É epistemologicamente viável a adequação de um modelo técnico-instrumentalista a concepções de estrutura; da mesma forma, uma concepção histórica e antropológica se encaixa em um

modelo teórico que vise a explicar a linguagem como fenômeno social. De certa forma, o enquadre dado por Maingueneau na relação mídiuim/gênero abre essa relação frutífera ao usar a abordagem de Debray (1993).

Na perspectiva atualizada do modelo francês, personalizado por Debray, a Midiologia assumiria o estatuto de Ciência, cujo objeto seria o *mídiu*, que designaria “o conjunto, técnico e socialmente determinado, dos meios simbólicos de transmissão de circulação” (DEBRAY, 1993 P. 15). Essa perspectiva, naturalmente semiológica, rejeita a formulação saussuriana e estruturalista que

eufemizou nossa abordagem dos fatos simbólicos, assim como desmaterializou o mundo social, relegando para as margens a análise das técnicas, materiais e utensílios. Assim acabamos por suprimir, com desenvoltura, o liame existente entre boca e mão, linguagem e técnica (DEBRAY, 1993, p. 56).

Parece natural, portanto, que o enquadre midiológico seja assumido pela perspectiva de Maingueneau por permitir que se possa propor uma análise em um outro patamar: o da manifestação da linguagem como uma manifestação simbólica integral que permite que se vejam as técnicas, materiais e utensílios como produção simbólica que se integra à própria constituição simbólica do código.

Maingueneau, no entanto, atribui ao mídiuim um caráter constituído e estático, ele não analisa os modos de existência material dos gêneros, ou seja, os suportes. Pelo contrário, há na análise de Maingueneau certa confusão entre mídiuim e suporte, que não são exatamente a mesma coisa em Debray (1993). Vejamos a consideração de Maingueneau (2001, p. 72):

Quando tratamos do mídiuim de um gênero de discurso, não basta levar em conta seu suporte material no sentido estrito (oral, escrito, manuscrito, televisivo, etc.). É necessário também considerar o conjunto do circuito que organiza a fala.

A preocupação de Maingueneau recai, nessa passagem, numa superação do tratamento dado ao suporte como entidade material, no entanto, a consideração do circuito que organiza a fala é feita sem a devida análise do aspecto material. No primeiro momento do capítulo sobre mídiuim,

Maingueneau (2001) deixa de assinalar a diferença da passagem qualitativa de um discurso que é realizado em um mídiun e que depois é transportado para um suporte.

Essa diferença reside no fato de que nem todo mídiun é um suporte, ao passo que todo suporte é sempre um mídiun. Nesse sentido, quando o autor exemplifica o deslocamento midiológico que o discurso político sofre, essa passagem qualitativa não é assinalada, muito menos explorada, o autor enfatiza a mutação social manifestada através de um deslocamento midiológico de um discurso.

Acreditamos que associado à mutação social, esse deslocamento mereceria uma análise que verificasse o tipo de contribuição ao gênero de um discurso que se deslocou de um suporte de existência material para um outro que não tem tal existência e vice-versa. Dito de outra maneira, como uma interação não mediada por um suporte passou a se realizar quando se tornou mediada por um.

Em sua proposta, Maingueneau pretende integrar o mídiun, de saída, num *dispositivo de comunicação*. Apesar da tentativa do autor de caracterizar a relação mídiun/gênero, quando diz que o modo de transporte e de recepção “modela o gênero do discurso”, vê-se, nessa tentativa, uma indistinção entre as pressões do mídiun e as possíveis pressões de um suporte.

Devido à diferenciação que se pode estabelecer entre suporte e mídiun e das conseqüentes pressões que um gênero poderia sofrer, poderíamos questionar: em que medida a interação realizada por um suporte ou por um mídiun contribui para a atualização do discurso político? E ainda, em que medida essa mudança qualitativa é causadora de mudanças na transposição do gênero *discurso político* do mídiun salão para o suporte radiofônico e deste para a televisão?

Essas questões não são abordadas adequadamente pela exemplificação do discurso político que se desloca de uma sala ou café (mídiuns) para o rádio e depois para a televisão (suportes). A modificação que se vê ali materializada é a modificação de um processo de contato entre interlocutores: no mídiun

sala o contato se dá entre coenunciadores¹⁷ e no suporte radiofônico entre co-enunciadores.

É importante que se perceba que, através de uma mudança qualitativa, os coenunciadores do salão se transformam, através da mediação de um suporte, em co-enunciadores. Na transposição do discurso do suporte rádio para o suporte televisão tem-se uma nova mudança, esta também de ordem sócio-técnica. Apesar de filiado ao modelo midiológico, a perspectiva de Maingueneau não se dedica às distinções que se instauram por meio de construções sócio-técnicas, tão levadas em consideração por Debray (1993, p.19): “as invenções técnicas formam um sistema entre si; ora um sistema nunca é somente técnico, mas tecno-cultural”.

Apesar da midiologia não estabelecer um conjunto de objetos dos quais se apropriaria, dada a elasticidade do mídiu, que na realidade não existe, pois para Debray (1993, p. 18) ele é “uma abstração reificada que sobrepuja um depósito empírico”, Maingueneau não avalia ou analisa como se passa de uma interação em um mídiu para um interação mediada por um suporte. Por quais recursos sócio-técnicos a interação mediada é realizada e conseqüentemente que alterações os gêneros e a linguagem sofrem são questões não exploradas devidamente pelo autor. Quando Maingueneau opta pelo conceito de dispositivo de comunicação, por mais que fale em circuito que organiza a fala, subentende a noção de interação que, na verdade, deveria ser o foco.

Maingueneau não se detém nas modalidades materiais de transmissão (à exceção do rádio quando faz uma pequena análise), nem na polivalência das diferentes técnicas profissionais envolvidas para a atualização do gênero. A abordagem histórica e midiológica dessas técnicas é a que pode dar solidariedade interna às diferentes mediações gestadas tecnologicamente por

¹⁷ Como já foi comentado antes, Maingueneau crê que o discurso é interativo e que em determinados momentos é difícil diferenciar quem é o destinatário, portanto adota o “co-enunciador” em lugar de destinatário, termo que exprime uma noção de passividade; já o termo “coenunciadores”, sem hífen e no plural, designa os dois parceiros do discurso. (MAINGUENAU, 2001, p. 54)

operadores de grupos sociais distintos, como jornalistas, engenheiros de comunicação e cientistas da computação, por exemplo.

No primeiro momento do exemplo de Maingueneau, não temos a transposição de um suporte – entendido em sentido estrito – para outro suporte. Há uma transposição de um salão, que é um mídiun, para um suporte radiofônico. No segundo, quando se transpõe do rádio para a televisão, têm-se uma transposição de suportes. É natural que Maingueneau tente adaptar a visão de Debray seus propósitos, exatamente pelo fato de que o enfoque midiológico é sócio-histórico, fato que permite um alinhamento das considerações sobre gênero com as de mídiun ou de suporte, mas parece que ele não fez isso adequadamente. Vejamos.

A dimensão dos suportes estabelecida por Debray (1993) pode ser visualizada nas trinta e três páginas do capítulo a ela dedicado no seu *Curso de Midiologia Geral*. Nele flagram-se seis momentos distintos para o suporte: 1) é visto em sua característica material, como matéria prima; 2) é visto através de uma exemplificação que expõe a relação da matéria com sua existência social: o papel relacionado à imprensa; 3) é visto sob o prisma da evolução tecnológica e de suas possíveis conseqüências; 4) é visto em sua condição de desmaterialização (o caso da virtualidade), como ente dialético que traz em si o gene de uma evolução que culmina na incorporalidade; 5) é visto como um elemento que se fragiliza à medida que torna a difusão mais ampla e cuja estocagem é onerosa¹⁸ e, finalmente, 6) é visto como elemento que viabiliza a democratização da informação em função de sua evolução.

O suporte, portanto, não se confunde com o mídiun salão, lugar construído para reuniões. O salão não é um suporte, mas poderia ser analisado pela midiologia como “*espaços e alternativas de difusão, como vetores de sensibilidades e matizes de sociabilidades*” (DEBRAY, 1993, p. 15).

Nesse sentido, os “matizes de sociabilidades” de que nos fala Debray podem ser percebidos como situações sociais que implicam determinadas

¹⁸ Na época em que Debray escreveu o Curso de Midiologia, o arquivamento em mídias digitais ainda era uma atividade onerosa, diferente do que se vê na atualidade, com o CD, DVD, HD, memórias flash e agora com HVD. Todos esses dispositivos de armazenamento têm tornado o registro digital mais acessível economicamente.

formas de interação. Perceber o mídiu(m) como matizes de sociabilidades nos permite avaliar um importante problema já apontado por Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem* em relação à comunicação verbal: “o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo.” (BAKHTIN, 2006, p. 124).

Desta forma, a área de Análise de Gêneros poderia abordar o mídiu(m) sala de aula, por exemplo, não como um suporte, mas como um espaço de difusão de determinados gêneros que se realizariam de acordo com um contexto imediato (interação entre coenunciadores) e com um contexto social mais amplo (papéis sociais, lugar de fala, valores culturais, etc.).

Quando nos referirmos ao suporte, parece mais adequado compreendê-lo como uma entidade material cuja evolução o encaminha para a incorporalidade (digitalização) e cujos processos de inscrição, arquivamento e transmissão permitem diferenciadas formas de interação. Essas formas de interação são tão variadas quanto as diferentes possibilidades tecnológicas formais dos suportes: impressos, televisivos, computacionais, etc.

A interação possibilitada por um tipo de suporte pode ser diferenciada da interação possibilitada por outro tipo de suporte, o mesmo se pode dizer da interação face a face quando oposta à interação mediada por qualquer tipo de suporte. Essas oposições interativas não são o foco em Maingueneau. Acreditamos que só poderemos falar adequadamente de possíveis modificações ou alterações do/no gênero se abordarmos os processos de interação como elemento constituinte das análises das práticas languageiras estabelecidas pelos suportes.

Os processos mediados de interação social, que podem ter um caráter convencional ou não, são o espaço-tempo da realização de gêneros. Da mesma forma que a Midiologia não assume serem os *espaços e alternativas de difusão* um suporte, parece adequado adotar a mesma atitude na área de Análise de Gêneros.

Pode-se, porém, adotar os postulados interativos para o estudo da linguagem que são demandados por Bakhtin (2006 [1929]) para integrar um

procedimento de análise em que se avalie como se inscrevem gêneros utilizados historicamente para um processo de interação verbal que é/foi construído para aquele suporte ou que nele foi introduzido, valendo o mesmo para os *espaços e alternativas de difusão*, ou seja, os diversos mídiuns. Bakhtin (2006 [1929] p. 128) crê que “*a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*”, portanto uma orientação metodológica para o estudo da linguagem deveria avaliar três aspectos:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, o exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual (BAKHTIN, 2006, p. 124).

Não é novo afirmar que o conceito de gêneros em Bakhtin já estava presente antes do conhecido capítulo que aborda os gêneros do discurso, em “*estética da criação verbal*”. Na verdade, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006), especificamente no capítulo “*interação verbal*”, já se pode ver que a noção de gêneros estava presente. Como se pode ver acima, para Bakhtin, o estudo da língua é uma atividade que passa pelo eixo: interação – gêneros – análise lingüística das formas da língua.

Nada mais natural do que remontar o quebra-cabeça da relação que se instaura entre um suporte e um gênero, ou entre um mídiun e um gênero, ou mesmo das diversificadas possibilidades de transposição de um gênero para mídiuns ou suportes e vice-versa, através da orientação bakhtiniana de se analisar os tipos e formas de interação a partir das situações concretas em que essa interação se realiza.

Não se está aqui a dizer que Bakhtin falava de suportes, mas que o estudo da linguagem deveria passar por essa orientação, no entanto, é inegável que “*as formas das distintas enunciações*” ou “*atos de fala isolados*”

são categorias – ou melhor – gêneros que devem ser estudados em sua estreita relação com a interação.

O aspecto interativo em Maingueneau (2001) não é o foco inicial, o conceito de dispositivo que integra de saída o mídiun toca nos processos de interação apenas de forma subentendida quando se refere ao circuito que organiza a fala, oposto da contribuição para análise da linguagem em Bakhtin. Quando Maingueneau trata do mídiun ou suporte, centra-se mais em evidenciar as dicotomias que, segundo ele, colocam as distinções entre enunciados em uma oposição por demais reducionista.

Furlaneto (2005) ao avaliar a contribuição de Maingueneau acredita que as condições de êxito a que Maingueneau se refere correspondem à ordem metodológica do estudo da língua em Bakhtin (2006), aspecto com o qual não concordamos. Já evidenciamos que apesar de ser adequado tomar o gênero como entidade pragmática seria certo reducionismo abordá-lo somente por esse viés. Tomar, porém, o suporte como condição de êxito é, da forma como foi posta por Maingueneau, alijar um foco de análise que pode instituí-lo como uma entidade que estabelece um processo de interação. Vejamos o que a autora diz sobre as condições de êxito em Maingueneau:

Esses critérios (aplicáveis à pedagogia da língua) correspondem ao programa formulado por Bakhtin para o estudo da língua – preconizado como encarar os gêneros do ponto de vista do discurso: sua metodologia enfatiza exatamente a existência histórica da língua: “as relações sociais evoluem”, “a comunicação social e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais” e finalmente “as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal” (FURLANETO, 2005, P. 270).

Em Bakhtin (2006, p. 124) “as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas)”, o que implica considerações materiais como base dessa evolução, o que não se vê realizado adequadamente em Maingueneau. É bem verdade que quando Maingueneau aborda as “mutações sociais” que um deslocamento midiológico estabelece, ele está avaliando aspectos de evolução social, o que o aproxima muito de Bakhtin, mas não se pode dizer o mesmo do aspecto interativo, que aparece de forma subentendida em seu conceito de dispositivo, como já foi mencionado.

Dando continuidade à avaliação, procuraremos evidenciar na seção seguinte como o conceito de enunciado em Maingueneau (2001), em função das dicotomias definidas pelo autor, de certa forma, cristaliza a materialidade genérica, pois não põe a interação como o primeiro passo do processo de análise.

2.1.5 Diferenciações dicotômicas de enunciados

Maingueneau estabelece uma diferenciação da materialidade dos próprios enunciados por uma necessidade de evidenciar que os modos de transmissão, transporte e recepção dos enunciados alteram, de alguma forma, os gêneros do discurso. Essa concepção midiológica de que não se pode separar um mídiom de suas condições materiais e sociais de existência é um preceito da midiologia seguido à risca por Maingueneau, talvez à risca demais.

Por mais que se concebam os suportes (é esse o termo que Maingueneau [2001, p. 74] usa ao abrir a segunda seção do capítulo e não mídiom) em sua existência material, que pode impor certas restrições ao gênero, não se pode esquecer que, antes de ser um construto humano dotado de certas características, ele é uma entidade subsumida pela natureza interativa. Ao colocar a ênfase nas diferenças visualizadas na realização dos enunciados sem observar a natureza interativa de que são constituídos, Maingueneau, visto pela ótica de Bakhtin, cometeu um equívoco.

Segundo Bakhtin (2006, p. 124), a evolução da língua ocorre devido à infra-estrutura que permite uma evolução das relações sociais, logo depois dessa evolução, a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal e tal seqüência evolutiva se reflete na mudança das formas da língua.

Essa construção evolutiva está em consonância com a proposição midiológica, pois, para Debray, falar em evolucionismo midiológico implica dissipar alguns equívocos, já que num enfoque midiológico é comum que se perceba um alinhamento instintivo de um mídiom em relação ao seu anterior:

Os homens entram, recuando, em sua mídiasfera, como se o médium estivesse adiantado em relação ao seu utilizador que, no diálogo milenar do *sapiens* com seus utensílios, coloca-lhes as mesmas questões que formulavam ao médium precedente e esperam as mesmas respostas em melhores condições. (1993, p. 214)

A evolução dos suportes em Debray é um processo que inter-relaciona homem e médium. Essa interação do homem com os novos médiuns pode ser descrita como uma espécie de letramento que se inicia em médiuns anteriores, portanto, como em Bakhtin, é a infra-estrutura que permite avanço e que, nesse caso, suscita novas formas midiáticas. Segundo Debray, não é possível acompanhar uma evolução midiológica, a não ser por seus produtos. Da mesma forma, é possível verificar as alterações do gênero, enquanto produto social, em sua evolução histórica.

Voltando às dicotomias, pode-se dizer que apesar de o conceito de enunciado, estabelecido em Maingueneau (2001, p. 19-29), deixar claro que um enunciado só se torna um verdadeiro enunciado quando é assumido por um sujeito em lugar e momento específico por um sujeito que se dirige, numa determinada perspectiva, a um ou vários sujeitos, não é isso que se sente ao se avaliar o conjunto de oposições dos enunciados postas por Maingueneau.

As diferenças entre os *enunciados orais e gráficos*, por exemplo, nem sempre poderão ser postas em termos de suportes, como faz Maingueneau, pois, como já foi dito, nem todo mídiun é um suporte e, nos casos em que não são, o que existe de mais concreto é um processo de interação face a face dos coenunciadores.

Já no caso dos *enunciados dependentes e independentes do ambiente* vê-se perfeitamente a interação como elemento que estabelece a diferenciação: é em função da presença ou ausência do enunciador ante o enunciatário que determinados enunciados adquirem certas características – os embreantes, a mímica, a modalização, a sintaxe não elaborada são características de um enunciado dependente do ambiente. Diferentes características lingüísticas se vêem nos enunciados independentes do ambiente.

Já entre os *enunciados de estilo escrito e de estilo falado*, o que se percebe são estratégias que um determinado enunciador pode lançar mão para a construção de seu enunciado. Seria interessante averiguar se essas estratégias ocorrem com mais frequência nesse ou naquele tipo de suporte ou nesse ou naquele tipo de mídiun em função de determinadas necessidades interativas.

Não se pode negar que a abertura da inter-relação mídiun-suporte e gêneros é desbravada singularmente por Maingueneau, porém para que se possa esgotar as possibilidades de análise na área de Análise de Gêneros se faz necessário que as considerações relativas aos conceitos de mídiun e de suporte sejam discretizadas em suas várias ocorrências para que se possa indicar com segurança caminhos para o tratamento dos gêneros que se realizam em espaços e alternativas de difusão, como mídiuns que dispersam seus gêneros oralmente em situações de interação formalizada, onde há certa necessidade de organização linear do pensamento, onde o conteúdo é o objeto de uma racionalização, que, para Debray, tem como seu suporte histórico o livro.

Este tipo de avaliação, por exemplo, se o discurso é transmitido oralmente, mas é construído em forma escrita é um índice que caracteriza tanto a necessidade de interação quanto o modo de existência material do discurso. A caracterização oral/escrito (escrito para ser lido) nesses gêneros é tributária da necessidade interativa que se estabelece historicamente nesses espaços de difusão.

Se, ao contrário, estamos diante de uma situação social em que determinados gêneros se realizam em uma oralidade espontânea, ou seja, não escritos anteriormente, temos motivos para crer que o processo de interação assim se dá por razões características desse espaço alternativo de difusão. Esse tipo de preocupação a que nos referimos encontra amparo na assertiva de Bakhtin a seguir, quando o autor ressalta que a comunicação verbal ininterrupta em um processo de enunciação constitui apenas um momento na evolução de um grupo social determinado:

Um importante problema decorre daí: o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo. (...) A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum das situações de produção. (...) Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar. (BAKHTIN, 2006, p. 123-4)

Se admitirmos, em nome do aspecto interativo, que o suporte é uma entidade de interação que estabelece tipos e formas, assim como alguns mídiuns são espaços alternativos de difusão em que se realiza um determinado processo de interação em que a situação concreta é acompanhada por determinados atos sociais e que essa interação é constitutiva da própria necessidade da comunidade, temos que admitir que o suporte, em sentido estrito, e o mídiun, em sentido amplo, são mais que condições de êxito. Eles são o espaço-tempo da própria realização dos gêneros e mobilizam coerções que estão na base, ou em primeiro plano, do processo de (re)criação.

Respondendo ao questionamento que abre esta seção, poderíamos dizer que o componente interativo não estava na base da análise de Maingueneau e também não era o seu foco. Discutiremos a seguir as diferenciações entre o escrito e o impresso.

2.1.6 Escrito e impresso: logosfera e grafosfera midiológicas revistas pela AD

O território do escrito e do impresso é realmente uma seara da qual a midiologia se apoderou. O último elemento que forma essa “trindade” é a *videosfera*. Maingueneau assume que esses universos têm características específicas e é desses aspectos que ele se ocupa. Chama atenção nessa seção esta passagem do autor em relação ao “texto oral” sobre o co-enunciador que “Não podendo percorrer a arquitetura do enunciado em seu

conjunto, ele vai tomando conhecimento dele aos poucos e tem uma consciência muito vaga de sua estrutura.” (MAINGUENEAU, 2001, p. 79)

Será que realmente o co-enunciador não tem consciência da estrutura? Uma moça não adivinha se tratar de uma cantada quando leva uma? Ou um cidadão não reconhece um discurso político quando se depara com um político em um palanque? É bem verdade que não se pode antecipar o que vai ser dito em um discurso oral, possibilidade que é natural em uma materialidade escrita.

As concepções de impresso e de escrito, assim como as noções de espacialidade e mesmo a última seção do autor são um convite ao mergulho nas disposições de forma que são assumidas pela materialidade textual. O empreendimento de Maingueneau é um salto de qualidade quanto às possibilidades de análise que não avaliam a transmissão como uma atividade simbólica integral. É a partir do enquadre de Maingueneau que uma consciência crítica sobre os fenômenos relativos ao suporte podem ganhar corpo, apesar de algumas considerações feitas por nós ao longo deste percurso.

2.2 O suporte numa perspectiva textual

Nesta seção apresentaremos a contribuição de Marcuschi (2003) para a construção do conceito de suporte. Para o autor brasileiro, o suporte é essencialmente um *locus* que deve analisado por um conjunto de categorias que podem ser mobilizadas para uma possível avaliação da contribuição do suporte na determinação dos gêneros. Com conceitos advindos de várias áreas, a contribuição do autor é produtiva, entre outros aspectos, por apresentar uma perspectiva de análise voltada para os suportes baseada em procedimentos etnográficos, no entanto, em outros aspectos não está livre de críticas, como se verá adiante.

2.2.1 Em busca de parâmetros

O ensaio (denominação do autor), *A questão dos suportes de gêneros textuais*, é mais um convite à discussão que a apresentação de conclusões definitivas, apesar de o suporte permitir, segundo Marcuschi (2003), que suas colocações possam ser defendidas devido ao fato de o suporte ter existência empírica. De fato, algumas posições adotadas permitem que a compreensão da relação suporte/gênero avance, possibilitando que os fenômenos relacionados à atualização de gêneros textuais tenham um aporte baseado em categorias que permitem análise e, segundo o autor, aplicação. A intenção de Marcuschi é analisar como os suportes contribuem para a seleção de gêneros e sua forma de apresentação.

Para realizar a análise pretendida, Marcuschi levanta a tese de que todo gênero se realiza em um suporte¹⁹, ressalta ainda que o suporte é responsável pela circulação do gênero na sociedade e que ele deve exercer algum tipo de influência no gênero suportado. Para Marcuschi, não é o suporte que determina o gênero, mas é o gênero que necessita de um suporte especial, no entanto assume que tal assertiva é questionável, pois há casos em que “o suporte determina a distinção que o gênero recebe” (MARCUSCHI, 2003, p. 10).

Ele exemplifica essa possibilidade com um breve escrito pessoal e amoroso que seria chamado de bilhete se se realizasse em um papel ou de telegrama se remetido pelo correio em formulário próprio. O autor qualifica esse tipo de ocorrência como “co-emergência”, possibilidade de uma mesma materialidade textual surgir em suportes distintos e por isso ser identificada.

Segundo Marcuschi, esse aspecto leva a discutir como se dá a circulação dos gêneros na sociedade, o que implica diferenciar locais de armazenamento de suportes, como bibliotecas de *outdoors*, por exemplo. O mesmo se poderia dizer de conceitos como “canal ou meio de condução” e “serviço” que, segundo o autor, não poderiam ser confundidos com suportes ou

¹⁹ Proposição muito discutível se tomarmos como base a distinção entre suporte e mídiuim do capítulo anterior.

com gêneros. No entanto, quando o autor associa suas categorias aos seus respectivos elementos de existência real, percebe-se o caráter discutível de tais associações. Vejamos: “**telefone** (canal)”, “**Internet** (serviço)”, “**pára-choque de caminhão** (suporte de um gênero)”. Canal e serviço, pelos exemplos dados, não parecem tão diferentes assim: ambos são serviços, sob a ótica do consumo.

A última observação do autor ao encerrar a seção inicial do ensaio diz respeito à impossibilidade de equacionar a questão dos suportes de gêneros orais. Explica Marcuschi que toda observação sobre esse aspecto é gratuita, por não se ter maiores detalhes sobre a questão. Vejamos um momento dessa especulação:

Talvez, no caso da oralidade, sejam os próprios **eventos** os suportes, por exemplo, um *congresso acadêmico* seria o suporte de conferências e comunicações orais e a *mesa-redonda* seria o suporte de exposições temáticas. No entanto, seguramente não podemos tomar o *disco de vinil*, o *CD-Rom*, a *fita cassete*, as *gravações em geral* como suportes de gêneros orais. Estes são locais de **armazenamento** ou meios de transporte e o acesso às falas não é direto (MARCUSCHI, 2003, p. 10-11) (destaques do autor).

Se formos comparar essa racionalização de Marcuschi com as observações feitas por nós em relação à indistinção no trabalho de Maingueneau (2001) sobre os suportes e os mídiuns, teremos aproximações e distanciamentos. A aproximação de Marcuschi em relação ao que foi discutido anteriormente reside na compreensão dos mídiuns como “*espaços e alternativas de difusão, como vetores de sensibilidades e matizes de sociabilidades*” (DEBRAY, 1993, p. 15), já que Marcuschi concebe um congresso como suporte de gêneros orais, ou seja um espaço de difusão com sociabilidades estabelecidas. O distanciamento recairia na exclusão da função de armazenamento e transporte do conceito de suporte, aspecto que não se sustenta, como se verá a seguir.

Essa noção de suporte que exclui sua possível função de armazenamento é, a nosso ver, mais restritiva do que a proposição da Midiologia, para quem difusão, transporte e armazenamento são categorias que constituem a noção de suporte em sentido estrito, e de médium em sentido

amplo, já que nem todo médium transporta ou armazena. Como se verá a seguir, essa separação de armazenamento da noção de suporte em Marcuschi é resultado de seu próprio conceito de suporte, segundo momento de seu ensaio, que passaremos a discutir a seguir.

2.2.2 O conceito de suporte

A segunda seção do ensaio, *Por uma noção de suporte*, tenta viabilizar um conceito para o suporte que sirva aos propósitos da análise de gêneros. Segundo Marcuschi, o suporte é um

locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. (MARCUSCHI, 2003, p. 11)

Portanto, o suporte encerraria três aspectos: a) o de um lugar físico ou virtual, b) o de algo que tem um formato específico e c) o de uma funcionalidade de fixar e mostrar o texto. O primeiro caracteriza como imprescindível o caráter material dos suportes, mesmo que a materialidade não seja fácil de ser percebida no caso dos gêneros orais; o segundo é fruto da observação da realidade que permite ver os suportes realizados empiricamente em um formato específico, como revistas e livros, o que implica que foram comunicativamente construídos para portar textos; já o terceiro revela a funcionalidade do suporte como um objeto que tem por finalidade fixar²⁰ o texto e torná-lo acessível para fins comunicativos.

Marcuschi acredita que os suportes servem para fixar gêneros e que veicular, transportar ou circular não é sua função. Essa delimitação funcional do suporte estabelecida na teorização do referido ensaio se dá em função de

²⁰ É estranho o fato de que o conceito de suporte de Marcuschi exclua a noção de armazenamento e ao mesmo tempo use o termo fixar em relação ao gênero: quando se fixa, não se armazena um gênero no papel, por exemplo?

diferenciação categórica que o autor estabelece rigidamente entre suporte, canal, serviço, meio etc.

Dois aspectos podem ser alvos de considerações em relação a essa delimitação. Em primeiro lugar, pode-se dizer que a fixação de que fala o autor é tributária de uma compreensão não explícita, mas muito presente em sua racionalização: a acessibilidade é primacialmente visual e imediata. Como sua teorização, assumidamente, não tem como resolver a questão dos suportes para os gêneros orais, parece que a escrita, cujo acesso é visual (à exceção do braille), foi o aspecto determinante para uma tentativa de solucionar a questão a partir dos fenômenos que podiam ser observados, literalmente. A escolha dos termos *fixar* e *mostrar* usados na definição de suporte consubstanciam nossa afirmação.

Em segundo lugar, a tentativa de diferenciar suporte de canal, meio ou serviço, além de trazer consigo, principalmente em relação ao conceito de canal, uma gama de reflexões relativas a uma fundamentação epistemológica que não comunga de uma série de considerações sociais que envolvem o ato comunicativo²¹, cria empecilhos quanto à análise da própria circulação de alguns suportes, conseqüentemente dos gêneros na sociedade.

Observemos na construção feita pelo autor do contínuo de análise que se inicia com o gênero e termina com o serviço, Marcuschi separa elementos de forma bastante discutível: “**carta pessoal (GÊNERO)** → **tinta (MATERIAL DA ESCRITA)** → **papel-carta (SUPORTE)** → **envelope (EMBALAGEM)** → **correios (SERVIÇO DE TRANSPORTE²²)**” (MARCUSCHI, 2003, p. 11) (destaques do autor).

Como separar tinta de papel? Seria o mesmo que separar a cunha de seu efeito na argila na escrita cuneiforme. Os regimes de escrita existem em correlata associação das materialidades os constituem. Eles integram um todo que deve ser visto em composição, já que não se escreve em papel com uma cunha, por exemplo. Uma carta pessoal redigida à mão tem certa relação com

²¹ A escolha do paradigma comunicacional (ou matemático) da informação que é aproveitado por Jakobson (1991) e inserido na lingüística dos anos 50 não parece adequada para este estudo, conforme comentário anterior.

²² Destaques do autor.

o grau de pessoalização do escrito, da mesma forma que uma carta comercial datilografada ou impressa, avaliado o grau histórico de desenvolvimento da infra-estrutura sócio-técnica, tem estreita relação com o aspecto comercial no qual se insere.

Não parece adequado, portanto, decompor o suporte e observar os elementos materiais que o compõem de forma isolada: ver o papel como suporte e a tinta como “o material que mostra as letras e perfaz a materialidade da escrita” (MARCUSCHI, 2003, p. 12) é desfazer uma associação sócio-técnica estabelecida. Se a discussão é material, deve-se analisar o suporte em sua condição de existência material, fruto de uma infra-estrutura sócio-técnica que possibilita uma determinada constituição material **como um todo**, do contrário, estaremos sujeitos a discussões, por exemplo, sobre o papel do *pixel*²³ na constituição da materialidade escrita na tela do computador.

Voltando ao contínuo de Marcuschi, pode-se dizer que o envelope, sem deixar de ser uma embalagem, é matéria que integra o todo formal que constitui uma carta, ele é uma garantia convencionalizada de confidencialidade e inviolabilidade da forma em que se insere e se transporta o gênero. Os correios são a personificação institucionalizada do transporte, inerente ao gênero carta e a sua atualização em um suporte, uma vez que, para chegar ao destinatário, é necessário que seja conduzida por portador ou instituição.

A noção de serviço, desvinculada do suporte e do gênero, em alguns casos, pode oferecer dificuldades e não discretização do entorno cultural que permeia a atividade interativa através da difusão, do registro, da memória e da circulação que os suportes e seus respectivos gêneros estabelecem, configurando uma dada organização social.

Quando Marcuschi afirma que: “O suporte não deve ser confundido com o contexto nem com a situação, nem com o canal em si, nem com a natureza do serviço prestado” comete o equívoco, mesmo que tenha colocado essas categorias num contínuo, de separar elementos que explicam o funcionamento social de interação mediada dos processos comunicativos. Mesmo que tais

²³ Designação que, em informática, é atribuída à menor área retangular, com cor identificada, de uma imagem (*Picture element* ou elemento de imagem).

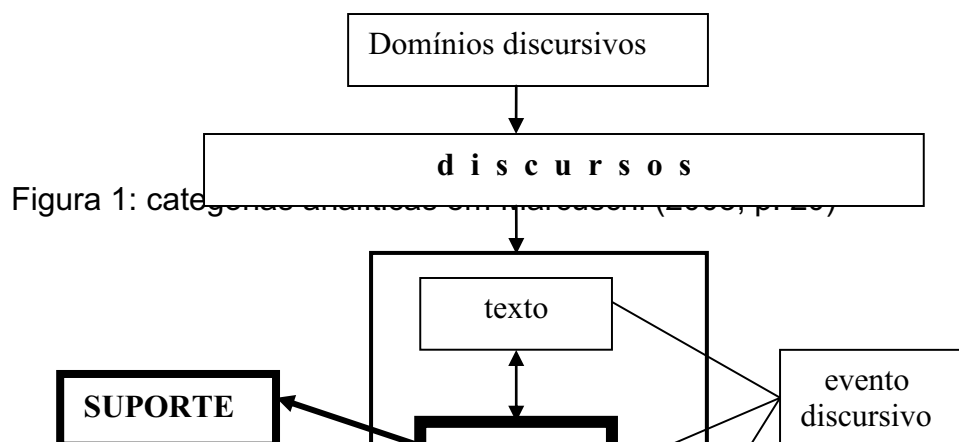
críticas se enderecem a essa construção, não podemos deixar de ressaltar que a idéia de materialidade e de forma que se apresenta em sua definição de suporte foi uma contribuição imprescindível para que pudéssemos iniciar nossa jornada de compreensão da relação suporte/gênero.

Ainda na seção *Por uma noção de suporte* há uma racionalização da relação do suporte com outros aspectos: domínio discursivo, formação discursiva, gênero e tipo textual. Este aspecto se mostra muito produtivo, uma vez que se ressalta a afinidade não hierárquica entre esses elementos, apesar de se poder visualizar, nesses aspectos, possíveis contribuições relativas a influências que determinado suporte pode sofrer por ser o “representante” de um determinado domínio discursivo ou revelar que tal e tal suporte são a manifestação de uma determinada formação discursiva.

2.2.3 As categorias analíticas

Marcuschi estabelece um conjunto de categorias de análise, ou conceitos-chave, advindos da teoria da comunicação, da Lingüística textual, da análise do discurso, e outros de própria lavra que não são propriamente lingüísticos. O elenco de categorias definidas assim se constitui: *discurso*, *texto*, *domínio discursivo*, *gênero textual*, *tipo de texto*, *evento discursivo*, *serviço*, *canal*, *meio*, *instituição* e *grandes continentes*.

Não há a intenção do autor de esgotar os conceitos analisados, eles servem como um guia integrado para possíveis análises. Vejamos como funcionam em conjunto no gráfico que tenta estabelecer uma panorâmica do comportamento das categorias que, na visão de Marcuschi, funcionariam em uma análise para identificar o suporte:



Devido ao fato de o diagrama acima ter sido estabelecido, como afirma o autor, para a identificação do suporte, é compreensível que ele não esteja conectado a um teto superestrutural (domínio discursivo). Também é engenhoso (e também bakhtiniano) estabelecer uma base infra-estrutural.

Estranho, porém, é que o item “instituição” esteja na base, ao lado de serviço e canal. Estranho, também, é o fato de o suporte ser visto desconectado de sua condição de existência social (onde se dá a interação), ou seja, difusão e transporte, caracterizados como canal e serviço.

Como conceber um processo de identificação de um suporte se o desconectamos de sua função básica de estabelecer mediação entre enunciador e co-enunciador ou coenunciadores? É na dinâmica das formas de transporte ou de armazenamento que se pode flagrar como a sociedade organiza, memoriza e dispersa seus produtos textuais e isso se dá, no caso da escrita, necessariamente, em suportes. Essa dinâmica é parte integrante da evolução e da sedimentação de práticas sócio-comunicativas que se realizam através da mediação dos inventos tecnológicos. A explicitude da ligação do suporte apenas em relação aos grandes continentes e ao gênero revela apenas uma fração dessa dinâmica (livros em bibliotecas).

Em relação ao processo de identificação do suporte, acreditamos que um mapeamento de um evento discursivo como manifestação de discursos é uma alternativa que se mostra extremamente produtiva, pois é possível que se possa estabelecer toda essa gama de relações em um gênero, como se vê pelo diagrama, e sua respectiva atualização em um suporte. Esse espectro de relações se mostra relevante, já que pode revelar que determinados suportes operam, predominantemente, como entidades em que se materializam gêneros filiados a esse ou aquele domínio discursivo.

2.2.4 Incidentalidade e convencionalidade dos suportes

No quarto, quinto e sexto momentos do ensaio, é realizada uma diferenciação dos suportes, classificados como convencionais (“elaborados tendo em vista a sua função de portarem ou fixarem textos”) e como incidentais (“que operam como suportes ocasionais ou eventuais” [MARCUSCHI, 2003, p. 20]).

Bonini (2005, p. 64) acredita que Marcuschi (2003), apesar de estabelecer uma relação entre suporte e gênero, tende a ver esses elementos de forma bastante independente e mesmo sua caracterização de convencionalidade e incidentalidade “não aprofunda aspectos relativos à fluidez dessa noção no tocante à relação gênero/suporte.” (BONINI, 2005, p. 64).

Bonini (2005, p. 65) estabelece que os suportes podem ser classificados como suportes físicos e convencionados:

Penso que existem o *suporte físico* e o *suporte convencionado* (Bonini, 2003), sendo que, no primeiro caso, a distinção é nítida, mas, no segundo, há sobreposição entre gênero e suporte. Ou seja, um gênero pode ser convencionado como suporte de outro gênero (ou de outros). O jornal, nesse sentido, é um típico exemplar de suporte convencionado que eu tenho denominado de hiper-gênero, uma vez que é um gênero constituído por vários outros.

As categorias de análise na comparação dos dois autores parecem ser conflitantes e ao mesmo tempo portadoras de mérito. Na enumeração e análise de suportes incidentais e convencionais de Marcuschi (2003), há uma tentativa de consubstanciar empiricamente observações feitas a cada um dos suportes por ele listados, uma vez que eles são elementos de existência real e se prestam a análises empíricas. No caso de Bonini (2005), suas observações são o fruto das pesquisas realizadas em torno dos gêneros do jornal (PROJOR). A ilação a que se chega entre as duas posições pode ser dividida em três aspectos.

O primeiro deles diz respeito ao suporte como entidade física, aspecto necessário, se tomarmos como base a sua função de inscrição, memória, difusão, etc. – um suporte, em sentido estrito, sempre terá uma tecnologia de inscrição para efeito de registro e isso significa dizer que a materialidade escrita poderá ser organizada (como a história da escrita revela) de acordo

com as possibilidades materiais de inscrição, seja em argila ou na tela de um computador, portanto físico e convencional não são critérios a serem contrapostos, o físico pode ou não ser convencionalizado. A convencionalidade é um aspecto devedor da inserção do suporte em uma dada cultura, ela é, portanto, um fator sócio-histórico.

O segundo relaciona-se à classificação dos suportes em “convencionais” ou “incidentais” – a utilização dos suportes pode ser vista no âmbito de uma esfera de atividade humana que, se especializada, poder ter crenças a respeito de como se processa ou deve se processar a atualização da materialidade textual dentro da constituição formal do suporte.

A terceira relaciona gênero com o suporte de gêneros – esse ponto talvez seja o de mais difícil abordagem devido à interpretação que foi dada aos fenômenos. Em virtude da imbricação que ocorre entre os gêneros, da dificuldade de identificação das fronteiras entre os gêneros, e mesmo dos mecanismos dos gêneros e do jornal, como o chapéu (palavra que identifica um assunto de um texto ou um conjunto deles), Bonini (2005, p. 70) interpreta os fenômenos de atualização de gêneros no jornal no limite do que a atual teoria de gêneros permite. Às vezes, um gênero assume papel central dentro de um bloco temático composto por reportagens, notícias, etc. noutras, um papel híbrido de textos independentes e, ao mesmo tempo, de parte de um todo.

Esse estado de coisas revela uma dificuldade prática de aplicação teórica dos dados colhidos na realidade. Aspectos da composição temática ou da organização da textualidade são extremamente difíceis de serem compreendidos devido à estabilidade/instabilidade da própria forma de composição e organização da materialidade textual. Tratar das divisões temáticas do jornal é similar ao tratamento das divisões de um livro, por exemplo. Em que medida podemos dizer que o sumário, a divisão em capítulos é inerente ao livro, ou ao gênero (quicá gêneros) que ali se atualiza?

Este é um fenômeno complexo, no entanto, as divisões de um livro, ou mesmo as divisões de um jornal, como suportes convencionalizados, estão intimamente relacionadas com a maneira específica e historicamente

estabelecida para inscrever, registrar, diagramar e difundir. Estes mecanismos, devido ao fato de serem estabelecidos por uma noção espacial característica para cada suporte (impresso) e atualizados através da linguagem em conceitos como capítulos, seções, cadernos, índices, etc. devem ser vistos na invariabilidade instável²⁴ do par forma/função.

A divisão formal de um caderno ou mesmo de seções e subseções é dada de forma espacial, diagramática. A ela são atribuídas unidades temáticas que podem ser vistas em subdivisões. De certa forma, esse levantamento é feito em Bonini (2005), porém os dados das pesquisas do PROJOR revelam que as fronteiras entre os gêneros são de difícil percepção. Essa questão é extremamente relevante, e a continuidade das pesquisas pode revelar aspectos ainda não observados.

Um aspecto, no entanto, merece observação: o modo de dividir, separar, diagramar no jornal não é o mesmo que se observa em um livro, por exemplo. As divisões não são as mesmas. A atualização dos gêneros oferece dificuldades à identificação de suas fronteiras, ou mesmo de mecanismos que tanto podem ser relativos à divisão ou subdivisões do jornal, ou seja, formais, quanto dos gêneros que nele ocorrem.

O grande mérito de Bonini (2005) é revelar que o modo de existência dos gêneros está em associação com a gama de conexões e imbricações que estes estabelecem com outros e com o suporte no qual se atualizam. O que evidencia que a função do suporte está além de fixar e de mostrar o gênero.

O grau de convencionalidade de divisão formal e funcional do suporte, como entidade que propicia mediação, poderia, por isso mesmo, ser visto em sua invariabilidade instável. Esse é um aspecto capaz de ajudar a estabelecer o que é próprio do jornal, enquanto suporte, do que é próprio dos gêneros ou mesmo que pertence a ambos, em imbricação.

²⁴ O que chamamos aqui de invariabilidade instável diz respeito ao modo de separar, reunir ou diagramar as diferentes seções, partes, capítulos, etc. quando materializamos a textualidade nos suportes de impressão. Ao mesmo tempo em que se tem uma invariabilidade na divisão de capítulos, por exemplo, em livros, não se pode dizer que tal aspecto seja imutável. As formas de organização que hoje são amplamente difundidas em nossa cultura, nem sempre foram assim. A paginação dos livros, ou a noção de capítulos não existia na época dos rolos de papiro. Esses aspectos dizem respeito a uma tecnologia de registro e de memória construídos historicamente, de certa forma estáveis, mas não imutáveis.

A abertura da discussão da convencionalidade ou incidentalidade dos suportes em Marcuschi (2003) é colocada em um patamar posterior de discussão por Bonini (2005). A contribuição dos pesquisadores brasileiros tem, no ensaio de Marcuschi (2003), o levantamento de categorias distintas, um norte para averiguação e, em Bonini (2005), resultados que imbricam mais ainda a insuspeita inter-relação entre os gêneros e seu suporte.

2.2.5 A categoria serviços e sua relação com a atividade comunicativa

No sétimo item do seu ensaio, Marcuschi se detém na análise do que denomina “serviços”. Seria uma forma de considerar a atividade comunicativa como mediada por empresas (correios) que são responsáveis pela circulação das informações; como ferramentas virtuais (o caso dos gerenciadores de correio eletrônico); como mala direta (tipo de serviço não especificado); como Internet (item limítrofe entre serviço e suporte); como *home page* e portal (elementos de difícil classificação).

Já revelamos nossa opinião sobre a função de transporte ou armazenamento, intrínseca aos suportes, conceito que assumimos em função da orientação teórica dada pela Midiologia de Debray. Creemos que não se pode separar o suporte de seu modo de existência. A materialidade dos suportes está conectada a sua função básica de estabelecer mediação entre enunciador e co-enunciador ou entre coenunciadores.

Através da dinâmica de como se difundem ou se armazenam os gêneros podemos alcançar como a sociedade os organiza, os memoriza e os dispersa. Este aspecto deve ser associado, no caso da escrita, necessariamente aos suportes. Separar ou criar categorias que não estejam intimamente relacionadas ao suporte como fator intrínseco, como a categoria de serviços, é perder a dinâmica dos modos de evolução e da sedimentação da atividade sócio-comunicativa que se realiza através da mediação dos inventos tecnológicos criados ou aproveitados para esse fim.

Nessa seção do ensaio de Marcuschi, a preocupação reside na necessidade de identificar alguns serviços e de diferenciá-los do suporte. Acreditamos que seria mais produtivo associá-lo sempre ao suporte que por eles são viabilizados, como uma forma de estabelecer as coordenadas dos modos de circulação que propiciam a eficiência e a eficácia do suporte como entidade mediadora de interação.

Essa integração parece ser mais produtiva, uma vez que, em função da tecnologia criada para interação, determinadas características circunstanciais podem interferir na constituição e mesmo na materialização da textualidade. É o caso dos gerenciadores de e-mail, que não podem ser vistos da mesma forma que o correio. Dependendo do gerenciador, determinadas características formulaicas presentes na carta, por exemplo, já estarão presentes no cabeçalho disponibilizado pelo gerenciador.

O mesmo se pode dizer da hipertextualidade, aspecto cuja existência esta associada à virtualidade e, portanto, ao modo de existência do suporte a ser analisado.

2.2.6 Formato do suporte *versus* gênero: uma problemática e uma análise

Marcuschi, na oitava parte do ensaio, inicia a discussão com questionamentos que se mostram muito promissores, apesar de não explorá-los, a nosso ver, a contento. Vejamos.

Duas questões surgem aqui: (a) há alguma relação direta entre o formato específico do suporte e a natureza do gênero que ele fixa? e (b) qual a influência que o suporte pode exercer sobre o gênero? Num certo sentido, as duas indagações se imbricam a ponto de se tornarem uma só. Isto por que se um gênero tem preferência por algum suporte, este suporte será o preferido para a realização daquele gênero, o que equivale a esta questão básica: **o suporte interfere no gênero?** Qual a nossa relação com os suportes dos gêneros e como lidamos com eles?

Alguns aspectos dos problemas aqui relacionados já foram analisados em nosso estudo anterior (TÁVORA, 2003) sobre as malas diretas. A descrição do gênero textual mala direta revelou que seus suportes podem ser utilizados para gerar adesão, ou para incentivar um processo de interação, visto que as malas diretas são uma correspondência não-solicitada, aspecto que contribui para que os receptores delas se desfaçam em virtude da falta de interesse nesse tipo de relacionamento comercial que se realiza via correio ou empresa similar.

A necessidade de estabelecer interação, aliada à constante inovação imposta ao setor de criação (aspecto inerente ao setor publicitário) e determinada pelo indispensável retorno financeiro da venda são aspectos que se somam à forma de apresentação que a mala direta assume. Tal forma, como evidenciaram os dados da pesquisa, está associada à natureza do produto ou serviço comercializado através das malas diretas. A escolha pela forma de apresentação da mala direta está em sintonia com o propósito de venda e sua subespecificação em produtos ou serviços.

Outro aspecto importante, levantado teoricamente por Marcuschi e evidenciado empiricamente em nossa dissertação de mestrado, relaciona-se ao caráter funcional do gênero, que poderia ser alterado devido ao suporte em que está inserido: “indaga-se até que ponto o formato do suporte tem influências diretas sobre algum dos *processos de textualização* tendo em vista sua interferência no processo de recepção” (MARCUSCHI, 2003a, p. 35). Um aspecto dessa problemática foi abordada por TÁVORA (2003, 2005), e a ele demos o nome de intertextualidade intersuportes.

A intertextualidade intersuportes consiste na inserção de um gênero em um outro suporte que, habitualmente, não é usado para portar esse gênero. Dessa atualização nasce uma possibilidade de interação que normalmente não ocorre quando se usa um suporte “mais convencional” (como uma mala direta que se apresenta em forma de envelope) em virtude do contexto social mais amplo (de fins comerciais) reconhecido pelo destinatário que, muitas vezes, se desfaz da mala direta sem abri-la.

O uso de um telegrama, ou a imitação da forma de um telegrama pode, por exemplo, despertar a curiosidade, fazer com que o destinatário o abra, iniciando, assim, um processo de interação. O mesmo se pode dizer de uma mala direta que é enviada a um possível cliente em forma de cartão postal. Quebrar cognitivamente o esquema de reconhecimento postal do enunciatário torna-se uma estratégia que permite iniciar uma interação comercial com aquele que dela deseja se distanciar.

Se, além disso, essa mala direta vende, por exemplo, um pacote de viagens, a forma do suporte provocará uma redundância em relação ao tema do produto que se deseja comercializar, o que se mostra interessante na perspectiva da empresa proponente da venda e da própria tentativa de comercialização realizada pela mala direta.

A discussão sobre o aspecto formal dos suportes em relação aos gêneros era um dos problemas de pesquisa em relação às malas diretas e, neste trabalho, assume uma focalização maior. Não poderíamos deixar de apontar a influência que o aspecto formal de constituição do suporte assume nesta tese. A constituição de uma categoria de análise baseada no critério da constituição formal do suporte tem forte influência da inseminação da problemática estabelecida por Marcuschi, que recolocaremos de acordo com nossa visão do fenômeno no terceiro capítulo.

Por mais que se possam objetar alguns pontos de seu ensaio, é importante que se diga que foi através dele que várias questões puderam ser levantadas. Mesmo que Marcuschi não tenha avaliado a forma a partir da materialidade dos suportes, ao fim da oitava seção de seu ensaio, quando analisa a atualização de uma “lista” em suportes distintos, sua discussão sobre aspectos formais não é menor:

Assim, uma *listagem de nomes* num quadro de avisos gerais ou numa placa comemorativa ou numa caderneta de alunos é algo bem diverso e aparece como um determinado gênero. Por exemplo, no quadro de avisos pode ser a *listagem de notas de uma disciplina*, na placa comemorativa pode ser a *relação de formandos do ano* ou então a *relação dos premiados* e assim por diante. Neste caso, tanto o **quadro de avisos** como a **placa comemorativa** servem como suportes, embora a placa

comemorativa tenda a se tornar um gênero pela sua monofuncionalidade (MARCUSCHI, 2003, p. 36).

Não se pode esquecer que a materialidade propicia um tipo de relação interativa com os enunciatários, Marcuschi não atentou para isso. A materialidade que constitui o suporte não pode deixar de ser avaliada, ela tem uma utilização historicamente estabelecida. Assim, o bronze “impõe” reverência, de certa forma, porque ela é atribuída a ele pela própria sociedade.

A necessidade de marcar e registrar para a posteridade o evento comemorativo que a placa enseja não é estabelecida apenas pelo conteúdo da textualidade que está inserido na placa, a materialidade de que é constituída a placa revela que seu modo de existência é consequência do valor que a sociedade lhe atribui.

Pode-se dizer o mesmo, guardadas as devidas proporções, em relação a um quadro de avisos em que se fixa uma lista de notas em papel. A natureza institucional dos prazos de revisão, ou a necessidade dos alunos saberem se passaram ou não, se vão refazer a disciplina, se precisam estudar mais para os próximos exames, etc. é um fator determinante mobilizado para o processo de escolha do material onde a lista será atualizada e que pode assumir foro de gênero, ou não.

Outro aspecto que se pode observar em relação esses suportes diz respeito ao seu lugar de afixação. O lugar revela a inter-relação do suporte com sua própria condição de existência social: eles mantêm com o ambiente de que fazem parte uma estreita ligação e são o registro temporário (quadro de avisos) ou destinado à posteridade (placa comemorativa) das necessidades sociais de comunicação (e afirmação) de uma dada realidade institucional e de grupos sociais (professores, estudantes). A materialidade do suporte foi escolhida tendo em vista essas necessidades e isso é compreendido em função do valor que aprendemos a atribuir às propriedades materiais dos suportes.

Aspecto merecedor de ponderação na produtiva oitava seção do ensaio de Marcuschi relaciona-se à avaliação que faz de alguns suportes. Vejamos.

Caso interessante é a questão do *editorial* que vai variar muito em seu conteúdo e natureza interna, inclusive estrutural, se for

um *editorial de revista semanal*, tal como a revista *Veja*, por exemplo, ou um *editorial de jornal diário* como no caso da *Folha de São Paulo*. Sabemos que no jornal o editorial traz a posição do jornal sobre um tema candente no dia. Mas na revista o editorial é uma visão geral dos temas da semana com uma espécie de motivação para sua leitura. E se formos observar o editorial de uma revista masculina ou de revistas científicas, cada vez vai ser outra coisa, ou seja, o suporte vai interferir. Será que temos sempre um **editorial** ou já temos cada vez outro gênero? (MARCUSCHI, 2003, p. 35)

Nesse momento do ensaio, temos uma discussão realmente instigante. Não é fácil decidir se estamos diante de gêneros diferentes, ou se diante do mesmo gênero que se realiza de forma diferenciada em função do suporte. No caso específico, as hipóteses cabíveis são a de que temos gêneros distintos rotulados com o mesmo nome; ou gêneros que constituem uma constelação e que estão aproximados por um propósito comunicativo geral e diferenciados por específicos.

De qualquer forma, vários aspectos podem ser avaliados a partir desse questionamento. Em uma listagem sumária, poderíamos analisar: (a) o modo de existência dos suportes, uma análise dos aspectos interativos relativos ao contexto extralingüístico, o imediato e o contexto social mais amplo, que poderiam englobar, entre outras coisas: (a1) a periodicidade, (a2) as necessidades comunicativas supridas pelo suporte e (a3) a matéria e a forma como categoria mobilizadas para procedimentos interativos.

Com (a) poderíamos avaliar em que medida a interação propiciada pelo suporte institui uma necessidade de realização diferenciada do gênero editorial em cada suporte por razões de natureza historicamente estabelecidas em um contexto social qualquer por este ou aquele suporte. As funções interativas do gênero editorial também poderiam ser vistas em razão de sua relação com o suporte: jornal, revista, etc.

Esse último aspecto poderia ser verificado através do papel funcional que o gênero ocupa em relação ao suporte, uma vez que o editorial parece sempre fomentar um tipo de interação do leitor para com o suporte: se de gênero que constitui um posicionamento ideológico/político do suporte ante os fatos ou acontecimentos diários que pode capitular o leitor ou não; ou de

gênero que sintetiza a constituição retórica do suporte, como um convite à leitura.

Retomando os aspectos relativos a um contexto social mais amplo, veríamos com (a1) a questão temporal como determinante da escolha temática ou abordagem sobre a qual versará o editorial (caso em que o jornal se insere). Com (a2) veríamos o editorial pelo papel interativo que o suporte (revista, jornal) realiza. Com (a3) poderíamos vislumbrar como determinado suporte é **formatado** e, ou seja, como historicamente está estabelecido o processo encaixe, separação, coexistência diagramação, localização de gêneros, etc e como isso interfere ou não na compreensão que se tem dos editoriais.

Essas apreciações não podem ser vistas de modo estanque. Os itens selecionados, por um ou outro motivo, se interpenetram. Na realidade, se complementam, mas não podem ser vistos aqui como proposições exaustivas quanto à análise que se poderia mobilizar para verificação do problema posto por Marcuschi, mas com certeza põe a questão com outra via de solução.

A discussão desse autor, no entanto, difere do que propomos. Ele caracteriza os suportes como se eles fossem diferentes em função do domínio discursivo que os utiliza. Isso faz nascer, teoricamente, um outro tipo de categoria de suporte, conceitual, que gira em torno de uma mesclagem de domínio discursivo e de suporte:

Voltemos ao caso do livro didático por parecer mais complexo. E neste caso começemos com o **Livro de Língua Portuguesa**, que é um caso mais simples do que o **Livro de Geografia**, por exemplo. Os gêneros de texto que aparecem no *livro didático de Português* mantém ou não a mesma função original? Sabemos que há quem trate o livro didático como gênero, mas aqui o *livro didático* será decididamente visto como um suporte com os argumentos apresentados acima. Seguramente, o *livro didático* é um suporte bem diverso do que uma revista semanal. Não só os destinatários e os objetivos do livro didático e da revista semanal são diversos, mas também as esferas de atividade discursiva são outras. (MARCUSCHI, 2003, p.35) (negritos do autor)

Como o **livro didático** pode ser visto como um suporte? O suporte não seria o livro, cabendo ao termo “**didático**” o uso que um determinado situação interativa faz dele? O suporte, do ponto de vista material e formal, deve ser

delimitado, e a associação do suporte a uma comunidade, ou domínio discursivo passa antes pela identificação da situação interativa.

Acreditamos que a categoria de domínio discursivo é sub-reptícia ao conceito de interação, uma vez que o domínio discursivo pode ser identificado num determinado tipo ou forma de interação, neste caso, para fins pedagógicos. A natureza interativa estabelecida por um suporte qualquer pode ser delimitada tanto pela situação extralingüística imediata, quanto a situação social mais ampla, como já dito antes.

O uso que se faz dos suportes em uma perspectiva social mais ampla pode avaliar o fundo cultural no qual está inserido certo suporte e de como as crenças relativas a práticas de interação social nele se manifestam. Assim, a crença de que o livro é um suporte privilegiado para o processo de ensino-aprendizagem é o pano de fundo responsável por sua larga utilização na educação. E isso não se faz sem diferenciações de matéria e forma do livro em relação à revista, por exemplo.

Uma perspectiva de análise de um suporte, como o livro, a partir de uma situação extralingüística imediata (didático-pedagógica) pode observar o suporte em termos de sua realização diagramática atual: normalmente colorida, com larga utilização de imagens, de esquemas, de modo a torná-lo atrativo, simplificado, um convite à interação com os conteúdos de linguagem ali realizados.

A formatação atual desses livros é índice de determinada orientação interativa, também influenciada pelo avanço técnico das possibilidades de impressão. Numa perspectiva ampla, os conteúdos selecionados podem ser vistos como resultante do eterno dialogismo nas orientações teóricas do ensino de Língua Portuguesa.

A realização diagramática atual e a seleção de conteúdos de linguagem nem sempre foram as mesmas. O próprio Marcuschi²⁵ (2003a) em palestra realizada no PPGL da UFC mostrou que as primeiras crestomatias possuíam uma constituição de conteúdos baseada numa coletânea de textos. Passados

²⁵ História da utilização dos livros didáticos no Brasil: das crestomatias aos PCNs.

alguns anos, a coletânea se apresentava em uma formatação na qual notas de rodapé passaram a explicar questões gramaticais desses textos; logo em seguida, as notas se tornaram o foco de constituição temática desses livros, saindo formalmente do rodapé.

Segundo Marcuschi (2003a) os gêneros abrigados nesses livros podiam ser vistos como exemplares que se prestavam à leitura e ao reconhecimento tanto de suas estruturas, como de suas características estilísticas e léxico-gramaticais. Esta última, como foco, impregnou o livro para fins didáticos a partir dos anos 70, no Brasil.

A nosso ver, isso se deu por intermédio de ações com a linguagem nas quais se creditou o poder de transmissão de conhecimento ou de ensino da língua materna ao aprendizado de Gramática. O mais importante disso tudo para nossa discussão aqui é que essa virada também se deu enquanto formatação: do rodapé para o corpo do texto.

Ao adotarmos a noção de entidade de interação para o conceito de suporte, pode-se olhar para o livro do ponto de vista material e formal como categorias que podem contribuir para a realização interativa por elas estabelecidas. Numa situação diacrônica como a relatada acima, pode-se ver como certos procedimentos formatadores revelam o dialogismo da mudança de foco nos conteúdos, que pode interferir na concepção que se tem dos valores dos gêneros na própria sociedade.

Avaliemos o alcance dessa interferência retomando o problema “o suporte interfere no gênero?” estabelecido por Marcuschi (2003) e inserido no início dessa seção, a partir deste exemplo. No uso interativo do livro de Língua Portuguesa para fins pedagógicos, alguns gêneros da literatura, como o conto ou o poema, para muitos alunos do ensino médio, não passam de modelos para aferição de conhecimento sobre estruturas gramaticais, ou sobre “Escolas Literárias” em provas. Esses e outros gêneros recolocados em situações interativas distanciadas das de sua origem promovem esse tipo de compreensão por parte dos alunos, o que os afasta da leitura de gêneros literários em um processo de interação prazerosa.

O aspecto relacionado acima aponta para certa impropriedade dessa associação do conceito de suporte a um determinado domínio discursivo: pelo visto não parece ser suficiente compreender essa questão sem a noção de interação. Já em relação ao modo de existência do suporte, pode-se dizer que ele está inscrito na perspectiva de Marcuschi, já que o autor aborda a noção de forma, apesar da unidade não explicitada no tratamento do suporte como entidade empírica com uma avaliação conceitual (domínio discursivo).

Parece-nos que uma perspectiva em que o suporte possa ser avaliado como entidade empírica passa pelos critérios material e formal, que são mobilizados em razão de um processo interativo. A interação subsume a noção de domínio discursivo, uma vez que subentende a existência de dialogismo, além de outras considerações sobre a interação dada pelo contexto extralingüístico imediato e pelo contexto social mais amplo que um suporte permite avaliar.

A compreensão da interferência que o suporte desempenha na concepção que se tem dos valores dos gêneros na sociedade passa pelo uso interativo que dele se faz, mas esse é um aspecto a ser discutido na próxima seção.

2.2.7 Formas de leitura *versus* compreensão receptora

Marcuschi, na nona seção de seu ensaio, avalia questões relativas ao significado de um “texto” transposto de suporte a suporte, às formas de recepção e à circulação social dos gêneros. Citando e concordando com Possenti (2002:208), o autor deixa claro que não acredita que os suportes possam emanar algum “poder” que possa afetar a leitura. Segundo Marcuschi, Possenti (2002) desfaz essa possibilidade de interpretação que é atribuída a Chartier (1994, 1997) por “solertes intérpretes” para quem os suportes de leitura alterariam a compreensão de um texto atualizado em distintos suportes, como pergaminhos, tela de computador, etc.

Essa questão é complexa, ela não é um tópico de que a Lingüística tenha se ocupado com mais vagar, dado que a discussão sobre suportes é muito recente. É possível que um suporte condicione, sim, a leitura que

fazemos do conteúdo nele atualizado em razão de compreendermos que processos interativos diferenciados **podem** ser mobilizados por um mesmo texto atualizados em suportes distintos. Esse aspecto deve ser avaliado enquanto possibilidade/produtividade, não enquanto definição absoluta.

Retomamos, para efeito de análise, a lista de formandos comentada por Marcuschi em seção anterior. Para efeito de exercício teórico, imaginemos que uma lista (em papel) de formandos foi afixada em um quadro de avisos em um corredor de uma universidade com os seguintes dizeres: “Formandos em Letras 2008”, seguida de uma lista de nomes. Imaginemos agora a mesma configuração textual em uma placa de bronze.

Obteríamos a mesma significação da materialidade textual nos dois suportes? E quanto aos sentidos que ambos os suportes evocam, podemos dizer o mesmo? A interpretação que é possível e que pode ser atribuída em um quadro de avisos quanto aos que **poderiam** cumprir com todos os requisitos e colar grau (possíveis formandos) se dá na mesma medida quando se lê **a mesma** materialidade textual em uma placa de bronze (formandos de fato)?

Se a constituição de linguagem é rigorosamente a mesma, é plausível que a situação interativa instituída pelos suportes autorizem uma ou outra construção de sentido.

Saindo da seara de autorização argumentativa baseada em discurso de autoridade (POSSENTI, 2002, MARCUSCHI, 2003) e mobilizando o exemplo dado, pode-se dizer que os suportes possibilitam certo engessamento quanto a possíveis interpretações da materialidade textual. Não que o código tenha o suporte como um de seus elementos distintivos, mas que a composição textual possa ser percebida enquanto constituição simbólica integral em determinada situação interativa. E para que isso se dê, como no exemplo citado, determinada matéria e forma devem ser mobilizadas.

Tanto o posicionamento de negação absoluta quanto o de assunção absoluta em relação ao suportes possibilitarem uma alteração da compreensão de um texto ou gênero atualizado em suportes distintos parecem ser pouco fecundos. Uma noção clássica em Lingüística poderia ser mobilizada para analisar os fenômenos flagrados no exemplo da lista: a produtividade. Pode se

dizer que tal alteração é ou não produtiva em razão da alteração ou não da situação interativa estabelecida pela matéria ou pela forma de um suporte, mas não se pode afirmar não ser aquilo que é, e vice versa.

Ao tentar mostrar que uma notícia poderia ter repercussão diferenciada em virtude de sua publicação em suportes distintos como o *New York Times*, ou em um jornal do interior do estado de Pernambuco, Marcuschi mostra que o conteúdo não seria diferente, mas que teria efeito diferente no leitor. Ora, atribuir ao prestígio ou *status* do jornal à forma diferenciada de recepção é separar o suporte de sua condição de existência, do suporte visto em uma perspectiva que o entrelaça com o contexto social mais amplo em que está inserido.

Apesar de a comparação não ser exata, poderíamos fazer um paralelo com o livro de geografia e o livro de língua portuguesa. Se eles são suportes, teoricamente, distintos, ao não diferenciarmos os jornais como suportes de países diferentes, com culturas diferentes, estamos deixando de identificar aspectos distintos que delimitam a existência social de tais suportes em suas coordenadas de existência e sua inserção na sociedade – nessa perspectiva o contexto social mais amplo se perdeu do foco de análise.

Se a separação se dá em um “domínio discursivo”, como categoria teórica para o suporte, como podemos não identificar culturas distintas? Creemos que as interpretações que um suporte pode evocar, situam-no em um patamar inclusivo e associativo, do ponto de vista social, e esse aspecto deveria ser integrante e não exclusivo: o *Status* de um determinado suporte pertence a um determinado suporte culturalmente situado no interior de uma ambiência social e os efeitos de recepção que ele pode evocar pertencem a ele, não a outro suporte.

2.2.8 A espera de continuidade: a revisão na *questão do suporte dos gêneros textuais*

A última seção do ensaio de Marcuschi, *olhando para o futuro*, é destinada a um balanço crítico do que foi analisado. Lembra o autor de todos os cuidados necessários à pesquisa que envolva suporte e gênero e faz uma avaliação da própria necessidade de se revisar alguns pontos teóricos da análise de gêneros e de seu próprio trabalho para que se possa realizar um trabalho de investigação dos suportes a contento.

Embora aqui estejam algumas análises até certo ponto sensatas, tudo isto merece uma revisão cuidadosa e indubitavelmente séria com análises mais profundas e exemplos mais específicos. Além disso, deve-se fazer um uso mais sistemático do aparato metodológico sugerido no início com a bateria de categorias construídas para a análise. Mas fique claro que a questão do suporte, para ser resolvida a contento, deve ser precedida da solução de uma série de outros problemas relativos aos gêneros textuais. Também tenha-se em mente que refletir sobre o problema do suporte é refletir sobre o problema da circulação social do texto verbal em nossa sociedade. A complexidade dos suportes revela a complexidade social em que os próprios textos circulam. E este tema é um caso típico para estudos de natureza etnometodológica. (MARCUSCHI, 2003, p. 38)

Fica clara a noção de revisão e de aprofundamento necessários para toda construção analítica feita pelo autor. Esse aspecto, aliado a uma concepção etnometodológica de pesquisa são os pontos indicados para possíveis desdobramentos futuros. Vale salientar que o ensaio revelou um ponto de partida para a discussão e complexificação de vários aspectos aqui abordados e muitos deles não seriam possíveis sem a contribuição dada pelo autor.

Por ser um texto desbravador, que tenta estabelecer limites e delimitar possibilidades de pesquisa, o ensaio fornece tanto uma contribuição valorosa, que permite guiar pesquisas, como suscitar críticas. É natural que numa área em que pouca coisa foi escrita sejam encontradas incoerências, nem por isso o ensaio deixa de ter valor acadêmico.

É na medida em que diferentes posições são cotejadas, como as de Maingueneau (2001) ou as de Bonini (2005) que as observações sobre o suporte, visto como objeto de estudos pertinente à análise de gêneros, podem frutificar para que se possa conhecer melhor os fenômenos envolvidos nessa

questão, o ensaio de Marcuschi revelou-se como uma das possibilidades para se iniciar tais discussões na academia.

2.3 O gênero e o suporte numa perspectiva sócio-retórica

As pesquisas de Bonini sobre os gêneros do jornal constituem uma busca de parâmetros adequados em relação à abordagem da temática. O autor parte de análises empíricas do fenômeno de atualização dos gêneros do jornal, um suporte que se mostra bastante complexo e, por isso mesmo, produtivo para que se possa compreender a natureza dos procedimentos de reificação de linguagem ali realizados.

Os estudos que envolvem essa temática podem ser encontrados, com abordagens diferentes (e complementares) do objeto, em um artigo e dois capítulos de livro produzidos por Bonini ([2001] 2004, 2003 e 2005). Abordaremos, inicialmente, o capítulo do CD-ROM do grupo PROTEXTO, de 2004, “em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal” e logo em seguida o artigo “Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes” e finalmente o capítulo do livro resultante de II SIGET, “Os gêneros do jornal: questões de ensino e pesquisa”.

2.3.1 O modelo integrado de gêneros do jornal, um hiper-gênero

Nesse primeiro relato de pesquisa no qual nos deteremos agora, a metodologia propões um procedimento de análise que leva em conta a constituição do jornal enquanto estrutura na qual gêneros são atualizados. Três questionamentos definem o curso investigativo de Bonini ([2001] 2004): “O que pode ser considerado gênero em um jornal?; Quais gêneros pertencem efetivamente ao jornal?; Os gêneros do jornal apresentam um mesmo estatuto de constituição?”.

Essas inquietações o levaram a discutir, entre outras coisas, as classificações das “tipologias” na área do Jornalismo. O autor deixa claro que essas classificações estabelecidas não apresentam parâmetros que expliquem

o motivo dos agrupamentos de gêneros apresentados pelos integrantes da comunidade discursiva em questão. No entanto, Bonini ([2001] 2004, p.6) conclui que certas “estruturas textuais de caráter mais geral” (resenha, comentário, legendas) e certos espaços (seções de serviço, coluna) são por eles concebidos com gêneros, ao passo que expedientes gráficos como foto e desenho são difíceis de se classificar.

Vê-se que, para o Jornalismo, o espaço se confunde com a atividade de linguagem que é ali efetuada. Tal aspecto não passa despercebido pelo autor, que em sua análise, resultante da incursão na literatura jornalística e do conjunto de dados interpretados, sistematiza a organização estrutural do jornal, compreendida como “módulo básico, cadernos fixos e cadernos alternáveis”.

Tal divisão segue um princípio de classificação cuja funcionalidade está focada tanto na função central do jornal (relatar acontecimentos regionais, nacionais, mundiais) quanto nos interesses em informações buscadas pelos leitores (sejam informações cuja temática desperte maior atenção, como a economia, ou de menor busca, como informação para o público infantil).

Para o autor, o módulo básico comporta estruturas que caracterizam o jornal enquanto uso (índice de cadernos, por exemplo) e enquanto distribuição de conteúdo estabelecida pela importância geográfica: Brasil e mundo. Já os outros módulos (ou cadernos) dispõem conteúdos por área de interesse devido a uma demanda específica.

Em função dessa distribuição encontrada na Folha de São Paulo, o autor criou duas categorias de análise estrutural que, em seu julgamento, podem ser utilizadas, por via de indução, para avaliar os jornais de uma forma geral: a “estrutura temática” e a “estrutura de loteamento”.

A estrutura temática é constituída por dois campos: um responsável pela caracterização do jornal como um hiper-gênero (um gênero que abriga outros), que funciona como uma ancoragem para a realização do outro campo, o das ações sociais, em que se realizam os gêneros que tratam dos eventos sociais ao relatarem ou interpretarem tais ações; a segunda categoria, a de

loteamento, permite que se avalie seções a partir de uma ordem decrescente de encaixes.

Desta forma é possível analisar tanto uma página quanto um caderno, que podem ter o mesmo *status*. Essa possibilidade de análise espacial tem como foco a especialização que determinada porção do jornal pode assumir, como a primeira página da Folha, onde se constroem, segundo o autor, colunas e seções específicas.

Segundo Bonini, essa dupla caracterização do jornal é responsável pelo entendimento de certas seções do jornal como gênero, assim visto pelas “tipologias” estabelecidas na bibliografia do jornalismo. Em função disso, e respondendo parcialmente ao questionamento inicial²⁶, Bonini chega à conclusão de que a maioria das seções do jornal são apenas espaços para a ancoragem de gêneros, embora haja imbricação dessas duas noções no caso do editorial, por exemplo, que figura tanto como gênero²⁷, quanto seção específica de posicionamento do jornal.

Para o autor, os gêneros que correspondem a seções do jornal “formam o estofo” para que se compreenda a organização do jornal como gênero²⁸. Essa compreensão advém da realização dos gêneros no jornal que, segundo Bonini, revela três fenômenos genéricos: a ocorrência de gêneros presos, gêneros livres e aparatos de edição.

Os primeiros preenchem as seções de base do jornal, que possuem lugares fixos e estruturam o jornal como gênero; os segundos podem ocorrer em qualquer seção temática do jornal e são responsáveis pelo funcionamento comunicativo do jornal; o terceiro fenômeno corresponde, segundo o autor, “ao mecanismo de instauração de gêneros jornalísticos”.

²⁶ Referente à primeira questão levantada: “O que pode ser considerado gênero em um jornal?”

²⁷ O autor infere que o uso do critério do propósito comunicativo especificado permite chegar a tal conclusão, embora as pesquisas quanto à forma ainda estejam em andamento.

²⁸ Apesar de a caracterização do jornal pela literatura de gêneros enfocá-lo primordialmente como veículo. Bonini (2003) aborda exatamente o conflito entre as noções de gênero e veículo de comunicação. Nesse sentido, vê-se a séria tentativa do autor em dar continuidade ao estudo dos gêneros do jornal, viabilizados, desta feita, por uma crítica teórica aos conceitos que caracterizam o jornal como veículo de comunicação.

Com essa denominação da funcionalidade dos aparatos de edição, que muitas vezes são vistos pela literatura da área como gênero, Bonini compreende que alguns gêneros insertos²⁹, por exemplo, em reportagens figuram como recursos acessórios. Alguns desses recursos, como o lide, o chapéu e o olho, têm um funcionamento mais próximo da estruturação do jornal por serem empregados mais em função dessa estruturação do que devido à organização do conteúdo.

Depois de caracterizar os gêneros em presos e livres, o autor aborda o grau de especificação dos gêneros. Para tanto, analisa os fenômenos relativos aos aparatos genéricos do jornal segundo o grau de convencionalidade por ele concebido em três níveis: o das capacidades, o dos gêneros formalizados e o dos gêneros semiformalizados. O primeiro identificado com a noção de seqüência textual de Adam (1992); o segundo com o conceito de gênero visto como formas relativamente estáveis quanto a forma e conteúdo; enquanto que o terceiro, o dos semiformalizados, corresponderia a subgêneros³⁰.

Vejamos o quadro de “Convencionalidade dos construtos genéricos (do geral para o específico)”, segundo Bonini ([2001] 2004, p. 13):

I: CAPACIDADES	II: GÊNEROS FORMALIZADOS	III: GÊNEROS SEMI-FORMALIZADOS
<p>GERAIS: seqüências textuais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Narrar ▪ Expor ▪ Argumentar ▪ Prever ▪ Dialogar ▪ Descrever <p>ESPECÍFICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Listar ▪ Grafizar ▪ Tabelizar ▪ Exemplificar ▪ Citar 	<p>TEMÁTICOS:</p> <p>Notícia</p> <p>Nota</p> <p>Entrevista</p> <p>ESTRUTURAIS:</p> <p>Chamada de capa</p> <p>Editorial</p> <p>Carta do leitor</p>	<p>SUB-GÊNERO TEMÁTICO:</p> <p>Notícia de esportes</p> <p>Notícia de sociedade</p> <p>Notícia política, etc.</p> <p>SUB-GÊNERO ENCAIXADO:</p> <p>Manchete</p> <p>Lide</p> <p>PRÉ-GÊNERO:</p> <p>Experiência encenada</p>

²⁹ “Lista de nomes, tabela, gráficos,” etc.

³⁰ Quando fala em subgênero o autor remete a Bathia (1993).

Quadro 1 convencionalidade de construtos genéricos do jornal segundo Bonini (2004).

Fato que chama atenção nesse quadro é a forma como autor concebe o lide e a manchete, como subgênero encaixado, uma forma estrutural de se conceber esses gêneros do jornal. Segundo o autor, os dois exemplos de subgêneros encaixados dados têm funcionamento de gênero, embora sejam partes fundantes das notícias.

A conclusão resultante da análise empírica efetuada pelo autor no capítulo em tela pode causar espécie em uma primeira leitura devido ao fato de sua interpretação da estrutura do jornal pleitear para ele o *status* de gênero, o que destoa da compreensão dominante em relação ao objeto: a de veículo de comunicação (enfoque tributário da Teoria Matemática da Informação).

Essa forma de ver o jornal não pode ser desprezada, uma vez que, em termos de estrutura, o jornal se apresenta como um objeto de leitura com constituição espacial e temática definida, como se pode ver nas análises do autor. Há que se frisar, no entanto, o caráter apriorístico da abordagem, já que Bonini faz um corte a partir do qual pretende analisar o jornal num enfoque que dá primazia aos gêneros produzidos pela comunidade dos jornalistas ou ainda aqueles que foram desencadeados pela difusão da produção dessa comunidade. Essa primazia não parece ser livre de avaliação.

Além da função de registro de gêneros eminentemente jornalísticos, o jornal se presta à atualização de outros gêneros, como os publicitários, por exemplo. Eles não seriam gêneros **do jornal** também? O propósito comunicativo do jornal, como apontado nesse capítulo de Bonini, é o propósito da comunidade discursiva (e de uma empresa jornalística) que produz a materialidade textual de cunho informativo, mas o jornal enquanto realidade histórica criou demandas e hábitos de leitura dos quais a publicidade é parte constituinte.

Os propósitos comunicativos da publicidade e seus gêneros fazem parte do jornal porque estão no jornal. É óbvio que tais gêneros não fazem parte das

“tipologias” do jornalismo, mas é evidente que eles integram o jornal como atividade de linguagem ali realizada.

Aliás, Publicidade e Jornalismo se interconectam e estabelecem condições de produção no jornal: vistos pelo viés econômico, muitos jornais não existiriam se não fosse o sustentáculo financeiro que a publicidade gera, pois, em muitos casos, o número de assinantes não seria suficiente para manter uma empresa jornalística em pleno funcionamento.

Esse aspecto, muitas vezes, faz com que determinados anúncios sejam publicados em determinadas seções do jornal em virtude de o público alvo pretendido pelo anúncio ser o mesmo do de certa seção do jornal, o que implica uma partilha do espaço dessa seção com o anúncio ali difundido.

Há ainda que se verificar que os gêneros semi-formalizados de que nos fala Bonini podem ser observados também na atualização de anúncios. O que dizer de uma “manchete” de capa que sinaliza um anúncio a ser encontrado em determinado caderno do jornal? Se os aparatos de edição correspondem, como diz Bonini, “a mecanismos de instauração de gêneros jornalísticos”, como entender determinadas realizações genéricas da publicidade senão sob o raio de influência do jornal? Esses aparatos de edição não ocorrem nos anúncios?

Talvez a compreensão do jornal enquanto integralidade passe pela análise das estruturas temática e de loteamento como uma co-ocorrência estrutural na qual se flagra a realização de anúncios publicitários, os quais poderiam ser vistos como gêneros livres (não como gêneros jornalísticos, mas como gêneros que integram o jornal e que se realizam dentro de sua divisão estrutural). Como os anúncios podem ocorrer em qualquer lugar do jornal e sua localização se dá, muitas vezes, em virtude da demanda de leitura, do público alvo, ou mesmo do valor que determinada seção adquire. Parece ser adequado, então, compreender sua atualização no jornal em razão dessas estruturas.

Feitas essas observações, passamos a discutir as respostas finais que Bonini estabelece para os questionamentos que abriram o capítulo em tela. A

que responde o que poderia ser considerado gênero em um jornal afirma que um gênero seria “um parâmetro de textualização que em função do hiper-gênero (o jornal) estruturam um propósito comunicativo (noticiar, opinar, criticar, localizar) linearizando uma unidade textual identificável como totalidade”.

O tópico que responde que gêneros pertencem efetivamente ao jornal revela que são aqueles que, em relativa estabilidade e autonomia, respondem aos critérios de “i) centralidade em relação aos propósitos comunicativos do jornal (relatar fatos e informações recentes, interpretar a realidade, desencadear processos opinativos); ii) centralidade em relação à estruturação do jornal como gênero.” Finalmente, respondendo se os gêneros do jornal apresentam o mesmo estatuto de constituição, Bonini responde que, a princípio, há duas ordens de constituição nos gêneros do jornal: “i) a dos que produzem o funcionamento do jornal; e ii) a dos que o estruturam como hiper-gênero.”

As respostas de Bonini são adequadas se vistas sob o enfoque da produção, ordenação e encaixe dos gêneros da comunidade jornalística no jornal. No entanto, visto na sua integralidade, o jornal, apesar de apresentar como eixo central objetivos comunicativos, como apontado pelo autor, criou demandas de leitura e de propósitos comunicativos que extrapolam esse eixo central.

Esses propósitos e os respectivos gêneros deles decorrentes são partes constituintes do jornal em sua integralidade. Tanto os gêneros com propósito comunicativo de venda de produtos ou serviços, sejam produzidos pela comunidade publicitária (como os anúncios) ou não (como os classificados) agregam-se ao jornal enquanto objeto integral.

Entende-se o esforço de Bonini como um recorte necessário em compreender como os gêneros produzidos pela comunidade jornalística são responsáveis pela estruturação do jornal como hiper-gênero. Talvez a escolha de alguns termos não seja a mais adequada para o caso: falar em gêneros “do

jornal” direciona a uma interpretação de atualização de todos os gêneros no suporte jornal, aspecto que o trabalho do autor não se propõe a fazer.

É bem verdade que a atividade profissional central, responsável pela existência do jornal, é a jornalística, mas como suporte, o jornal se presta a um fenômeno de coexistência e de concorrência entre os gêneros editoriais e os que não são editoriais que o caracterizam enquanto integralidade. No caso específico da publicidade, pode-se aceitar que ela é eminentemente secundária ante aos objetivos centrais do jornal, o que não implica descartá-la como um fenômeno que não ocorre, efetivamente, no jornal.

2.3.2 Gênero e suporte: noções conflitantes

Bonini (2003) perfaz um percurso teórico versando sobre a compreensão comum que se tem de jornais e revistas, vistos como veículos de comunicação, mas que em sua ótica são “fenômenos textuais” que guardam aparência com gêneros. Nesse artigo, o autor busca as aproximações teóricas estabelecidas entre as noções de gênero textual e de veículo de comunicação, além de levantar subsídios para uma nova ponderação a respeito das perspectivas comunicativa e enunciativa da noção de gênero. Daremos maior relevância às aproximações entre gênero e veículo, por serem mais salientes para a discussão aqui pretendida.

Logo na introdução do artigo, Bonini discute o caráter de estabilização de certos conceitos como canal, mensagem, que são arraigados na cultura ocidental. Revela então a perspectiva comunicacional que lhes serve de base e evidencia que os estudos de gênero³¹ acabaram por incorporar essa perspectiva que tem como base o conceito de linguagem como código. É exatamente essa perspectiva de linguagem como código que domina a primeira seção do artigo, que se detém na influência desse modelo na Lingüística.

³¹ A referência explícita aos estudos de gêneros influenciados pela perspectiva comunicacional é feita no artigo em referência a escola americana de gêneros, da qual são citados Swales, (1990) Bhatia (1993) e Biber (1998).

O autor passa então a discorrer sobre a evolução dos modelos comunicacionais. O primeiro analisado é o aristotélico, formado por três elementos: o emissor (quem), o discurso que profere (o que) ao auditório (quem, especificação do público ouvinte). Esse modelo serve de base para o de Lasswell, ([1948] 1976) que no século passado traz consigo elementos novos, como o canal. Esse modelo é constituído de cinco elementos: Quem (1) diz O QUE (2) em que CANAL (3) A QUEM (4) e com quais EFEITOS (5).

O canal é incorporado ao modelo de Shanon e Weaver (1949), construído para processos comunicativos entre máquinas. Tal modelo é a base que Berlo (1960) usa e adapta para explicar a comunicação humana. Nesse modelo, é introduzido o conceito de veículo como elemento constituinte do canal, tópico no qual Bonini se detém afirmando ser um dos mais relevantes e controversos.

Segundo Bonini (2003, p. 73), o conceito de canal em Berlo se divide em três sub-conceitos assim expostos:

1) *Mecanismo de ligação* (o que mais comumente se denomina canal): audição, visão, paladar, tato olfato, etc.

2) *Veículo*:

- primários (meios físicos): onda sonora, fóton, sabor, sensação, odor, etc.;
- secundário (meios públicos): rádio, telefone, telégrafo, jornais, filmes, revistas, o palco, as tribunas públicas, reunião, memorando, aula, etc.

3) *Transportador* : o ar, a água, a terra, etc.

Entre as críticas endereçadas por Bonini aos elementos que integram esse modelo, pode-se citar a dificuldade para se sustentar o caráter discreto desses componentes, ao mesmo tempo em que conceitualmente não se distingue o que é externo (físico) e o que é interno (cognitivo) na comunicação. Para Bonini, os elementos de especificação se misturam, quer seja na noção de canal, que entra no componente do código, quer seja nas capacidades

perceptuais, que se misturam com os componentes do canal e do decodificador³².

Essas duas “misturas” de componentes seriam responsáveis por incongruências no modelo. Exemplo disso pode ser visualizado na crítica que direciona à premissa constitutiva do modelo de Berlo: a de que um componente poderia ser claramente detectado e diferenciado de um outro, apesar de ocorrerem entrelaçadamente. Segundo Bonini (2003, 74) isso não ocorre, exemplificando a situação da seguinte forma:

Se o canal é um meio físico que transporta a mensagem, não se pode dizer, estritamente, o mesmo do jornal, da reunião, pois trazem consigo elementos convencionais próprio do código. Como componente psicológico de formatação e decupagem da mensagem, no código também intervêm os meios sociais de condução dessa mensagem. Tudo o que é concebido como veículo não pode ser visto estritamente dentro da noção de canal.

Essas observações do autor formam uma base para que possa confrontar as noções de veículo e de gênero a partir do modelo estabelecido por Berlo. Na seção destinada a esse fim, inicia-se uma revisão de alguns

³² De minha parte, creio que também se pode questionar o modelo em termos de ordem eminentemente Física: quando Berlo fala de veículos (“meios físicos”) e emparelha elementos, como ondas sonoras e fótons, está emparelhando conceitos diversos. As ondas sonoras são ondas mecânicas, que têm propagação limitada à presença de matéria, o que justifica a presença do terceiro sub-conceito, o transportador (o ar, por exemplo), necessário para a voz humana. Já o fóton é um elemento presente em ondas eletromagnéticas, que não necessitam de matéria para propagação, propaga-se no vácuo. A noção de transportador, nesse caso, cai por terra. O que justifica a utilização do fóton como elemento presente numa onda eletromagnética de rádio, por exemplo, invalida o conceito de transportador, já que esse tipo de onda de não necessita de um. A pretensa fundamentação física que sustenta o modelo é equivocada: os elementos físicos que explicam os processos de difusão deveriam comportar explicações de ordem natural (a fala) e não natural (mediada por objetos tecnológicos), para serem coerentes. Só assim se poderia falar de “meios públicos”, como derivação do primeiro, de forma adequada, caso o objetivo fosse explicar a comunicação humana.

conceitos de gêneros³³, como os de Swales e Bhatia com o fim de mostrar quão essas noções são influenciadas pelo viés comunicacional.

Bonini (2003,) entende que, nessas definições, “o gênero é visto como um recurso sóico que possibilita, a um indivíduo, coordenadas para a estruturação da mensagem a ser comunicada” (p. 75). Desta forma, o gênero é visto como uma ação de linguagem com formatação estabelecida no código. Esse aspecto faz com que o “edifício conceitual” da Teoria da Comunicação não seja destruído, já que o gênero é mantido nos “limites da ação individual” e, portanto, pode ser diferenciado da noção de veículo, compreendido como transportador ou suporte, algo mais físico e menos convencionalizado.

Essa seria a explicação para que os gêneros analisados até o momento tenham-se mantido em conformidade com a teoria da comunicação, mantendo a distinção veículo/código. Para Bonini (2003), os gêneros “carta de promoção de vendas” (BHATIA, 1993) e “artigo científico” (SWALES, 1990) estão na esfera de uma ação individual, o que os caracterizaria como elementos para a formatação de uma ação de linguagem; o mesmo não se poderia dizer de gêneros como a entrevista, as formas de diálogo, o jornal ou o filme, que não poderiam ser vistos como uma ação de linguagem única, ou constituídos por uma intenção única.

Outro aspecto relevante da discussão engendrada por Bonini recai na negação parcial da distinção entre código e veículo: ele afirma que tais elementos são mais ou menos distinguíveis em um sistema simples de comunicação (conversação face a face) e quando não se vai além dos níveis mais baixos da língua (morfemas, sintagmas), passíveis de discretização. O mesmo não se aplicaria à noção de gênero, que não é discretizado com base nos mesmos procedimentos:

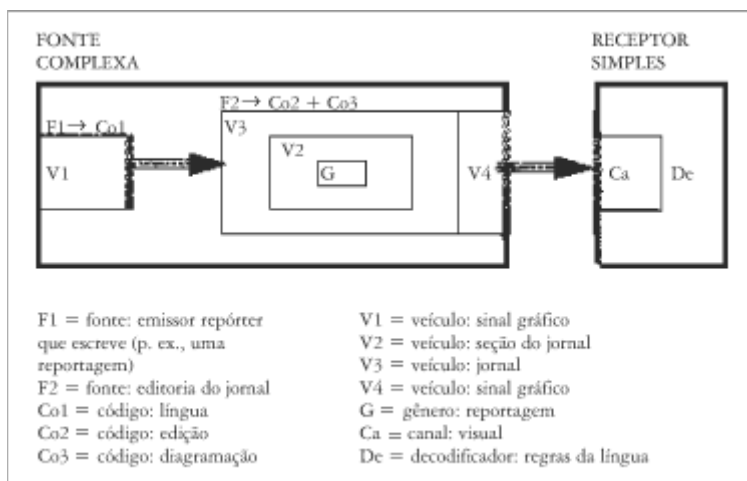
³³ Reproduzimos aqui o conceito de gênero construído por Swales (1990, p. 58 *apud* Bonini 2003, p. 75) para localizar os itálicos atribuídos por Bonini ao texto de Swales, os quais explicitariam a influência do paradigma comunicacional: “Um gênero compreende *uma classe de eventos comunicativos*, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. *Estes propósitos* são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem e, portanto, *constituem o conjunto de razões (rationale) para o gênero*. Estas razões moldam a estrutura esquemática do discurso e *influenciam e limitam (constrains) a escolha do conteúdo e do estilo*”.

Não há como separar nitidamente meio físico de ocorrência, valores culturais implicados e estrutura lingüística, e por isso, gênero e veículo se fundem em muitos contextos. (BONINI, 2003, p. 76)

Essa generalização do processo de atualização da atividade de linguagem parece ser um tanto extrema. Acredito que se poderia questionar esses elementos em termos de saliência, pois em razão de determinado aspecto físico (natureza da materialidade, do tipo de procedimento tecnológico necessário para a difusão, inscrição ou arquivamento), ou da natureza dos valores culturais implicados ou mesmo da própria estrutura de linguagem é possível discutir como se dá a atividade de atualização de gêneros em meio a essa gama de influências. Aliás, é em virtude da descrição do jornal, de sua divisão estrutural de loteamento e temática, características típicas do jornal enquanto objeto constituído materialmente, formalmente e informacionalmente que Bonini compreende seu funcionamento de hiper-gênero.

Não se está aqui a afirmar que a implosão do par veículo/código efetuada por Bonini esteja equivocada quando se deseja fazer análise de gêneros, mas que a fusão do conceito de veículo com o de gênero, da forma como foi posta, homogeneiza meio físico, valores culturais e estrutura lingüística, aspectos que não necessariamente devem ser vistos como unidade, ou como inseparáveis. No caso do jornal, a situação parece se aplicar de forma bastante satisfatória, mas talvez não seja possível generalizá-la para outros veículos ou suportes.

Para exemplificar que o jornal não pode ser visto apenas como veículo, Bonini constrói um quadro em que analisa o sistema de comunicação que perfaz o jornal.



Esse percurso revela a diferenciação que marcaria a mudança de um veículo físico (o sinal gráfico no papel) para uma modalidade convencional (o jornal), que, segundo o autor, são dois objetos ontologicamente distintos. Esse aspecto revelaria como a teoria da informação estabelece conceitos contraditórios para a determinação do que seria um veículo/canal e um gênero.

O raciocínio de Bonini para questionar esse aspecto, no entanto, é passível de críticas. Vejamos:

Se um jornal é um veículo, pode-se inferir que suas partes também são veículos, (...) Entretanto, se se conclui que determinada seção encaixada em jornal é um veículo, deve-se concluir que o gênero encaixado no jornal também o é. (...) se o jornal e a seção do jornal são veículos, o gênero, como parte de uma seção, também deveria ser entendido como veículo. Isso, contudo, implica em dizer que os gêneros não existem no jornal.

O jornal, na conceituação de Berlo, é um meio público. Em Bonini, o raciocínio dedutivo leva a crer que uma parte do todo é o todo, ou melhor, são unidades que representam o todo: jornal = veículo; partes do jornal = veículos. O que está na base da representação teórica da teoria da comunicação em Berlo é uma divisão física do conceito de difusão³⁴ (primária, ou seja, ondas e fótons), que seria responsável pela abordagem mais fenomenológica do processo. Os jornais, por serem públicos (secundários), seriam elementos de constituição, ou reconhecimento coletivo.

O raciocínio de Bonini somente se sustenta se analisarmos a questão de um ponto de vista físico: ao se decompor uma matéria, o papel, por exemplo, chegaríamos a uma unidade menor que ainda seria a mesma matéria, nesse caso, uma molécula de celulose. Uma molécula de celulose não pode ser concebida como jornal, por mais que tenha sido extraída dele. Da mesma forma, não se pode pensar em seções de jornal como partes que guardam em

³⁴ Eis uma questão curiosa: como a base da teoria da informação é mais fundamentada na Física Mecânica, fala-se em meios físicos – a onda sonora necessita de um transportador (o ar) para que uma mensagem nela estruturada possa ser difundida. Uma onda eletromagnética (a de um rádio, por exemplo) não necessita de transportador. Vê-se que a noção física para a explicação do processo difusão não é a mesma para situações distintas. Não se pode negar, no entanto, a tentativa de separar o que seria físico do que seria social na proposta de Berlo, por mais que o modelo tenha todas as incoerências apontadas.

si todos os elementos essenciais do que seja um jornal em sua integralidade. O raciocínio todo/parte que concebe a parte como sendo o todo só se aplica, logicamente, de forma adequada, se estivermos idealizando um objeto qualquer enquanto essência, o que não é o caso do jornal.

Portanto, a alegativa de que o gênero seria um veículo e que, por isso, não existiria no jornal, não é uma construção que permita questionar adequadamente a noção de veículo. Como foi concebida, com todas as contradições físicas e sociais subjacentes, o canal é um conceito vindo de uma ciência “exata”, cujas premissas desde o século passado vêm sofrendo sucessivas reformulações. A própria questão do elemento de transporte das ondas (o éter) foi postulado no século passado como resposta à propagação no vácuo das ondas eletromagnéticas, para depois ser descartado na Física Moderna.

Adequado, porém, é o enfoque imediatamente posterior à citação feita acima, momento em que Bonini explica que se poderia assumir o postulado de que sendo o gênero um material sígnico compartilhado por membros de determinada comunidade, o mesmo se poderia dizer do jornal, que não seria um veículo propriamente dito.

Nesse caso, a própria organização do jornal, a forma de encaixes, o caráter relativamente estável de sua constituição, poderia atribuir ao jornal uma constituição de hiper-gênero, um gênero que abriga outros. Bonini crê que se pensarmos que a teoria da informação de Shanon e Weaver não é um quadro adequado para se pensar a noção de gênero, o jornal poderá ser entendido como um hiper-gênero, ou seja construído a partir de outros.

Creio que a teoria da informação não é um bom quadro para se pensar os processos de atualização de linguagem devido ao caráter predominantemente físico nela embutido. Não que a Física não seja uma ciência confiável, mas pelo fato de que a descrição física da difusão (com os equívocos aqui apontados) estabelece apenas um processo descritivo dos fenômenos enquanto grandezas e não como complexidade humana.

O mais importante da questão talvez seja discutir em que medida a interferência humana, via compreensão dos procedimentos físicos, ou apesar deles, constrói aparatos comunicativos em que a atividade linguageira é desenvolvida, construída, adaptada ou estabilizada graças aos procedimentos interativos que instauram. Nesse sentido, fazemos coro a Bonini quando afirma que a teoria da comunicação não é uma moldura adequada para se viabilizar a noção de gênero.

2.3.3 As relações entre o suporte jornal e seus gêneros

Em Bonini (2005) duas questões centrais são analisadas: as relações entre o suporte jornal e seus gêneros e a decorrente conexão entre pesquisa e ensino desses gêneros. Como questões de ensino não são o foco aqui pretendido, ater-nos-emos à primeira questão.

Ele inicia a discussão retomando a noção de suporte como um *locus* (cf. MARCUSCHI, 2003), tido como um lugar de fixação do gênero e sobre o qual tem repercussões, como se pode ver na seção 2.2.2 desta tese. A propósito da noção de suporte como lugar de fixação, Bonini (2005) critica Marcuschi (2003) ao dizer que os conceitos de suporte e gêneros para este autor são muito independentes e, da mesma forma, afirma que os conceitos de suportes convencionais e incidentais são pouco aprofundados em na relação suporte/gênero, conforme pode ser visto na seção 2.2.4 desta tese.

Desse momento em diante, passa a discutir as relações que se estabelecem entre gênero textual e suporte, a partir de estudos realizados no Jornal do Brasil. Os procedimentos de caracterização formal do jornal em Bonini (2005) estão em sintonia com seu trabalho anterior (BONINI, [2001] 2004) e os resultados da pesquisa se mostram bastante ampliados, possibilitados pelas pesquisas realizadas nos gêneros do jornal.

Chama a atenção, em Bonini (2005), o mapeamento que mostra a “divisão” ou coexistência de gêneros em uma mesma página:

Reportagem (panorâmica)	Foto Legenda	Reportagem (panorâmica)
	Reportagem (de pesquisa)	
Reportagem (panorâmica)	Anúncio publicitário	
Notícia		

Quadro 2 – Mapa de página segundo Bonini (2005, p. 67)

O mapeamento de página a página revelou a ocorrência de 42 gêneros, categorizados em centrais (livres e presos) e periféricos quanto à maior ou menor proximidade dos propósitos comunicativos do jornal. É importante que se frise que o próprio autor chama a atenção para que talvez nem todos esses gêneros sejam realmente gêneros, já que a pesquisa teve como *corpus* apenas um jornal, e o que nele ocorre pode não ser uma prática comunicativa relativamente estável na comunidade jornalística.

Esse estudo de Bonini revela, no entanto, algo bastante significativo: mesmo que o autor não nomeie a divisão do mapa de gêneros dado na página anterior como um processo típico de inscrição/registo do jornal, creio que estamos diante de um processos de identificação formal desse suporte. Essas formas de diagramação são próprias desse suporte e tributárias do jornal. Não se pode ver essa formalização distante da noção de estabilidade que se flagra nesse processo de atualização genérica que Bonini vem descrevendo ao longo de sua frutífera atividade como pesquisador.

Essa configuração formal do jornal está inserida em um processo produtivo e logístico da produção que garante uma distribuição do papel como matéria prima pelas indústrias de celulose às empresas jornalísticas. Enquanto forma, há uma relativa padronização dos tamanhos de papel produzidos para a confecção de jornais, o que estabelece uma solidariedade espacial entre os diferentes tamanhos e formatos existentes no país.

O aspecto mais relevante, porém, não é a forma, ou as possibilidades de diagramação desse sistema (possibilidades éticas), mas sua estabilidade enquanto valor (possibilidades êmicas), aquela em que se pode visualizar um sistema reconhecido de procedimentos nos quais a atualização de gêneros é realizada. Talvez em função disso, a crítica que estabelecemos antes, aplique-se mais uma vez à maneira como Bonini trata os gêneros do jornal.

Apesar de sua crítica presente em trabalhos anteriores ao modo como se concebe os gêneros dentro de um enfoque informacional, como pôde ser visualizado na seção imediatamente anterior a esta, Bonini estabelece uma caracterização dos jornais em função dos propósitos comunicativos do próprio jornal. Parece natural, devido ao papel central que ele desempenha do ponto de vista social, que se faça essa opção, mesmo porque se está diante de atividades de linguagem que se realizam dentro de uma comunidade profissional bem delimitada, inclusive com atividade profissional regulamentada por lei.

De qualquer forma, é importante que se frise que esse enfoque é também uma opção teórica, por mais que não se possa negar as descrições estruturais apresentadas. O jornal, porém, pode ser compreendido pela comunidade de publicitários em função das suas crenças e valores, que não necessariamente podem coincidir com os valores atribuídos pelos jornalistas ao jornal.

Isso fica claro, inclusive para Bonini, quando identifica a indistinção que se pode verificar na literatura jornalística entre o que seria um gênero e o que

seria uma seção, situação que Bonini tão bem definiu anteriormente³⁵. Os estudos de um analista de gêneros, ao olhar para a atividade de linguagem realizada no jornal, revelaram que a própria forma de ver as “tipologias jornalísticas” dessa comunidade não coincidia com a noção de atividade de linguagem tipificada delimitada pela análise de gêneros.

Essa forma de ver os objetos está indexada ao olhar do observador, que os modifica pelo mero ato de interagir com eles. Não se discorda do processo de categorização estabelecido por Bonini. Ela se mostra bastante coerente em relação ao jornal visto sob a ótica de seus propósitos comunicativos. É importante que se diga, no entanto, que essa forma de agrupar a realidade de linguagem ali existente (como comunicação) é também criticada pelo próprio autor, seja quando discute o caráter individual estabelecido para os gêneros e que é atribuído a autores como Swales e Bhatia, seja quando defende que os gêneros não podem ser definidos apenas como comunicação, mas como interação.

Voltando à questão do mapeamento de páginas estabelecido por Bonini (2005), pode se dizer ainda que as formas de indexação de gêneros no jornal geram uma dificuldade de identificação do que seriam gêneros, devido ao que o autor chama de “gradação de padrões organizacionais de textualidade” (p. 68). Esclarece Bonini que listas, mapas e grades podem não ser gêneros, por recobrirem infinitos usos, como o caso da lista, que tanto pode ser uma lista de rodovias quanto a de ganhadores de um prêmio, ou até de páreos de corridas de cavalo.

Essa questão é colocada em uma situação de dupla possibilidade: as listas e mapas podem ser vistas como gêneros vagos ou como princípios de organização textual. Alguns usos, porém, podem ser considerados estáveis, como a discografia (lista de discos de um cantor ou grupo), a programação de cinemas (lista de filmes em cartaz), etc. e por isso poderiam ser tomados como gênero. Visto sob a ótica formal da organização da materialidade lingüística, estamos diante de um arranjo de linguagem que por si só não revela um

³⁵ O próprio Bonini (2005, p. 69) deixa claro que, em termos de gêneros centrais e periféricos, fica difícil, em alguns momentos, realmente distinguir o que é gênero do a que é seção devido à prática da criatividade que não permite tal identificação.

exemplar de gênero, conceito esse atrelado ao grau de estabilidade de linguagem.

A linguagem como categoria estabilizada talvez seja o tópico mais relevante levantado por Bonini (2005, p. 70 - 72). Essa discussão é feita em virtude de os gêneros no jornal nem sempre permitirem uma identificação como “entidades estanques”. A vaga fronteira entre gêneros no jornal, visualizada por enfoques estrutural (relativo ao modo como o jornal se organiza) e semântico-pragmático (modo como os textos são enunciados), são responsáveis pelo questionamento feito por Bonini de que estaríamos no limite da reflexão da linguagem como estrutura.

Vejamos um resumo dos dois aspectos. Aspecto estrutural: i) reportagens, notícias e outros gêneros ocorrem em bloco temático, sendo, muitas vezes, um central e outro periférico. Isso os torna independentes e, ao mesmo tempo, parte de um todo; ii) quando se forma um bloco temático a distinção entre título e intertítulo não é imediata, o que dificulta sua compreensão como texto autônomo ou parte de outro; iii) a foto-legenda é um elemento que tanto pode ser compreendido como elemento autônomo quanto parte de um texto; iv) os mecanismos do jornal, como o chapéu, são de difícil classificação, pois poderiam ser classificados como gênero e como um mecanismo do jornal que pode aparecer conjugado a muitos gêneros; iv) há gêneros que são compostos por outros gêneros, como a “programação de cinema” que é constituída por sinopses ou resumos de filmes.

Aspecto semântico-pragmático: i) muitos gêneros não se distinguem claramente devido ao seu modo de enunciação e temática estarem muito próximas e devido ao fato de terem uma ação de linguagem que estão na base do texto (a reportagem se parece com a notícia, da mesma forma que a resenha e a crítica muitas vezes se sobrepõem; ii) presenças de vários textos que correspondem a gêneros pré-formalizados, como listas, grades e mapas, além daqueles textos criativos que não têm por base um gênero, mas muitos.

Torna-se realmente difícil analisar as questões apontadas por Bonini, e, por isso mesmo, as possibilidades de explicação são postas em duas frentes. Em alguns casos, talvez se pudesse trabalhar com o conceito de transmutação

(BAKHTIN, 2000) em que um gênero secundário poderia assimilar gêneros primários, que deveriam ser vistos em relação ao primeiro. Essa questão também poderia ser vista em relação a gêneros secundários que assimilariam outros gêneros secundários e, desta forma, explicar alguns agrupamentos temáticos citados por Bonini como ocorrências genéricas.

A questão dos “padrões organizacionais da textualidade” parecem estar mais próximos da noção de seqüência do que das noções de gênero, é o caso da lista, por exemplo. Como formatação da constituição da seqüencialidade de linguagem, cuja funcionalidade está mais associada ao aspecto pragmático envolvido na enunciação que na sua forma, talvez fosse mais adequado tratar esses padrões na razão direta com o ato de fala relativamente estável que realiza e, desta forma, proceder, como faz Bonini, ao conceber certas listas (a discografia, entre outras) como gênero.

De qualquer forma, a linguagem como estrutura talvez possa mesmo ser refutada, como afirma Bonini, como fruto de um artifício da ciência categorizadora que só se consegue visualizá-la enquanto arqueologia ou como história. No entanto, o próprio processo de identificação de gêneros, seções, cadernos e páginas e de descrição estrutural estabelecido por Bonini parecem ser mais produtivos no sentido de explicar as regularidades dos processos de constituição genérica e interveniência relativa ao suporte em relação à temática do que o contrário.

3 DO CONCEITO DE SUPORTE PARA A ANÁLISE DE GÊNEROS

Neste capítulo propomos um conceito de suporte de modo a torná-lo operacional para analisar sua relação com o gênero. De uma maneira geral, podemos dizer que os autores que tratam desse fenômeno, como Maingueneau e Marcuschi apresentam pontos dos quais esta tese é tributária. A herança das contribuições em relação à Maingueneau, por exemplo, pode ser sentida na noção de força material dos discursos, que o autor elaborou a partir de Debray, a quem recorreremos para diferenciar suporte de mídio, o que nos levou a elaborar a categoria de matéria para a noção de suporte.

Igualmente, podemos dizer que a idéia de forma é um conceito para a noção de suporte que passamos a considerar a partir da leitura de Marcuschi, obviamente não da mesma maneira como ele a concebe. Para Marcuschi, um gênero tem preferência por certo suporte e este será o preferido para a realização daquele gênero. Essa afirmação aproxima-se muito de uma petição de princípio, aquela em que o predicado se revela como a reafirmação do sujeito, sem que haja um ganho informacional relativo à declaração que se faz do ser. A imbricação que se estabelece entre ambos é auto-reversa, pois não se avaliam as possibilidades interativas dos gêneros e da forma dos suportes.

Por fim, podemos dizer que a categoria de interação não está na base dos conceitos de suporte de Maingueneau e de Marcuschi de modo explícito, como se observou no capítulo anterior. Também podemos dizer o mesmo em relação a Bonini, que apesar disso, nos forneceu pistas para tratarmos a categoria de forma nos suportes de modo similar a como faz com a constituição formal do jornal.

Tendo em vista as abordagens de suporte disponíveis na literatura e tratadas no capítulo anterior, e por acharmos que elas não são suficientes para definir os fenômenos de linguagem que se apresentam na difusão ou no registro das manifestações de linguagem, propomos ir além dos conceitos anteriores assentando no trinômio matéria, forma e interação a delimitação para o conceito de suporte a fim de que se possa avaliar os fenômenos que

podem contribuir ou não para a constrição da atualização dos gêneros textuais ou do discurso.

É importante frisar que em relação a Bonini, gênero e suporte não são categorias tão independentes quanto se pode observar em Marcuschi, para quem o suporte interfere no gênero. Já para Maingueneau, a mudança das condições materiais do discurso alteraria radicalmente o gênero do discurso. Isso nos leva a propor que o suporte gênero não é concebido em relação ao suporte de maneira indiferente nesses autores. Essa noção de interveniência, portanto, é um ponto comum que nos aproxima.

Essa noção começou a tomar corpo na dissertação de mestrado, quando estudamos o gênero mala direta e seus suportes (TÁVORA, 2003). Naquele momento, era natural, em virtude do próprio gênero mala direta, identificar as formas em que se apresentavam como um processo que fazia parte da descrição do gênero. O critério privilegiado usado para a identificação do gênero era o propósito comunicativo, e queríamos observar em que medida as formas de apresentação do suporte tinham alguma inter-relação com o gênero e seus propósitos.

Após o levantamento dos aspectos de constituição formal dos exemplares de mala direta em nosso *corpus*, o que tínhamos em mãos eram dados que revelavam uma ocorrência predominante de certos formatos dos suportes de mala direta relacionados a determinados propósitos comunicativos especificados. Exemplo disso eram as malas diretas que vendiam serviços, como pacotes turísticos, que se apresentavam em forma de cartão postal.

Somente quando vimos que as diferentes formas assumidas pelos suportes de mala direta eram um recurso de determinado poder significativo, valorizado, promovido e de certa forma delimitado pela comunidade de marketeiros e publicitários, é que os dados passaram a fazer sentido e a explicarem de forma mais densa o fenômeno com o qual nos deparávamos.

Esse movimento de investigação era um dos passos delimitados na metodologia bhatiana (BHATIA, 1993, p. 22-36). Através dele buscávamos

tanto as crenças como as práticas de uma comunidade profissional, o que obtivemos pela incursão na bibliografia do Marketing e da Publicidade. Por esse passo foi possível verificar que estávamos diante de um comportamento cultural. De certa forma, estávamos investigando o “fluxo verbal” da comunidade discursiva.

Isso permitiu compreender como a construção e a utilização dos suportes de mala direta eram manipulações de um artefato semiótico situado, pertencente a uma cultura profissional disposta a agregar um valor significativo ao gênero através da manipulação da escolha de suportes que contribuíam para esse fim.

Durante esta pesquisa, começamos a perceber a escolha da forma do suporte como uma estratégia que predispõe o leitor a um tipo de recepção, a exemplo do que ocorre com uma mala direta que é enviada em formato de telegrama.

Um telegrama representa(va?) uma necessidade de interação urgente entre enunciador e enunciatário. Ao enviar uma mala direta com a forma de apresentação de um telegrama, imitando o que o correio brasileiro faz em termos de modo formal de apresentação dessa correspondência, o profissional de Marketing/Publicidade se apossa dessa situação de urgência interativa do telegrama, que é reconhecida pelo destinatário. Assim se “reenquadra” a mala direta em outro esquema de interação do receptor devido ao reconhecimento do suporte como representante de uma situação interativa importante e urgente.

Esse aspecto permitiu visualizarmos que uma das funções dos suportes de mala direta baseava-se na tentativa de predispor o leitor a um tipo de interação. O que os publicitários desejam, nesse caso específico, então, é “camuflar” artificialmente a interação por intermédio de um suporte para desenquadrá-la de seu enquadre real: as malas diretas são gêneros não solicitados, que impelem ao consumo e que são muitas vezes descartadas sem

terem sido lidas exatamente por isso. Daí a necessidade de “camuflar” a situação de interação real que se deseja realizar ali.

Os gêneros ocorrem em situações sociais de interação que podem ser descritas. Ocorre, porém, que nem todas essas situações de interação são delimitadas por um contexto imediato dado pela co-presença e co-participação dos sujeitos envolvidos nesse processo, dado que a evolução sócio-técnica alterou essa possibilidade. A esse respeito, lembra Marcuschi (2004, p. 30) em texto intitulado “Os gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital”, que algumas idéias a respeito da interação devem ser revistas:

Se nos dedicarmos a uma análise de detalhes dos gêneros emergentes na mídia eletrônica em geral (telefonia, rádio, televisão, Internet), veremos que algumas das idéias a respeito da interação verbal deverão ser revistas. Por exemplo, a *presença física* não caracteriza a interação conversacional em si, mas sim determinados gêneros, tais como os que se dão nos encontros face a face. De igual modo, a produção oral não é necessária, mas apenas suficiente para determinar a interação verbal, pois é possível uma interação síncrona, pessoal e direta pela *escrita transmitida à distância*, o que já era em parte possível pela comunicação pelo telégrafo e pelo código Morse. Mas no caso atual há uma série de novidades que não apenas simulam, mas **realizam efetivamente** a interação (destaques do autor).

Acreditamos que há necessidade de se rever, sim, alguns conceitos, não necessariamente das idéias sobre interação, mas do modo como se dá a interação, de como a linguagem se atualiza nesses modos interativos devido à evolução dos processos sócio-técnicos.

A tentativa de compreender o impacto das construções sócio-técnicas no âmbito da lingüística (MARCUSCHI, 2004) tem feito surgir toda uma geração de pesquisadores³⁶. Eles enfrentam a dificuldade de se compreender e explicar os fenômenos nascidos de tal evolução. Um exemplo dessa dificuldade é o surgimento do hipertexto.

³⁶ Veja-se, por exemplo, o engajamento de centenas de jovens e experientes pesquisadores envolvidos no **II Encontro Nacional sobre Hipertexto**, realizado em outubro de 2007 na cidade de Fortaleza, presidido pelo Prof. Dr. Júlio Araújo, em cujo evento foi fundada uma associação nacional (ABEHTE) que visa firmar e promover a visibilidade da área.

Para Xavier (2002), um novo modo de enunciação, o modo de enunciação digital, nasce graças ao hipertexto, que só é possível, segundo o autor, em um computador interligado à internet. Para ele, esse novo modo de enunciação é possível em virtude da atualização dos modos verbal (escrito), auditivo e visual (imagens estáticas ou dinâmicas) na tela do computador multimídia, suporte desse novo modo de enunciação digital.

É a partir de Xavier (2002) que iniciaremos a discussão sobre a materialidade dos suportes da escrita, uma vez que esse autor aborda esse tópico, mesmo que seus objetivos sejam naturalmente distanciados dos nossos.

3.1 Da evolução material dos suportes de gêneros escritos

Esta seção não tem a pretensão de fazer um histórico de todas as materialidades utilizadas na constituição dos suportes de enunciação escrita desde os primeiros processos de seu desenvolvimento nas mais diversas sociedades. No entanto, nos serviremos do recorte de Xavier (2002), que analisou esses processos de desenvolvimento, para estabelecermos aqui o início de nossa conceituação material dos suportes e de como essa categoria responde pelo processo de atualização de gêneros.

No curso da história relativo aos procedimentos de escrita, podemos dizer que uma materialidade qualquer foi responsável por permitir o processo de arquivamento e acesso às práticas de escrita; conseqüentemente, pode-se afirmar que é em razão das possibilidades de arquivamento e do acesso que se começa a responder de que modo a materialidade contribui para a atualização dos gêneros em suportes de escrita, primeira inquietação constitutiva desta tese.

“Da argila a tela digital: os suportes de escrita” (XAVIER, 2002) é um capítulo de tese que propõe o hipertexto como responsável por um novo modo de enunciação atualizável apenas na tela do computador *on-line*. O curso desse capítulo apresenta uma constituição que evidencia a escrita como

tecnologia lingüístico-enunciativa e logo em seguida apresenta em que suportes tal tecnologia enunciativa se atualizou: os “reinos” mineral, animal, vegetal e digital.

Parece natural, para os fins que esse capítulo ocupa na tese de Xavier, apresentar uma abordagem das tecnologias da escrita para depois se fazer uma abordagem de seus suportes. A necessidade de fazer um histórico das tecnologias de escrita (puras ou mistas) apresenta-se de modo cogente para que se possa responder a questão da esterilidade de se tentar avaliar a superioridade de uma em relação à outra.

Provavelmente em função disso é que se encontra reproduzido na tese o modelo de Sampson³⁷ (1996, p, 30 apud XAVIER, p. 72), para quem os sistemas de escrita podem ser classificados em semasiográfico – como um sistema de comunicação de acesso direto e visual, ou glotográfico – como sistema que se realiza de modo logográfico (polimorfêmico ou morfêmico) ou fonográfico (silábico, segmental ou traçal).

Mais importante, entretanto, para Xavier é mostrar que esses diferentes sistemas de escrita têm se mesclado sobre as mesmas superfícies de leitura e interpretação. Sejam desenhos, textos, logotipos, números arábicos, esses variados tipos de escrita estão inseridos em um caleidoscópio de representações e saberes plurais que podem ser simplesmente flagrados ao se abrir uma janela ou sair às ruas. Mais ainda, segundo autor, é justamente em razão do sistema de escrita alfabético (fonográfico) e da superposição dos modos de enunciação visual e sonoro em um mesmo suporte de leitura que se pode postular um novo modo de enunciação, o digital.

Passada essa etapa, o autor discorre sobre os suportes de leitura nos “reinos” mineral, animal, vegetal e digital. A metaforização dos “reinos” pode parecer estranha em um primeiro momento, dado que o digital “não poderia” figurar num mesmo paralelismo de constituição material que os outros itens.

³⁷ SAMPSON, G. **Sistemas de escrita**: tipologia, história e psicologia. São Paulo: Ática, 1996.

Nesse agrupamento, no entanto, a materialidade dos suportes é o aspecto predominante da lista. Nele podemos visualizar nitidamente a base descritiva em que se sustenta qualquer texto que pretenda historiar a evolução da escrita.

Essa base descritiva e histórica em Xavier (2002, p.75) é iniciada pelo suporte, ou base material de registro da escrita, o reino mineral. A argila é o primeiro representante das inscrições em reino mineral, tendo-se como aceita a tese de que a escrita suméria seria a mais antiga no mundo. Da mesma forma, as pedras também serviram de superfície para os registros de fatos relevantes na história, como o calendário dos Maias, ou as muralhas gregas e romanas. A esse grupo de materialidades soma-se ainda o mármore de lápides, o ouro, a prata e o bronze, este como um metal utilizado de forma mais intensa que os anteriores.

Vale salientar que Xavier chama a atenção para o fato de que as inscrições realizadas em bronze ou prata são reservadas a enunciados de grande valor histórico para uma dada coletividade, sendo indevida sua utilização para gravação de informações ordinárias, a fim de não se banalizar práticas e ritos cerimoniais específicos.

O autor lembra ainda que a pompa desses suportes parece, de alguma forma, “exigir do leitor uma atitude diferenciada, impor-lhe uma postura de reverência, respeito e grande consideração para com o dito ali gravado” (XAVIER, 2002, p. 77). Esses metais, portanto, indicariam a postura do leitor diante de sua leitura, por tentarem enquadrar como o dito deveria ser lido no instante de leitura, fato que resvalaria “no modo pretensamente único de como ele deve ser interpretado”.

Para Xavier (2002) essas tentativas de controle, no entanto, se mostrariam inúteis, devido às possibilidades de transgressão, sobretudo quando se trata de ilações sócio-cognitivas de cada leitor, de seu conhecimento de mundo sobre esses contextos ou do imaginário construído pelo leitor em sua vivência em tais contextos.

Alguns aspectos dessa discussão merecem ser destacados. O primeiro deles diz respeito ao valor atribuído por Xavier à materialidade. O bronze, por exemplo, seria um “metal nobre” responsável pela exclusão do que pode ou não ser nele registrado. Esse aspecto resvalaria na tentativa humana de se tentar constringir as possibilidades interpretativas da leitura do dito no instante da leitura, aspecto que, para Xavier, sempre pode ser subvertido.

Por mais que isso seja verdadeiro e o tomemos como tal, é necessário ver que o valor que atribuímos a materialidade só é possível em função de uma valoração social atribuída a ela. Essa valoração não é uma propriedade essencial do bronze, ela é sócio-historicamente construída e mantida por variados motivos. No caso dos metais como ouro e prata, o fetiche que se observa em relação a eles, advém, entre outros aspectos, de sua raridade.

Outro aspecto que se faz necessário incluir aqui é que tal materialidade não é utilizada de maneira amorfa, tal qual existe na natureza. É por processos sócio-técnicos que essa materialidade é formatada e se transforma em placas de bronze, ou tabuinhas de argila. É sempre em relação à inventividade humana que a materialidade ganha contornos de objeto ou instrumento, nesse caso, objetos constituídos para estabelecer interação.

O modo de interpretação “único” que se deseja instituir com a utilização do bronze em placas, por exemplo, está longe de ser apenas uma tentativa de cristalizar as possibilidades interpretativas: as interpretações que se refletem e se refratam a partir da materialidade dos suportes são a marca irrefutável da tentativa de inserir a materialidade no circuito interpretativo estabelecido pela atualização de linguagem. Como outros fenômenos relativos à linguagem, podemos aferir se tal mobilização é produtiva ou não no sistema, no entanto, ela não pode ser descartada, uma vez que é perfeitamente flagrável enquanto fenômeno socialmente reconhecível na atualização de linguagem na matéria.

Retomando o circuito histórico de revisão dos suportes estabelecido por Xavier, chega-se aos suportes do reino vegetal. Dele temos como representantes o papiro e o papel. Voltando sua atenção para o caráter

histórico da utilização do papiro e para o aspecto relativo a sua escassez, Xavier, após discorrer sobre seu processo de produção e de sua formatação em rolos, aponta para os aspectos que culminaram na sua substituição pelas peles de animais.

O reino animal ofereceria, então, uma matéria prima muito mais fácil de ser encontrada e manipulada, a pele de carneiro. O pergaminho obtido das peles de carneiros recém nascidos fez surgir toda uma rede comercial para atender às necessidades de escrituração durante séculos. A necessidade cada vez maior de procedimentos de escrituração fez com que o pergaminho fosse maximizado, e então o dois lados da pele animal passaram a ser utilizados.

Desse processo de utilização bilateral das peles nasce o *codex* (códice), dada a possibilidade de se montar os pergaminhos folha a folha, que constituiriam o *volumem*. O códice, ancestral do livro como o conhecemos hoje, guarda com este ampla similaridade formal, ainda que o modo de produção daquele, assim como a matéria de que é constituído, seja diferente do papel e do modo impresso³⁸. A nova formatação material estabelecida pelo pergaminho permitiu aos manuscritos, segundo Xavier, outra organização e compilamento que acrescentavam maior conforto, comodidade e praticidade para se acessar os conteúdos ali reunidos.

Xavier faz menção ainda ao fato de que os desenhos pintados a mão e presentes no ancestral do livro, na maioria das vezes, tinham a função primordial de ornamentar o texto, sem que houvesse uma relação direta com o tema. Sobre esse aspecto, se faz necessário dizer que talvez a inserção da linguagem não verbal como acompanhamento ou complemento interrelacionável com o verbal seja uma construção processual e que tenha ganhado contornos de um modo integral de enunciação ao longo da história.

³⁸ Este aspecto faz Maingueneau (2001) se referir ao escrito e ao impresso como regimes de enunciação distintos que se relacionam a civilizações distintas. Essa consideração pode ser conferida na seção “Mídium e suporte: a aplicação das categorias midiológicas” desta tese.

É no bojo de uma situação histórica demarcada (fim da idade média) que Xavier passa a visualizar o nascimento do livro. A noção de cultura escrita é percebida como resultado de escolhas sociais e políticas feitas por uma sociedade em certos momentos e não como consequência direta da criação de ferramentas tecnológicas, como as da tipografia gutemberguiana. Provavelmente em razão disso, o autor tenha o cuidado de informar que a arte de imprimir não nasce com a invenção gutemberguiana, já que os chineses a praticavam com outro instrumental tecnológico no segundo século antes de Cristo.

Ao nascimento do livro como objeto tecnológico, Xavier evidencia o entorno social que permitiu seu crescimento, seja do ponto de vista de um afloramento da atividade mercantil e do surgimento da burguesia, seja através das condições sociais e do ideário da nova classe social em ascensão. É nesse contexto que se flagra uma escala de produção mais rápida e lucrativa do livro.

Feitas as ressalvas teóricas em torno do livro como instrumento sócio-técnico e de sua inserção no circuito social como objeto de leitura, Xavier se volta para o aperfeiçoamento do livro em relação ao códice. O conjunto de mecanismos criados pela cultura escrita do papiro e do pergaminho, assim como os da criação do códice, foi ampliado e cristalizado pelo livro: a noção de autor como criador, a formação de um cânon de textos reconhecidos como obras de referência, a idéia do livro como propriedade particular.

As possibilidades técnicas geradas pela prensa foram responsáveis por um aperfeiçoamento tal do códice (agora livro) que, segundo Xavier (2002, p. 83), “lhe permitiu hospedar em sua estrutura material um vasto número de gêneros textuais, fundi-los, de tal modo a consolidar alguns e gerar novos gêneros como os jornalísticos, os artigos científicos, as crônicas (...)”. É justamente nesse ponto que consideramos necessário fazer algumas considerações.

Embora Xavier tenha consciência da “estrutura material” como responsável pela possibilidade de “hospedagem” de gêneros em seu corpo, o

autor não faz uma diferenciação entre materialidade e formas de tal materialidade como categorias. É o que se pode depreender da listagem de gêneros acima. Os artigos jornalísticos, que são possibilitados pela invenção da prensa, não são exemplares de gêneros típicos de atualização no livro, mas no jornal que, enquanto materialidade, é feito de papel, como o livro; formalmente, no entanto, o jornal difere do livro, assim como o modo diagramático de realização do escrito.

A noção de forma em Xavier, no entanto, pode ser perfeitamente identificada quando o autor trata da nova formatação sofrida pelo pergaminho, referida anteriormente, e das novas possibilidades de acesso proporcionadas pelo códice, e mesmo na cristalização e ampliação dessas possibilidades permitidas pelo livro.

Tendo consciência ou não de tratar dos aspectos formais e das possibilidades de acesso geradas por tais aspectos como categoria, e apesar de se deter em alguns momentos nos processos produtivos geradores dos suportes, Xavier não separa os suportes do reino mineral, vegetal, animal e digital em categorias de forma e de matéria, até por que não era esse seu foco.

A ausência dessa separação é de ordem conceitual e teórica, e não se dá em termos de objeto, uma vez que o autor descreve o modo de produção do papiro e de como se formavam seus rolos do mesmo modo que apontava para suas possibilidades de acesso.

O foco de interesse de Xavier reside na existência dos sistemas de escrita nos suportes e no novo modo de enunciação que se faz possível pela superação dos “reinos” mineral, vegetal e animal. É em virtude do salto sócio-técnico permitido pelo computador multimídia e da leitura em sua tela que se pode postular a tela do computador *on-line* como suporte de leitura para o hipertexto.

Vejamos como Xavier (2002, p. 94) resume a questão:

Na esteira dessa discussão acerca da necessidade de reconhecer esta “distinção” técnica e funcional que separa, explicitamente, o suporte de escrita da própria escrita, ela mesma, enquanto tecnologia lingüístico-enunciativa criada para tornar visual que era sonoro, isto é, inventada para dar legibilidade tangível ao que é naturalmente intangível – a língua – é que a advogamos a tela do computador como suporte material que ancora o hipertexto.

Para Xavier, a tela é o lugar do hipertexto, longe da qual não há “salvação”, muito menos para o modo de enunciação digital, uma vez que a escrita pode se realizar tanto no monitor quanto em quaisquer outras superfícies que já a abrigaram: livro, pergaminho, papiro metais e argila. A transposição inversa do hipertexto não pode se realizar da tela do computador para as superfícies que lhe são anteriores, pois o hipertexto reprocessa e reutiliza os modos enunciação anteriores, assim como suas respectivas tecnologias enunciativas.

Portanto, para os fins que esse capítulo ocupa na tese de Xavier, ele se mostra perfeitamente plausível, do ponto de vista do hipertexto como uma tecnologia enunciativa, do mesmo modo que há a existência de outras. No entanto, não se deve compreender o mineral, vegetal, animal, e digital como matéria em sentido físico³⁹. É no âmbito de um objeto tecnológico que se pode afirmar a presença de uma materialidade qualquer que permite a atualização de linguagem. Tanto é que autor fala em “suporte material” em relação à tela.

É justamente nesse ponto que a noção de materialidade ganha contornos de categoria para o conceito de suporte que pleiteamos. Em Xavier nos deparamos com a problemática dos suportes de escrita. Ele flagra muito bem a gênese desses suportes, advindos de diferentes fontes materiais que assumiram formas que foram se constituindo ao longo da história. Da mesma maneira, tais formas permitiram determinados modos de acesso ao universo escrito, que não se viu imune à evolução dessas mesmas formas em que se registrou a escrita.

³⁹ Isso quer dizer que não se deve compreender os itens listados como matéria que pode ser dividida em elementos mínimos até que se chegue a menor porção de matéria possível, por exemplo, um átomo de prata. A metáfora com a classificação dos reinos dos seres vivos (animal, vegetal, protista, fungi e monera) deve ter se dado em razão da existência dos itens animal e vegetal na lista dos “reinos de suportes”.

Embora em Xavier (2002) não seja explícito, pode-se dizer que, no curso da evolução dos suportes de escrita, têm-se na materialidade dos “reinos” mineral, vegetal e animal um paradigma de registro (armazenamento) direto em suas superfícies. Tais superfícies podem ganhar formas as mais variáveis, dada a possibilidade de manipulação, montagem dessas matérias e em virtude da tecnologia mecânica de registro nelas usadas.

Acreditamos que o digital foge a esse paradigma, pois a tela é uma “tábula rasa” que apenas permite acesso aos registros, ela não os armazena. Ela pode ser maior, menor, *Box* ou *Wide*, mas não realiza as possibilidades plásticas de formatação do papel, que assume um formato bi ou tridimensional em que se atualizará e se registrará (armazenará) o escrito.

Isso não significa que a atualização de linguagem não seja formatada na tela, pois é como superfície de acesso em que os registros de linguagem verbal e não verbal se vêem atualizados de determinado modo, que se tem um processo formatador. São as formas decorrentes de diversos formatadores e suas funções, assumidas pela atualização de linguagem que garantem um novo modo de enunciação, o digital.

Acreditamos que é em virtude de uma materialidade na qual o arquivamento se dá por meio de um processo de digitalização que conserva a origem da informação, não no espaço físico da superfície material de acesso, mas espalhada pela rede mundial de computadores, que a tela é o elemento material que suporta o hipertexto. Bem entendido, é em razão da separação entre processos de acesso, registro e atualização que a tela é um suporte material que permite o acesso de registros arquivados em diferentes dispositivos de materiais de armazenamento.

Isso significa que o novo paradigma de registro (arquivamento) não se realiza na materialidade do suporte em si (como no papel ou no papiro), os registros estão distribuídos em uma miríade de servidores (discos rígidos ou similares) cada vez maior no planeta. O modo “registro/acesso” é co-responsável pela existência do hipertexto. É por compreender que há uma

categoria de materialidade que, nesse caso, separou o acesso (atualização) do registro (arquivamento) que compreendemos a tela do computador *on-line* como suporte do hipertexto.

Esse novo modo de enunciação digital proposto por Xavier deve ser visto como o resultado formal de uma arquitetura de acesso/registo que permitiu o aparecimento do hipertexto, em razão de essa forma enunciativa permitir “dispor, compor e sobrepor entrelaçadamente”, como diria Xavier, na mesma plataforma enunciativa.

Os “reinos” e suas materialidades em Xavier (2002) pertencem a um recorte bem delimitado que, como qualquer proposição científica, se expõe aos testes de falseamento. Em seu bojo tem-se a hipótese de o hipertexto ser o responsável por um novo modo de enunciação, o digital, profundamente enraizado na enunciação escrita, daí o recorte que trata da evolução dos suportes de escrita limitados a esse universo da linguagem.

A inventividade humana, porém, não se restringiu ao registro da atividade escrita, portanto também podemos dizer que dada **materialidade será mobilizada** para efetivar a difusão, ou seja, o registro e acesso de linguagem oral ou oralizada, que pode vir acompanhada ou não de elementos da visualidade. Vários são os suportes que permitiram, ao longo do século XX, o estabelecimento de possibilidades de difusão e registro de linguagem verbal e não verbal para além da escrita.

Isso significa que, da mesma forma que a prensa aperfeiçoou o código, permitindo que em sua estrutura material um vasto número de gêneros textuais fossem hospedados, fundidos e criados, como diz Xavier (2002, p. 83), os suportes criados para estabelecer interação oral ou audiovisual também devem, mantendo o mesmo raciocínio, ter permitido o mesmo tipo de fenômeno. Isso implica que a categoria de materialidade não funciona apenas como um *locus* que serve para mostrar e fixar o gênero (MARCUSCHI, 2003), mas como entidade em que as possibilidades de atualização podem constringir que gêneros podem ser hospedados ou difundidos.

Os suportes tecnológicos materiais da escrita, assim como aqueles que difundem gêneros orais ou oralizados têm agregados a si um conjunto de propriedades que estão em sua base. É sobre essa base, a categoria de materialidade, que nos deteremos agora.

3.2 A matéria como categoria para constituir a noção de suporte

O primeiro problema apresentado na introdução desta tese questiona como a materialidade contribui para a atualização de gêneros. A resposta a esse questionamento passa pelo estabelecimento da função da materialidade e de como ela se compõe para permitir distinguíveis processos de atualização, que servem a possibilidades interativas diferenciadas.

Acreditamos que a função mais proeminente da materialidade do suporte é permitir um processo de difusão. Por difusão compreende-se um procedimento pelo qual **realiza-se a transmissão de um processo comunicativo** que pode se efetivar graças às materialidades de registro (arquivamento) e de acesso em que se verifica a atualização de linguagem.

Por materialidade de registro compreendemos a superfície que se presta ao arquivamento de linguagem oral e/ou escrita, conseqüentemente de gêneros. O papel, como materialidade de registro, permite em sua superfície um procedimento em que se arquivava na mesma materialidade em que se dará o acesso à tecnologia de enunciação escrita. Pode-se dizer que, no âmbito da escrita impressa, apesar dos diferentes instrumentos tecnológicos que permitem procedimentos de impressão, o acesso, o registro e a atualização de linguagens e de gêneros se dão numa “mesma” superfície material.

Por materialidade de acesso compreendemos o dispositivo que permite a atualização de linguagem oral, escrita ou visual, independente de estar conjugada ou não a uma entidade material de registro. Um *CD* é um exemplo de materialidade de arquivamento. Graças a uma materialidade de acesso, o *CD player*, a atualização de linguagem nele registrada se torna acessível.

Os procedimentos de difusão são tão diversos quanto os suportes. Registro e acesso podem ocorrer ou não na mesma materialidade. No entanto, muitos suportes promovem um processo de difusão por permitirem que haja atualização, sem que haja registro. É o caso do rádio, que tanto pode estabelecer um processo de difusão através da reprodução de um registro em CD, quanto permitir que a atualização de gêneros orais pelo locutor se torne acessível ao ouvinte sem que eles sejam objetos de registro.

Difusão compreende transmissão e, nesse sentido, acesso não deve ser compreendido em termos de emissor e receptor⁴⁰ do quadro da Teoria Matemática da Informação, mas em termos de interatividade, dialogismo. Cremos que um processo de difusão se estabelece através das possibilidades materiais dos suportes: há aí um determinado tipo de acesso que restringe a atualização de linguagem; se oral, escrita, etc.

São os dispositivos de acesso que permitem uma interação de mão única ou dupla, que permitem a atualização de um contínuo de linguagem que pode ir do mais falado ao mais escrito. Bem entendido, os mecanismos de acesso podem permitir que exista um diálogo, como um modo de interação verbal; da mesma forma, também podem permitir que haja interação através dos “atos de fala impressos⁴¹”, virtuais ou radiofônicos.

Portanto, é em termos das possibilidades interativas, também estabelecidas pela materialidade dos suportes, que se tem acesso aos gêneros. Gêneros produzidos para um processo de difusão em que a materialidade do suporte, em razão de suas possibilidades de acesso, permite uma atualização oral/oralizada, escrita, imagética, uma combinação entre elas, ou todas reunidas. Gêneros produzidos para um tipo de interação possível do ponto de vista das condições materiais de acesso e para uma interação em que

⁴⁰ Por mais que se possa aventar que sempre há emissor ou receptor localizáveis em um processo comunicativo, cremos que essa perspectiva evoca um conjunto de considerações que queremos evitar, como por exemplo, a noção de passividade na qual se vêem imersos o emissor e o receptor. Responsividade e dialogismo não fazem parte desse circuito.

⁴¹ Assim Bakhtin (2006, p. 127) se refere ao livro: como “ato de fala impresso”. Aproveitamos a deixa para o paralelismo com ato de fala radiofônico e virtual.

se veja “a situação imediata, mas também através dela, o contexto social mais amplo” (BAKHTIN, 2006, p. 128).

Quando falamos de materialidade de acesso de um suporte, estamos pleiteando que os processos de comunicação possam ser compreendidos como procedimentos de comunicação e de intercomunicação, respectivamente, como mecanismos de acesso de mão única ou de mão dupla. Respeitados esses procedimentos, teremos tipos e formas de interação diferenciados: se uma interação com um coenunciador ou co-enunciador, o que implica estarmos interagindo com um parceiro do processo comunicativo que realiza dado ato de fala ou com uma ação de linguagem tipificada, ambos localizáveis como situação imediata e como contexto social mais amplo.

Esse recorte permite que se evitem as noções de emissor e receptor e conseqüentemente de canal, que para nós se mostram insuficientes, como já foi discutido no primeiro capítulo. A noção de canal não permite considerações relativas a uma situação imediata, através da qual se flagra um contexto social mais amplo, não se presta, então, para uma discussão do aspecto interativo estabelecido pela materialidade dos suportes.

Ao falar de comunicação verbal, de qualquer tipo que seja, Bakhtin (2006,) cita o livro, ou seja, o ato de fala impresso, com um **elemento da comunicação verbal**. Para ele, o livro é o objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso,

é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas nas diferentes esferas de comunicação verbal. (BAKHTIN, 2006, p.127-128)

Segundo Bakhtin, o ato de fala sob a forma escrita é orientado em função de intervenções anteriores numa mesma esfera de atividade, a partir de intervenções do próprio autor ou de outros. Desta forma, o discurso escrito seria parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde, refuta, confirma e antecipa respostas e objeções potenciais.

Estamos diante de uma perspectiva em que o livro, visto como um elemento da comunicação verbal, se presta a um determinado propósito interativo, para um dialogismo que nele se identifica. Quando Bakhtin afirma que é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo e mesmo comentado e criticado no discurso interior, ele está evidenciando como se dá uma forma de interação típica com o ato de fala impresso⁴².

Quando afirma que o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores da mesma esfera de atividade, permite que se perceba que esse ato de fala impresso é sempre situado, ele não é adâmico, dialoga com outros que lhe são anteriores. Através dele se pode perceber que estamos diante de um problema científico ou estético que faz parte de uma discussão ideológica em larga escala.

Essa compreensão bakhtiniana do livro permite visualizar que, do ponto de vista do processo da interação verbal proporcionado pelo ato de fala impresso, procedemos de uma determinada maneira ao entrarmos em contato com ele. Diretrizes como “ser estudado a fundo” ou ainda ser “comentado e criticado no quadro do discurso interior” dizem muito de dialogismo mas também do tipo de interação que se deve ter para com esse “elemento da comunicação verbal⁴³” (BAKHTIN, 2006, p. 127), guardados os elos, claro, que este mantém com uma esfera de comunicação humana.

Isso significa que o modo como se constitui a interação com o ato de fala impresso difere do modo como se dá a interação entre indivíduos num diálogo. Aliás, para Bakhtin, o diálogo constitui uma das formas de interação verbal. Do

⁴² É claro, porém, que o nem todo livro demandará essa natureza interativa em relação ao leitor. Em virtude da natureza dos atos de fala ali realizados, pode-se mesmo dizer que seu maior objetivo seria produzir satisfação e alegria no leitor, no caso de um livro de piadas. Isso, no entanto, não impediria um estudo a fundo de seu conteúdo, caso o leitor fosse um humorista ou um lingüista.

⁴³ Outro aspecto também pode ser avaliado aqui: os esquemas cognitivos adquiridos pelo leitor em relação a um suporte qualquer. Eles implicam um determinado jogo de reconhecimento e de refutação de hipóteses de leitura a partir do suporte. Esse aspecto, pouco ou nunca discutido na academia, pode ser visualizado em Távora (2007), quando flagramos a intertextualidade intersuportes como estratégia usada pelos marketeiros para camuflar uma interação de base comercial com o público alvo. Esse aspecto aponta para uma perspectiva de estudo, no mínimo, interessante: a dos suportes como *frames* que encapsulam certas possibilidades de interpretação da atividade enunciativa ali realizada.

mesmo modo, podemos dizer que uma entidade material de acesso permite determinados tipos de interação verbal e não outros.

A diretriz “ser estudado a fundo” é uma atitude interativa para com a entidade material de acesso que não é tradicionalmente realizada através do rádio. Bem entendido, é graças a um procedimento de registro aliado a uma entidade material de acesso que se pode retomar, ler, reler e estudar a fundo o ato de fala impresso. Não se pode adotar essa atitude com um suporte que se configura fundamentalmente como uma entidade material de acesso, como o rádio: ele não registra e não estará sempre difundindo o mesmo ato de fala radiofônico para permitir uma atitude interativa de estudo a fundo.

É claro que em termos de materialidade de registro, dado ato de fala radiofônico sempre poderá ser arquivado. Resta, então, nos perguntarmos: num contexto social mais amplo, observamos essa prática interativa dos indivíduos para com o rádio do mesmo modo que com o livro? E ainda, os gêneros difundidos por esses dois suportes não se diferenciam em virtude das práticas interativas historicamente mantidas, recriadas ou transformadas pela sociedade em relação às possibilidades materiais de acesso?

Parece que a possibilidade de resposta repousa na percepção de que determinados procedimentos de comunicação ou de intercomunicação sempre poderão ser vistos através da relação que se estabelece entre a interação concreta e a situação extralingüística (a situação imediata e, através dela, o contexto social mais amplo), como preconizava Bakhtin (2006, p.128) ao tratar da interação.

Isso nos leva a propor que uma entidade material de acesso é apenas um dispositivo técnico e amorfo, se separado das possibilidades interativas que institui. A concepção integral de entidade material de acesso como um dispositivo que institui possibilidades interativas não foge à perspectiva da ordem metodológica para o estudo da língua explicitada por Bakhtin. Na verdade, propomos que o suporte como entidade material não está fora do primeiro passo metodológico proposto por Bakhtin (2006, p. 129) para o estudo

da língua: “1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza”.

Então nos perguntamos se os suportes estão fora de uma consideração que leve em conta os tipos e formas de interação verbal? As condições concretas em que se realiza a interação deixam de fora as condições materiais de registro e de acesso estabelecidas pelos suportes? Parece-nos adequado acreditar que não, vejamos.

As situações de “interação concreta” propostas por Bakhtin já não são somente aquelas que existiam em sua época. A evolução das entidades materiais de registro/acesso promoveu uma ampliação quantitativa das possibilidades de interação concreta. Através dessas novas possibilidades, podemos avaliar comportamentos sociais mantidos, (re)criados ou transformados em termos de situação imediata e de contexto mais amplo.

Podemos dizer que há interação concreta em termos de co-presença e co-participação em um diálogo. Os vínculos que este mantém com a situação extralingüística, seja a situação imediata, seja o contexto social mais amplo, são coordenadas desse mesmo processo interativo. A interação, portanto, é estabelecida sempre em termos de relação: a interação em relação ao micro fenômeno que ali se processa (situação imediata) e em relação ao macro: seus vínculos com o contexto social mais amplo (elemento social de caráter constitutivo).

Do nosso ponto de vista, a interação concreta de um diálogo entre duas pessoas balizadas pela situação imediata do face a face não é suficiente para balizar o conceito de interação estabelecido por Bakhtin, pois ela também deve se encontrar delimitada pelos elos que a tornam um fenômeno social. Sem os elos com o social (macro), esse diálogo (micro) é um exemplo incompleto de interação. Em razão disso, digamos um diálogo referente a uma compra entre uma senhora e um vendedor em uma loja de sapatos, como exemplo, para efeito de comparação com o próximo.

A interação de um indivíduo com muitos, uma interação também concreta, que poderia se realizar em um salão e com fins eleitorais, para retomar aqui o exemplo de Maingueneau dado no capítulo anterior, enquanto realidade imediata difere de um diálogo face a face da senhora com o vendedor. Os aspectos que dizem respeito aos elos que situam esses dois eventos socialmente, pode-se dizer, também serão diferentes.

Se os dois exemplos mencionados podem ser balizados pelas coordenadas dadas acima, por que não dizer que um suporte, através de uma condição material de acesso (micro), permite uma interação concreta, em que se pode também realizar uma análise dos vínculos que esta mantém com o contexto social mais amplo (macro). Também se pode dizer que as práticas interativas que mantemos com os atos de fala difundidos pelos suportes são igualmente rastreáveis, elas dizem muito da natureza dos gêneros abrigados pelos suportes disponíveis a uma esfera de comunicação humana.

Se partirmos do princípio que uma entidade material de acesso traz a reboque um conjunto de considerações sobre o micro-fenômeno que ali se processa, poderemos ver as condições de acesso como constritores da atualização de linguagem verbal e não verbal e naturalmente de gêneros. Através de análises que dizem respeito aos macro-fenômenos, situa-se socialmente o processo interativo. É sempre através da inferência do micro em relação ao macro que se situa o processo interativo. Portanto, a análise de gêneros não deve se dar distante dessa possibilidade, que é a sua condição de existência enquanto processo de difusão.

Esse aspecto nos leva a estabelecer, então, que uma entidade material de acesso permite processos interativos em que se pode ver a situação imediata (aspecto micro da interação) e o contexto social mais amplo (aspecto macro da interação). Contudo, as condições materiais do suporte sempre permitem um tipo de atualização de linguagem que será, em alguns casos, índice que caracteriza certos gêneros, como orais ou escritos. Acesso, registro e atualização são fenômenos que se interrelacionam, o que nos leva a conceber que a materialidade dos suportes pode assim ser compreendida.

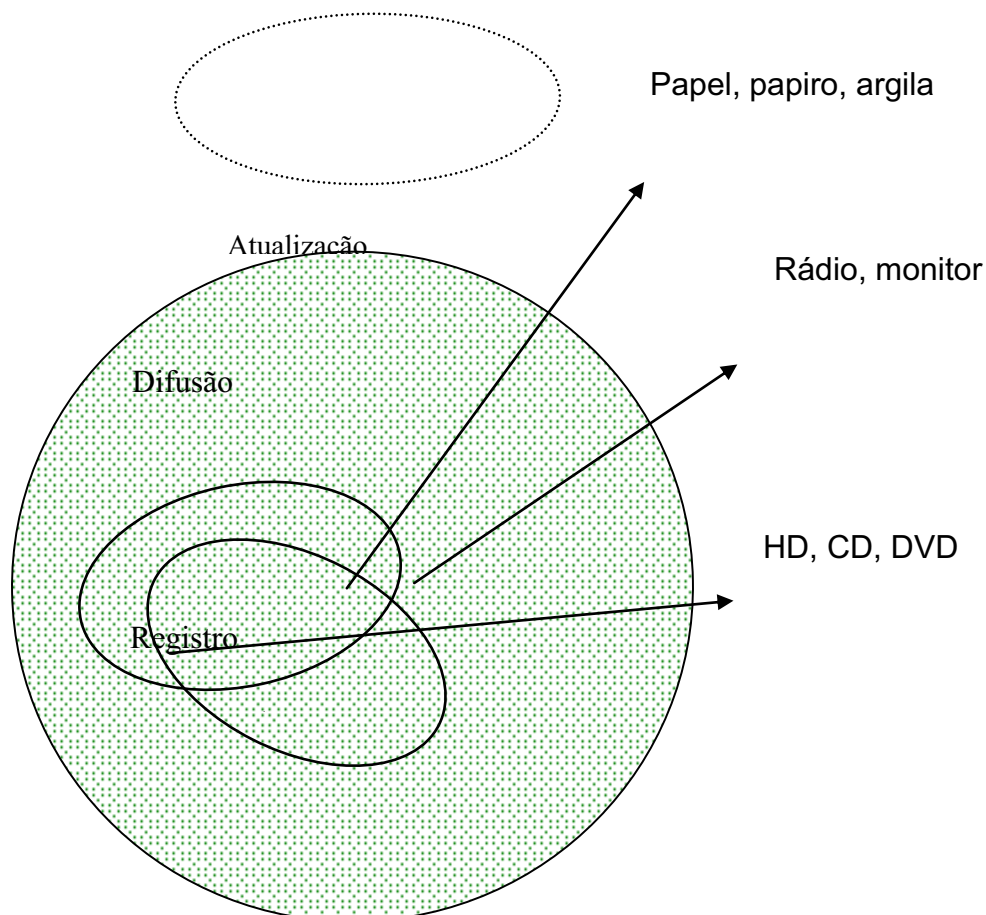


Figura 3: Diagrama da materialidade dos suportes

Essa tríade, atualização, registro e acesso, leva a compreender que o suporte, como entidade material, permite determinada atualização em razão da combinação ou não da entidade de registro e/ou de acesso. Acesso e registro, no entanto, não se dão, necessariamente, na mesma materialidade, como dito antes. No exemplo do quadro acima, estamos diante de processos de atualização que podem se dar no papel, papiro e argila, que são ao mesmo tempo entidades de acesso e de registro. A atualização de linguagem não pertence esse grupo como uma entidade material de acesso, uma vez que ela é um fenômeno relativo à realização de linguagem que se dá em termos tecnologia enunciativa, pura ou mista.

Essa tríade é composta por elementos que não pertencem a um mesmo paralelo: acesso e registro são procedimentos materiais que garantem

atualização. Do ponto de vista material, atualização pode ser vista como um resultante do fenômeno pode ocorrer com a língua em termos de difusão: “a propriedade de se transferir de um meio para outro”⁴⁴ (LYONS, 1987, p.30).

Podemos falar atualização de linguagem oral e em registro dessa oralidade; no entanto, a atualização de linguagem oral pode ser captada por um dispositivo que a registre tal como ela ocorreu (gravação de voz) ou ela pode ser registrada em uma superfície por meio de uma tentativa de transposição através de uma tecnologia enunciativa, como a escrita.

O modo de existência dos gêneros, ou seja, a maneira pela qual um gênero é difundido se ancora na maneira pela qual a linguagem pode se atualizar em uma entidade material de acesso/registo. Nesse sentido, o suporte é índice da natureza da linguagem ali atualizada e permite que tal natureza seja vista em termos de um contínuo de linguagem: do + oral até o + escrito. Isso significa que um gênero oral pode manter sua característica de oralidade ao ser registrado ou difundido em um suporte que permita a difusão da oralidade, ou pode ser adaptado para um modo de difusão escrito e vice versa.

Sobre esse aspecto, podemos dizer que se tornou lugar comum na área de análise de gêneros dizer que um gênero não deve ser caracterizado em termos de linguagem de forma exclusiva, posição com a qual concordamos, no entanto a diretriz teórica que se coloca aqui não diz respeito à caracterização do gênero em termos exclusivos de linguagem, mas da interação possível estabelecida pelo suporte.

A interação possível, nesses casos (o micro em relação ao macro), está na gênese da realização dos gêneros, sendo o suporte um índice dessa interação e elemento que viabiliza o modo de existência dos gêneros. Pelo que

⁴⁴ Em perspectivas mais tradicionais, como a reproduzida por Lyons (1987), observam-se fenômenos de atualização de linguagem em termos do que “é caracteristicamente escrito e o que é caracteristicamente falado” (p.30); ao passo que, em uma perspectiva mais atual, Marcuschi (2001) observa que há uma relação entre escrita e fala que “se funda num *continuum* e não numa dicotomia polarizada” (p. 27).

se demonstrou, é mais do que natural afirmar que a categoria de materialidade contribui para a atualização dos gêneros.

3.3 A materialidade de acesso: a construção da categoria de forma do suporte

As materialidades de acesso são extremamente diversificadas e qualquer processo que visasse descrevê-las teria que levar em conta as possibilidades de atualização de linguagens que elas permitem. Uma materialidade de acesso, como a tela de um computador, permite a atualização de linguagem não-verbal e verbal. O verbal, nesse suporte, poderia se atualizar através de uma tecnologia lingüístico-enunciativa escrita ou da reprodução de um diálogo gravado em vídeo, que também poderia ser ouvido graças à existência de um dispositivo multimídia no computador que permitisse sua reprodução sonora⁴⁵.

Uma materialidade de acesso é índice das linguagens que podem ser atualizadas por ela: verbal ou não-verbal. A linguagem verbal pode figurar em um contínuo que vai do + oral ao + escrito, respeitando-se as possibilidades de atualização da própria linguagem: se através de uma tecnologia lingüístico-enunciativa que torna visual (ou mesmo tátil) o que era sonoro, ou se através da oralização daquilo que fora primordialmente concebido de forma escrita. Essas possibilidades de difusão da linguagem verbal podem oferecer o percurso das condições de atualização dos gêneros o que, muitas vezes, justifica certas características neles identificadas como produto acabado.

⁴⁵ É importante registrar que o computador permite que sejam representados de maneira bidimensional vários suportes ou mesmo manter a arquitetura de origem desses suportes representados no universo virtual. O Jornal O Povo, de Fortaleza, por exemplo, oferece uma versão virtual do jornal com diagramação exatamente igual àquela que sai impressa todos os dias. É possível, através da manipulação do *mouse* folhear o jornal, virar páginas, dobrá-las na tela do computador do “mesmo modo” que se faz com o jornal em papel. O mecanismo de *zoom* facilita a visualização na tela do computador, dado que tal versão virtual realiza-se em tamanho menor que a original em papel (Cf. www.jornalopovo.com.br).

Tais características são tão diversas quanto às materialidades de acesso. Elas dizem respeito aos procedimentos convencionados de como a linguagem e, por via de consequência, os gêneros se atualizam em dado suporte. O grau de convencionalidade dos processos de atualização de linguagens e de gêneros nos suportes é flagrável graças a um processo de formatação que se verifica na materialidade de acesso, que pode permitir a difusão de registros de linguagem e de gêneros ou apenas a atualização, a exemplo do que pode ocorrer no caso do rádio.

A discussão desse processo de formatação retoma o modo **como a configuração formal dos suportes constitui restrições ou favorecimentos à constituição dos gêneros**, segunda inquietação que ocupou a racionalização que construímos sobre o suporte como objeto teórico na constituição desta tese. Como se verá adiante, essa configuração é resultante tanto das condições técnicas de possibilidades de difusão dos suportes, quanto das ações convencionadas de formatação nele realizadas.

Os procedimentos de formatação em uma entidade material de acesso não são unívocos para todos os suportes, pois os processos sócio-técnicos envolvidos são diversificados e não tratam ou afetam a atualização de linguagens e de gêneros exatamente da mesma maneira. Em muitos casos, observa-se mesmo a não contribuição da formatação do suporte em relação à influência que poderia exercer em gêneros.

O contrário dessa perspectiva, no entanto, é uma inquietação de pesquisa relativa à inter-relação suporte/gênero que não grassa na academia em virtude da ausência de parâmetros que permitam discutir como se dariam tais contribuições. Os aspectos enfocados a seguir, pelas condições de difusão são, pretensamente, um caminho para se iniciar essas discussões.

A compreensão dos processos de formatação como configuração advém da observação de como se constituem as condições de difusão numa entidade material: se atualização de linguagem a partir de uma entidade acesso separada da de registro; se atualização de linguagem a partir de uma entidade

de acesso conjugada à de registro; se atualização de linguagem em uma entidade acesso que prescinde de entidade de registro. Vejamos o quadro abaixo:

Situação material de difusão	Exemplos de Suportes	Possibilidades de atualização (a)	Fluxo (b)	Procedimentos de formatação (c)
Entidade de acesso separada de uma entidade de registro	Tela do computador	Linguagens não-verbal e verbal (oral, oralizada e escrita, imagens)	⇒ ou ⇔	Diagramação na tela realizada pela interface dos softwares, linkagem
	Televisão	Linguagens não-verbal e verbal (oral, oralizada e escrita, imagens)	⇒	Edição, corte diagramação, sonoplastia, dicção estilística
Entidade de acesso conjugada a uma entidade de registro	Jornal, revista, livro	Linguagens não-verbal e verbal (escrita, imagens)	⇒	Forma adquirida pelo suporte, diagramação
Entidade de acesso que prescinde da entidade de registro	Rádio	Linguagem verbal, oral ou oralizada	⇒	Sonoplastia, modo de elocução, entonação e dicção estilística

Quadro 3 Condições de difusão e a configuração formal do suporte

Os procedimentos de formatação observados em cada entidade de acesso serão diferenciados em razão de o suporte que a representa poder assumir: a) distintas possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal; b) diferentes níveis de interatividade ditados pelo fluxo comunicativo e sua divisão, que interfere na recepção, no tempo e no modo de resposta, portanto na responsividade do co-enunciador ou coenunciador. Esse fluxo

também pode ser visto enquanto unidade, divisibilidade, seqüencialidade⁴⁶ espacial ou temporal flagradas nas entidades materiais de acesso; c) variadas funções e valores dos procedimentos de formatação: formas físicas, diagramação⁴⁷, edição, corte, “linkagem”, elocução estilística.

3.3.1 As possibilidades de atualização de linguagens nos suportes

As distintas possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal (item “a”) são índices que podem, de saída, evidenciar a natureza de composição lingüística ou de linguagens dos gêneros difundidos por dado suporte. Vale salientar que dada possibilidade técnica de difusão em um suporte implica não apenas procedimentos técnicos específicos, mas necessidades de formatação convencionadas em relação a como determinados gêneros se atualizam nesse suporte. Em havendo transposição de um mesmo gênero de um para outro suporte, seria necessário avaliar como a difusão, a partir dos procedimentos técnicos e dos convencionados, constringiria a atualização dos gêneros.

Tal transposição pode ser exemplificada pela comparação da atualização de uma notícia em um jornal impresso e na televisão. Ambos os suportes permitem atualização de linguagem verbal (escrita e oralizada, respectivamente) e não-verbal. No entanto, o modo de atualização do não-verbal em relação ao verbal (oralizado) na televisão segue princípios e práticas de composição entre ambas as linguagens que não são os mesmos do jornal impresso. Os modos de coexistência e as possibilidades de composição nos dois suportes geram processos de inter-relação entre o verbal (escrito ou oralizado) e o não-verbal que não seguem a mesma “gramática” e não geram exatamente o mesmo produto genérico.

⁴⁶ Os significados de seqüencialidade a que nos referimos se aproximam dos encontrados no Dicionário Houaiss: “3 -quantidade de coisas ou eventos consecutivos no espaço ou no tempo; série, sucessão; 5 - parte de uma obra escrita que guarda conexões com a(s) precedente(s); 9 - Rubrica: cinema, televisão: conjunto de cenas ou planos desenrolados num só ambiente ou que tenham determinada unidade de ação” (HOUAISS, *on-line*).

⁴⁷ Vale salientar que os princípios de organização da textualidade não serão exatamente os mesmos nessas entidades em razão de as possibilidades interativas que eles instauram possuírem valores diferenciados e convencionados.

Pode-se dizer que movimentos retóricos inteiros de uma notícia televisiva poderiam ser substituídos por uma seqüência de imagens que descrevesse aquilo que deveria ser realizado em seu corpo textual caso ela fosse escrita. Por mais que a foto-legenda permita essa mesma possibilidade, não é comum que ela venha entremeada entre seqüências textuais em uma notícia impressa, representando um movimento retórico delimitado, como se vê nas seqüências de imagens da televisão que normalmente coincidem com a narrativa. Nesses casos, normalmente, o verbal orienta a interpretação do visual, que pode ser compreendido nessa relação de coexistência.

O modo diagramático de composição de imagens (não-verbal) e do verbal (corpo textual em uma notícia) em um jornal impresso segue uma convenção que tende a tornar, por exemplo, a foto legenda como entidade independente, o que tanto a leva a ser compreendida como um elemento autônomo quanto uma parte integrante de uma notícia.

Essa discussão da funcionalidade da foto legenda, entre outros elementos, pode ser flagrada em Bonini (2005, p. 70 – 72) quando o autor discute a não identificação imediata dos gêneros como entidades estanques. A vaga fronteira visualizada por Bonini entre os gêneros do jornal é explicada pelo autor em duas frentes: em razão dos enfoques estrutural, modo como o jornal se organiza, e semântico-pragmático, modo como os gêneros são enunciados.

Propomos que tal explicação deveria também levar em consideração as possibilidades de atualização de linguagens no suporte jornal, que implica observar o modo integral de coexistência de linguagens verbal e não-verbal, reprodutoras de modos enunciativos relativamente estáveis ou convencionados. O exemplo da coexistência da foto legenda com a notícia no jornal pertence a um modo de composição elaborado para uma interação que se dá por outros princípios na televisão.

Esse aspecto orienta a constituição da materialidade genérica em razão de as condições de difusão promoverem modos de interação diferenciados. Os

parâmetros desses modos de interação são balizados pelas possibilidades de atualização de linguagem verbal: oralizada, escrita, bem como pela natureza de inter-relação dessas modalidades com o não-verbal⁴⁸. Esses cruzamentos seguem contratos de difusão cujas formas atendem convenções interativas relativamente estáveis nos suportes. Isso necessariamente afeta o modo como os gêneros devem neles serem atualizados.

O modo de composição, de coexistência, de organização das possibilidades de atualização de linguagens nos suportes são itens a serem avaliados se se deseja verificar a alteração na estrutura de composição do gênero em razão da transposição desse para um outro suporte.

A atualização, por exemplo, em linguagem verbal escrita ou oralizada é co-responsável pelo modo como interagimos com uma notícia impressa ou televisiva. O lide de uma notícia televisiva diverge de um lide de jornal impresso em razão das funções que eles exercem nesses suportes, como se pode ver nas observações de Vizeu e Mazzarolo (1999).

No *lead*, de uma maneira geral, vamos encontrar um resumo da informação e, na seqüência, nos demais parágrafos, os dados complementares e explicativos do que foi tratado na abertura da matéria. Essa descrição é feita de uma forma decrescente, da informação “mais importante” a “menos importante”. Um dos objetivos é possibilitar o acesso rápido do leitor as principais informações da matéria. Num breve passar de olhos ele poderá decidir se já leu o que interessa (...) (p. 61).

A notícia de televisão como é elaborada para ser assistida na sua totalidade não teria necessariamente um lead, mas seria ela toda um grande lidão (p. 62).

Como se pode depreender na comparação da função e da realização dos lides em ambos os suportes, o lide da notícia de jornal se atualiza em linguagem verbal escrita, que promove uma seqüenciação do geral para o particular. Esse modo de difusão da notícia impressa possibilita uma interação parcial do leitor com o gênero, de modo sistemático, em razão do registro e do acesso integrarem a mesma entidade material, na qual uma tecnologia

⁴⁸ Dependendo do suporte, o não-verbal tanto pode ser constituído pelo entorno visual, imagético ou diagramático, quanto por efeitos sonoros, que podem ser observados no rádio em termos de sonoplastia, ruídos, música, etc.

enunciativa escrita permite uma ação interativa, controlada pelo leitor em relação aos blocos e seqüências de textualidade que essa notícia atualiza.

O modo de difusão da televisão promove uma interação com o todo da notícia televisiva. Nesse modo, o leitor não controla o acesso às porções da textualidade, em virtude da interação com os processos de atualização se dar através da oralização da linguagem verbal, que se atualiza, mas não está registrada na entidade material de acesso, o que não permite uma ação de retomada, de mudança de rumos, de interação controlada pelo telespectador.

Isso implica uma reconfiguração da função do lide e, provavelmente, da composição retórica da própria notícia, como é possível depreender nas explicações de Vizeu e Mazzarolo (1999, p. 61-62). Segundo o que se pode inferir da visão dos autores, o lide, que funcionava como elemento de configuração introdutório da notícia impressa, é visto como o próprio gênero, que funcionaria como se fora a própria notícia televisiva, que seria um lide expandido.

O lide, além de ser um elemento de constituição do gênero notícia no jornal impresso, é um dispositivo que permite uma interação com a “essência” temática do gênero. Sua função na notícia, bem como nos gêneros jornalísticos do jornal, está relacionada aos modos de interação que se pode estabelecer através da leitura. Bem explicado, devido à possibilidade de atualização do gênero em uma entidade de acesso em que a notícia se reifica em uma tecnologia lingüístico-enunciativa. Esse circuito está inscrito nas condições de difusão, especificamente constricto pelas possibilidades de atualização de linguagem e dos processos interativos instaurados por tais possibilidades.

Compreendemos a posição de Vizeu e Mazzarolo (1999) sobre a alteração sofrida pelo lide de uma notícia televisiva em relação a uma impressa como um fenômeno que passa pelas possibilidades de atualização de linguagem verbal escrita ou oralizada. No caso em tela, elas promovem constrictões na realização estrutural do gênero notícia.

As possibilidades de atualização de linguagens em uma entidade material de acesso é um elemento das condições de difusão dos suportes que se deve levar em consideração, uma vez que o que está em jogo não é o fato de se tratar de modalidades escritas ou oralizadas de um mesmo gênero.

Para além da discussão da caracterização dos gêneros como entidades lingüísticas, o que se propõe é que as condições de difusão, neste caso, as distintas possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal sejam vistas como fatores do suporte. Eles podem promover contribuição ao gênero devido ao modo interativo a que remetem e ao modo convencional em que a inter-relação entre as linguagens nele se dá. Esses fatores podem ser visualizados em duas frentes:

- a) como possibilidades de atualização que estabelecem modos interativos diferenciados: entre coenunciadores, entre um co-enunciador e o verbal (escrito ou oralizado) e o não-verbal. Esses dois modos interativos oferecem implicações para a compreensão do fenômeno de atualização dos gêneros: eles não devem ser vistos apenas em razão de realizarem dados propósitos comunicativos, movimentos retóricos, mas também em razão da função interativa que a atualização oral ou escrita desses gêneros ou seus segmentos exerceriam no suporte em questão;
- b) como possibilidades de atualização que compõem um repertório convencional de inter-relações entre linguagens (verbal e não verbal), que não funcionam sob os mesmos parâmetros em suportes diferenciados, e que podem contribuir para ajustar a atualização de um gênero a um modo de composição convencional por que passam essas linguagens em suportes específicos.

3.3.2 A constituição do fluxo comunicativo e seus níveis de interatividade

Vimos na seção anterior que distintas possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal podem ser avaliadas em duas frentes: em como a atualização estabelece modos interativos diferenciados e em como a atualização compõe um repertório convencionado de inter-relação entre linguagens. Esses dois aspectos, como se pôde ver na exemplificação e explicação anteriores, poderiam, como fatores do suporte, oferecer contribuições ao gênero.

Tentaremos exemplificar agora, como a constituição da noção de fluxo comunicativo, em correlação com os procedimentos de formatação, estabelece parâmetros para se avaliar o processo de atualização de gêneros nos suportes. “a”, “b” e “c”⁴⁹ apontados na seção 3.3 compõem o quadro das condições de difusão do suporte, ou entidade material de acesso. Dado o arranjo em que se encontram, é lícito dizer que a categoria forma deve ser compreendida como configuração formal resultante das possibilidades de difusão e dos diferentes níveis de interatividade ditados pelo fluxo comunicativo e sua divisão em correlação com as variadas funções e valores dos procedimentos de formatação.

A configuração formal resultante do cruzamento dos elementos dessa tríade deve ser vista em relação à noção de materialidade de acesso representada pelo suporte em questão. O conceito de forma ou configuração formal dos suportes remete ao fato de que:

- “a” aponta para a atualização que reflete modos interativos diferenciados no quais pode haver um repertório convencionado de inter-relação entre linguagens verbal e não-verbal; ambos os aspectos balizam a atualização de gêneros;
- “b” se relaciona tanto às limitações interativas de ordem estritamente tecnológica do fluxo comunicativo, quanto à constituição convencionada

⁴⁹ Recapitulando “a” remete a distintas possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal; e “b” remete a diferentes níveis de interatividade ditados pelo fluxo comunicativo e “c” remete a variadas funções e valores dos procedimentos de formatação.

da unidade, da divisibilidade, da seqüencialidade em que esse fluxo se apresenta;

- “c” finalmente diz respeito a ações convencionadas das variadas funções e valores dos procedimentos de formatação aos quais o gênero está submetido.

No suporte televisivo, por exemplo, a atualização de linguagens e de gêneros é constricta por vários procedimentos de formatação que ocorrem de acordo com um fluxo temporal formador de quadros, seções, etc. atualizados sequencialmente na tela. Entre esses procedimentos pode-se citar o de corte, edição e efeitos visuais: a exibição de gêneros dá-se na linearidade temporal de ocorrência do verbal e de seu entorno não-verbal, em que a figura (linguagem verbal, por exemplo) e fundo (entorno não-verbal) podem se revezar enquanto primazia comunicativa ou como modo integral de realização de linguagens sobrepostas.

Vale salientar que os itens que compõem a tríade acima não podem ser vistos como entidades estanques, mas como configuração integral. Nesse sentido, o fenômeno de atualização de gêneros não pode ser visto como o resultado de procedimento técnicos ou físicos de cunho exclusivo, mas fundamentalmente como configuração convencionalizada em dada situação de atualização. Em razão disso, o processo de exibição de gêneros citado no parágrafo anterior é elemento integrante do fluxo, já que a linearidade temporal de ocorrência do verbal implica determinada condição de difusão e de interação.

Para não se identificar o fluxo com emissão e recepção do quadro da Teoria Matemática da Informação, deve-se atentar que, apesar de o fluxo confirmar o sentido das possíveis trocas informacionais, algo que o aproximaria desse quadro, o que mais interessa é a natureza responsiva do co-enunciador ou coenunciadores na situação concreta de interação. Esta tanto pode ser caracterizada pela interação do co-enunciador com gêneros em dado suporte quanto com a interação entre coenunciadores através de um suporte em que também se atualizam gêneros.

Esse fluxo também pode ser visto enquanto unidade, divisibilidade, seqüencialidade temporal flagradas em um suporte. Os gêneros apresentam dadas construções composicionais (BAKHTIN, 2000), ou movimentos retóricos (SWALES, 1990; BHATIA, 1993), e estes podem corresponder ou não com as “fronteiras” temporais, espaciais ou virtuais de dado suporte.

O julgamento da situação de atualização dos gêneros deve obedecer aos aspectos físicos, mas principalmente dos convencionados promovidos pelo fluxo do suporte. Nesse processo de constituição de unidade, de divisibilidade e de segmentação dos suportes, agrupam-se gêneros diferentes ou similares em “blocos”, como os gêneros do jornal; divide-se ou segmenta-se um único exemplar em razão do limite temporal (notícias televisivas) ou espacial estabelecido pelo próprio suporte. Isso significa tratar as condições de atualização dos gêneros também em razão das condições de fluxo.

O fluxo determina como se apresenta a unidade espacial ou temporal de um suporte, que pode proporcionar divisões ou não. A seqüenciação dessas unidades atualiza eventos comunicativos no espaço ou no tempo em razão do suporte em questão. Os limites de dado suporte podem corresponder a um gênero ou a agrupamentos dele, ou mesmo não conter integralmente um único exemplar.

O livro, por exemplo, apresenta literalmente uma seqüenciação espacial, no sentido matemático do termo, em que um gênero, como o romance, se atualiza em seu encadeamento genérico; já na internet a complexidade é maior: tem-se um processo que tanto pode ser seqüenciado espacialmente de modo vertical, como o que ocorre nos *blogs*, quanto dividido e subdividido em seções e subseções.

Nesse caso, podemos ter um fenômeno de encaixe de elementos integrantes de um mesmo gênero que se atualiza em páginas diferenciadas de uma mesma *home page*, ou apenas “dispositivos de paginação” que, similar à ação de passar de páginas de um jornal impresso, poderiam ser compreendidos como processos de manipulação do suporte, sejam eles

realizados por porções textuais ou por elementos de sinalidade, como uma seta. O fato é que não se tem acesso à divisão do fluxo de um suporte como um jornal impresso da mesma maneira que se tem acesso à divisão do fluxo na internet. Vejamos o exemplo subsequente, nas setas ao lado da representação de cada página do jornal tem-se um mecanismo responsável pela “paginação” no jornal da web.



Figura 4 Jornal O Povo em *flash*

Essas condições do fluxo, que podem identificar fronteiras de um determinado gênero com as fronteiras de atualização do suporte em questão são fundamentais para que não se compreenda seções espaciais, ou segmentações temporais com os gêneros nelas contidas. A possibilidade de haver esse tipo de correspondência é responsável pela confusão que ocorre

em dadas análises, como a do “gênero” quarta capa de livro elaborada por Cristovão (2002)⁵⁰.

O mesmo se pode dizer do *outdoor* que é um suporte que oferece suas fronteiras de atualização, preferencialmente, para gêneros publicitários. A associação desse suporte com gêneros publicitários de forma sistemática promove a indistinção entre suporte e o gênero preferencialmente nele atualizado. As condições de difusão do suporte *outdoor*, como entidade material que estabelece, por exemplo, um fluxo em uma unidade física de exposição espacial, no entanto, constringirão a atualização de qualquer gênero nele atualizado, se se quiser que haja interação do leitor com o gênero por ele suportado.

Tal fluxo não pode ser visto distante do tempo de exposição do transeunte ao suporte, do excesso de informação visual das vias, da situação de interação do indivíduo com a urbe, que implicam que a produção de qualquer gênero registrado em um *outdoor* leve em consideração as condições concretas de interação entre o indivíduo e esse suporte: bissexta, efêmera e muitas vezes quase involuntária. Isso implica que os gêneros atualizados nesse suporte devem primar pela brevidade e absorção imediata dos sentidos por ele difundidos de forma integral em sua constituição de linguagem(ns).

Isso, no entanto, não se faz sem uma configuração formal que contribua com esse processo. Esse aspecto evidencia que as distintas possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal, “a”, não podem ser vistas distantes dos diferentes níveis de interatividade ditados pelo fluxo comunicativo, “b”, e que este não pode ser visto sem a contribuição de “c”, ou seja, das variadas funções e valores que os procedimentos de formatação assumem na atualização.

⁵⁰ BEZERRA (2006, p. 86) realizou sua pesquisa de doutorado sobre gêneros introdutórios e evidenciou que “é mais adequado tratar a *quarta capa* de livros como suporte, e não como gênero, uma vez que ela se constitui como o *locus* de variados gêneros, não se identificando com nenhum gênero em particular”.

Os procedimentos de formatação nos suportes impressos promovem uma atualização constricta por técnicas de diagramação: a organização linear ou não das linguagens verbal e não-verbal se dá em termos co-ocorrência de ambas ou não em dado suporte. Esse aspecto pode se correlacionar ao fluxo das divisões espaciais de certo suporte, que podem coincidir ou não com as divisões retóricas dos gêneros.

A realização de gêneros num suporte, como o livro, tem um modo de existência diferente da de um jornal, por exemplo⁵¹. Por mais que se possa afirmar que há um modo geral de organização da materialidade verbal e não-verbal nos suportes impressos, há que se observar que diferentes suportes impressos não estabelecem a atualização de linguagens e de gêneros exatamente da mesma maneira, em razão da constituição dos gêneros e dos suportes.

A atualização de gêneros em certa entidade material de acesso segue o cruzamento dos itens “a”, “b” e “c”, como dito anteriormente. Isso implica, por exemplo, que nos suportes televisivos, o aspecto temporal (seqüencialidade do fluxo) aliado a técnicas de edição constringe a exibição de gêneros, já o aspecto espacial e diagramático pode influenciar a atualização de gêneros nos suportes impressos ou virtuais.

Tenha-se em mente que os suportes virtuais, em que o arquivamento não se dá na mesma superfície de acesso, permitem um processo de atualização de linguagens numa série de dispositivos virtuais de interação. Os *softwares*, nesse caso, devem ser vistos como dispositivos de configuração formal que permitem interação entre os coenunciadores, entre internautas e gêneros e entre internautas e gerenciadores dos mais diversos dados, sejam eles gêneros ou não.

As interfaces desses programas devem ser vistas como dispositivos com os quais interagimos de modo ativo e com os quais estabelecemos um processo de comunicação de mão dupla. A transposição de gêneros de

⁵¹ Veja-se o caso das crônicas atualizadas em jornais e em livros.

suportes impressos para o ambiente virtual pode se dar sem alterações do que se verificava no livro de papel, por exemplo, através de digitalização, como ocorre com os livros em PDF, que manterão a “mesma” disposição e organização dos gêneros que se verificava anteriormente.

Nem sempre os gêneros manterão a mesma estrutura que apresentavam anteriormente em seus suportes de origem. As possibilidades de atualização de linguagens em correlata associação com o fluxo podem permitir um novo modo de configuração formal. Por mais que os propósitos comunicativos de um gênero se mantenham em um processo de atualização cuja configuração formal seja outra, não se pode negar que o modo de existência de configuração seja diferenciado. Em que medida essa nova existência atualiza o mesmo gênero, configura um sub-gênero ou um novo gênero? Eis uma questão que merece consideração.

A charge no universo virtual é um bom exemplo disso: ela vem atualizada numa unidade espacial demarcada em dada página, mas não é imóvel como no jornal, em que se atualizam seqüências de linguagem verbal e não-verbal em um fluxo espacial. No virtual, a unidade do fluxo espacial de uma *home page* permite um modo composto de linguagem verbal escrita e oralizada em conjunção com o não-verbal das imagens (estáticas ou em movimento).

Imagem, texto e oralização passam a funcionar em conjunto. A charge realizada no ambiente virtual passa a ter um “título”, realizado no fluxo espacial da unidade estática da página. A esta, no entanto, soma-se uma nova unidade de fluxo temporal e animado, que passa a compor a unidade estática da *home page*. Em movimento, a “nova” charge é normalmente executada em flash⁵² que também permite a execução de linguagem oralizada. Nesse caso, o fluxo estático da página da *home* é sobreposto por um fluxo em movimento de uma

⁵² Na wikipedia, o termo tem a seguinte explicação: Adobe Flash (antes Macromedia Flash), ou simplesmente **Flash**, é um *software* primariamente de gráfico vetorial - apesar de suportar imagens *bitmap* e vídeos - utilizado geralmente para a criação de animações interativas que funcionam embutidas num navegador *web*. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Adobe_Flash>>.

execução animada. Um plano se sobrepõe ao outro e formam um todo, que deve compor a análise em relação ao gênero que ali se atualiza.

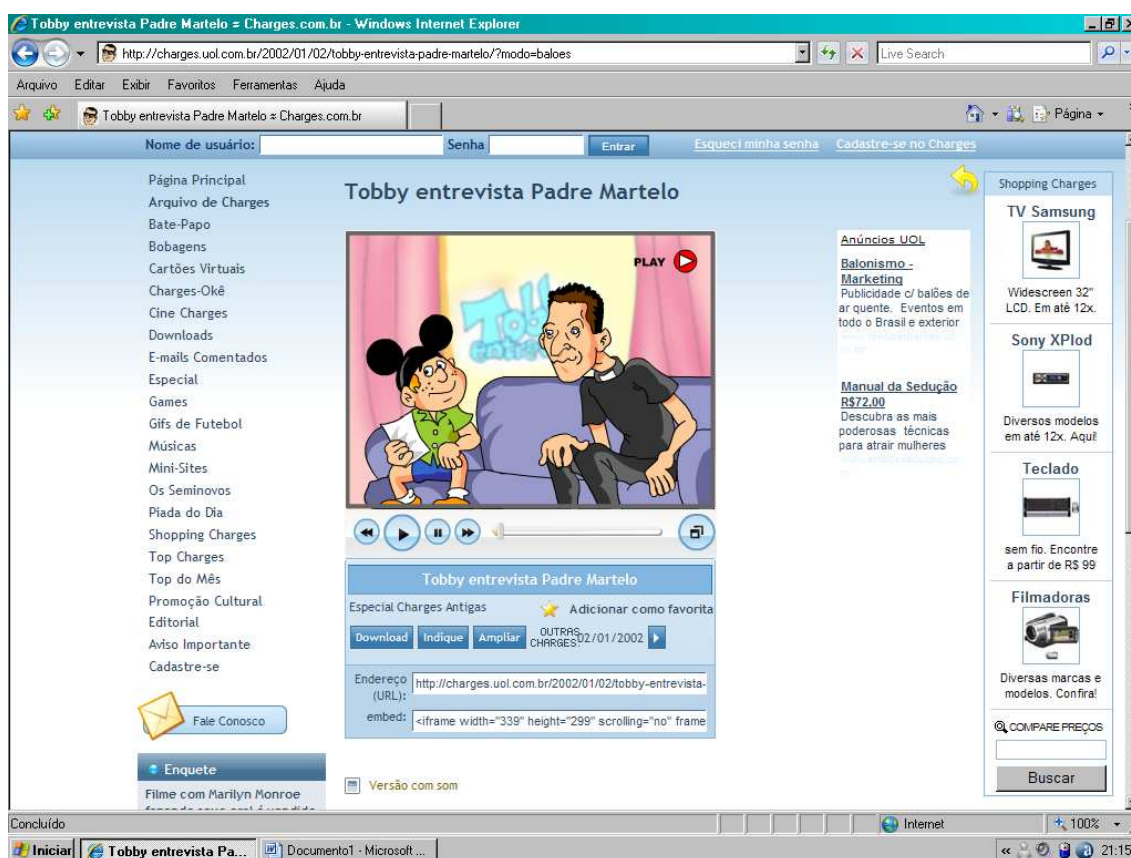


Figura 5 Charge virtual

Se as charges do jornal forem consideradas o mesmo gênero das charges virtuais, pode-se dizer que, no caso virtual, o título e a animação formam um gênero composto de linguagem verbal escrita e oralizada em conjunto com os fluxos espacial e temporal em que a animação se integra em um todo composto.

A união dos fluxos (espacial e temporal) em que esse todo se apresenta permite discutir a composição do gênero charge. No caso em tela, temos o título "Tobby entrevista Padre Martelo" que está localizado numa seção estática da página, acima do programa flash, que irá executar a charge animada. Esses dois planos compõem a situação de atualização da charge animada como gênero, que teria a mesma configuração de subgêneros encaixados, como a que se observa em manchetes numa notícia de jornal.

Até esse ponto não haveria problemas em se identificar esse tipo de charge como um gênero composto por subgêneros encaixados. O que se apresenta diferente aqui é que a unidade composta de fluxos espacial e temporal da animação na internet não é o mesmo que a unidade de ocorrência de fluxo espacial de uma página de jornal, em que será atualizada a charge impressa. Vejamos o exemplo:

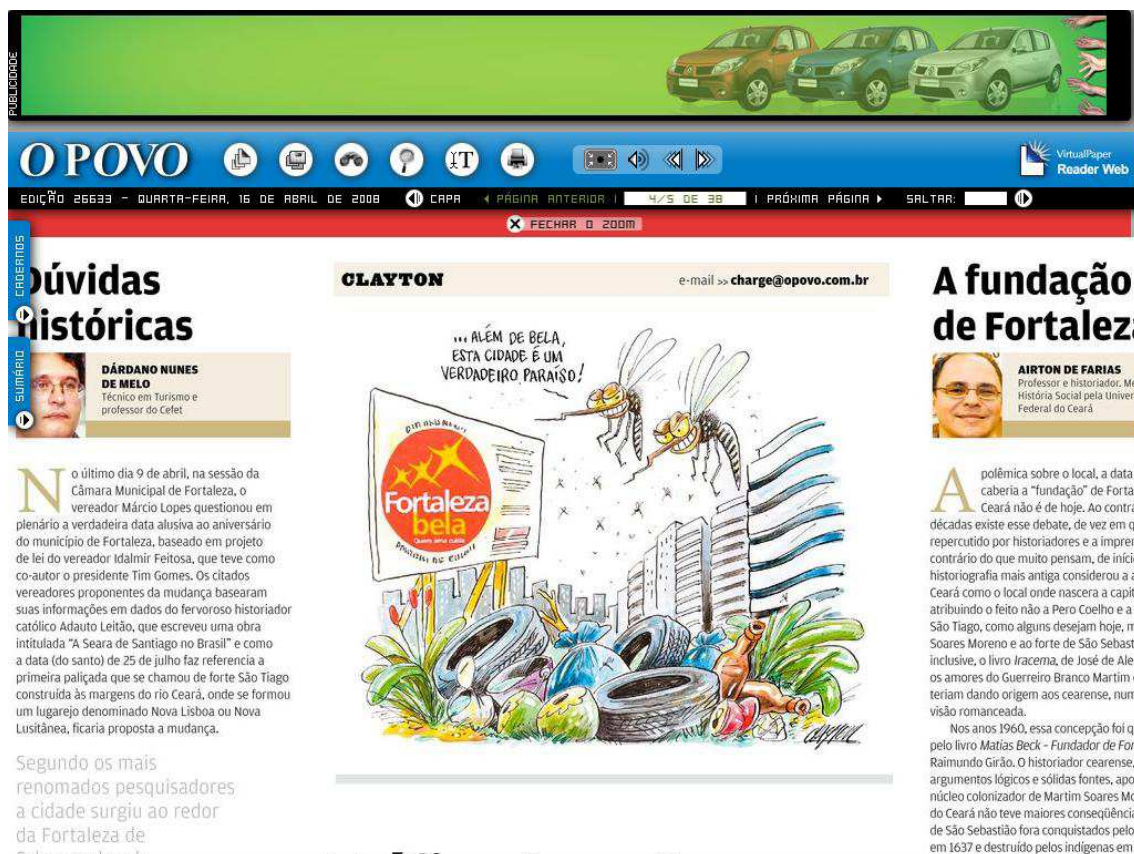


Figura 6 Charge de jornal impresso

A charge de jornal⁵³ impresso, aqui reproduzida, integra o fluxo do plano espacial de um jornal impresso, que não permite em sua estrutura a realização de um fluxo temporal. Como se pode ver, não há a atualização de títulos na charge do *Jornal O Povo*, diferentemente do que ocorre com a charge virtual na página da web mostrada. O modo encaixado de título e charge no virtual obedece a um processo de arquivamento e difusão diferenciados.

⁵³ Como já foi comentado antes, o jornal o povo disponibiliza uma versão virtual em flash com a mesma diagramação da versão em papel. O exemplo acima mostra como as charges são atualizadas no jornal impresso.

Essa diferenciação é fruto de um processo de arquivamento em relação ao modo como o gênero existe no suporte impresso. A charge do Jornal O Povo está inserida na seção de opinião, em que se atualiza o editorial do jornal, cujo título é “DENGUE: MOBILIZAÇÃO GERAL”. Nele, o jornal conclama a participação das esferas Federal, Estadual, Municipal e da sociedade civil de modo integrado para vencer a epidemia de dengue hemorrágica que se alastra no estado do Ceará. A charge do jornal, portanto, está inserida em um fluxo espacial de uma unidade de composição física e temática do jornal que se presta a manifestações genéricas de caráter opinativo.

É inserida nesse fluxo espacial e temático que a charge pode ser analisada e até mesmo ganhar contornos de gênero indexado ao editorial, como uma forma “indireta” de expressar o ponto de vista do jornal sobre as atitudes de uma das esferas executivas de poder, aspecto não realizado efetivamente no corpo textual do editorial.

Por mais que essa charge tenha vida própria ao ser apartada de seu modo de atualização em uma seção específica de um jornal impresso, o valor focalizado de crítica à esfera municipal mobilizada pelo jornal perderia seu impacto longe desse modo de atualização contígua. Aliás, o jornal parece conjugar os gêneros num modo indexado e colaborativo de produção de sentidos em seu processo de atualização.

Nos suportes virtuais, a seqüenciação das unidades de diferentes fluxos apresenta um modo bastante peculiar, que difere da dos suportes impressos ou televisivos. Num jornal impresso, o todo nos é dado por uma forma física de composição, como um modo físico e espacial de organizar a materialidade em que se visualizam páginas e seções, com as quais o leitor mantém certo grau de reconhecimento das funções, dos padrões de textualidade e de organização.

Na virtualidade, após clicar em um link o leitor pode passar a interagir com outros modos de organização completamente diferenciados daqueles com os quais estava interagindo em um momento imediatamente anterior. O

reconhecimento da nova interface com a qual o internauta passa a interagir depois de um clique é já um requisito de pré-leitura que confirma ou refuta hipóteses de leitura e que, portanto, se abrem como um novo todo ou como contigüidade daquele com o qual estávamos interagindo. Vejamos o exemplo a seguir.

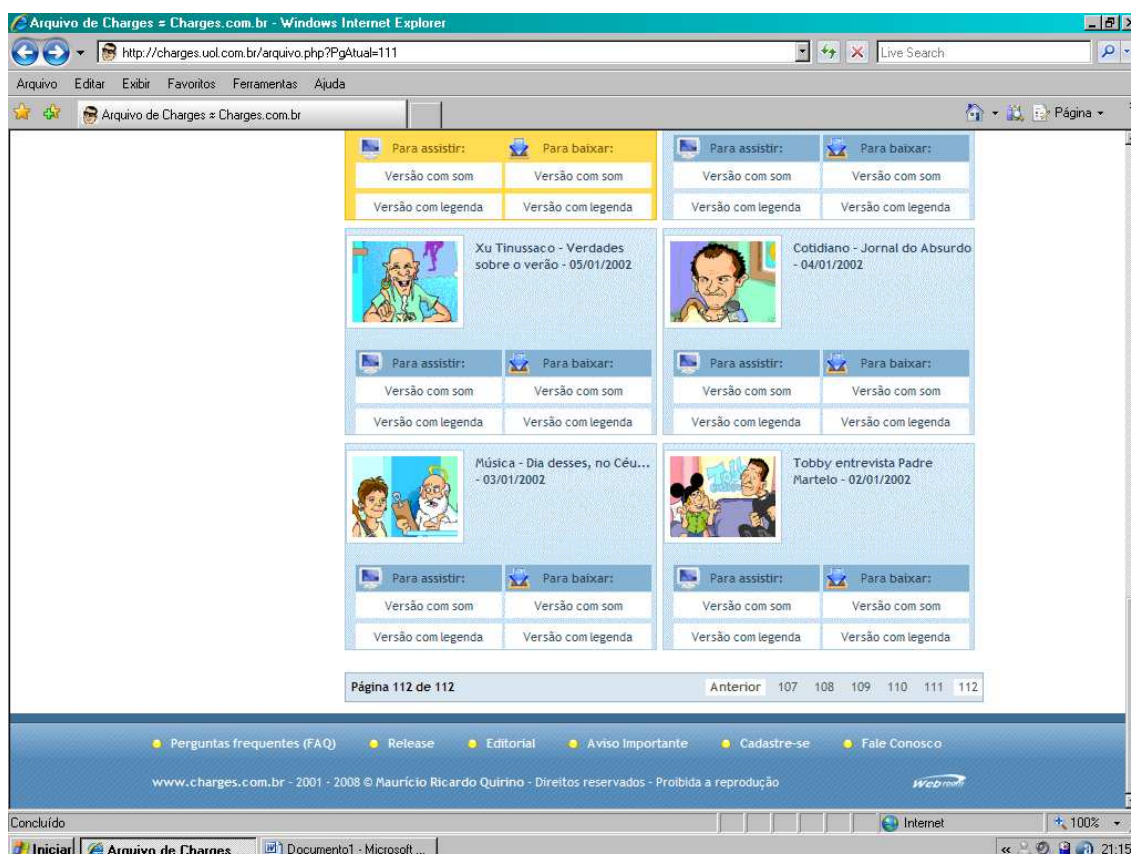


Figura 7 Índice virtual de charges

Nessa página, a atualização da imagem da charge mais o título “Tobby entrevista Padre Martelo” não é a charge em si, mas um link que remete o internauta à página mostrada anteriormente, em que é possível ter acesso ao ambiente de fluxo espacial no qual se atualiza o gênero possuidor de título e sob o qual o programa executa a charge animada. Nessa seção espacial,

estamos diante de um “índice” através do qual o internauta pode ter acesso às charges produzidas por Maurício Ricardo⁵⁴ desde 2002.

Por mais que se tenha quase a mesma disposição e elementos que compõem a atualização da página em que se pode ter acesso ao gênero em si, essa última página mostrada não atualiza um exemplar de charge. Nela não se atualiza o gênero, mas se tem a possibilidade de se escolher que versões poderão ser acessadas: se com áudio ou sem áudio. Ela então é um índice linkado diferente dos que se atualizam apenas em linguagem verbal escrita.

Essa imagem mais o título, apesar de ter a mesma manifestação icônica em que se flagra a atualização da charge é um dispositivo através do qual se pode interagir como o arquivo de charges produzidas por Maurício Ricardo. As charges dessa *Home page* não estão atualizadas em um modo integrado de produção, como as charges dos jornais que tendem a estabelecer um modo integrado e “ecológico” com os gêneros opinativos de um fluxo espacial e temático, como se observa no caderno de opinião do *Jornal O Povo*.

Nos suportes virtuais, a seqüenciação das unidades de um fluxo espacial ou temporal é identificada em razão da interação que pode proporcionar. A seqüenciação no virtual é diversificada e as possibilidades de interação não se dão apenas com uma unidade de fluxo espacial ou com a divisão de uma ação de linguagem tipificada ou movimentos retóricos⁵⁵ de um dado gênero, mas com outros indivíduos e com a própria configuração formal atualizada na entidade de acesso que reage às ações do usuário.

Isso nos remete a um aspecto bastante complexo, uma dupla imbricação de suporte e gênero: as divisões formais (movimentos retóricos, construção composicional) de um gênero em correlação aos procedimentos de formatação

⁵⁴ O site “charges.com.br” pertence ao chargista e humorista Maurício Ricardo, criador das charges disponibilizadas no *site*.

⁵⁵ Na escola americana de gêneros, o conceito de movimento retórico constitui determinadas porções de informação que caracterizam um gênero. É em virtude dessa possibilidade de constituição de tópicos informacionais que Swales (1990) elabora o modelo CARS, que permite análises de gêneros na medida em que estabelece um mapeamento da constituição dos momentos informacionais presentes em dado gênero.

nas seqüências de fluxo temporal ou espacial do suporte. Esse aspecto será visualizado na próxima seção, que trata dos procedimentos de formatação.

3.3.3 Os procedimentos de formatação em dado fluxo espacial ou temporal

Finalizamos a seção anterior antecipando que em certas circunstâncias é possível nos depararmos com uma dupla imbricação formal: formato dos gêneros *versus* formato dos suportes. Vejamos esse duplicidade das formas através de exemplos que permitam elucidar essa possibilidade de imbricação.

Em relação à entidade material de acesso de um suporte, forma não é só o arranjo espacial da matéria que o constitui⁵⁶, mas também o modo de existência que as linguagens assumem devido à diagramação, *linkagem*, sonoplastia ou edição, verificáveis na atualização permitida pelos suportes e que podem ser mobilizadas como procedimentos de formatação.

Uma entidade material de acesso, como um jornal, tanto é uma forma física e espacial onde se atualizam linguagens através de tecnologias enunciativas puras ou mistas quanto um ambiente conceitual ou “ecológico” de atualização de gêneros, como notícias ou anúncios publicitários. Vejamos em que medida essa imbricação das formas (diagramáticas ou de edição) dos gêneros com as do suporte pode ser discretizada a partir de uma comparação entre dois suportes: o jornal e a televisão.

A delimitação temporal possibilita apenas a realização um a um dos gêneros publicitários na televisão, por exemplo. Na TV não há uma “luta” pela atenção do espectador, como o que ocorre no caso do jornal impresso em que os gêneros publicitários ocorrem em uma atualização espacial, simultânea e “ecológica” com as notícias, diferente do que ocorre com os gêneros publicitários no suporte televisivo⁵⁷. Na televisão, a difusão de linguagem verbal

⁵⁶ Como no caso da celulose que, com determinada forma física, encadernada de certa maneira, com determinada diagramação, forma o jornal.

⁵⁷ É bem verdade que pode haver, por exemplo, um merchandising em uma cena de um programa não publicitário, mas ele sempre ocupará um momento seqüencial dentro do programa em que ocorre, sendo, portanto, contextualmente dependente deste. Nesse caso não há ocorrência simultânea nessa seqüencialidade, mas sucessiva.

ocorre linearmente em função do tempo e não há atualização co-ocorrente de gêneros publicitários como padrão de atualização.

Pode ocorrer, no entanto, na televisão, o fenômeno de isolamento (seqüenciação) de exemplares de gênero por blocos divididos temporalmente, como o que ocorre com as notícias em um telejornal. O modo de atualização de gêneros jornalísticos no suporte televisivo prevê que eles sejam intercalados em seções temporais por outros gêneros, como os publicitários, que entremeiam os blocos de notícias de um telejornal, caso típico e sócio-historicamente responsável pela manutenção econômica das emissoras de TV ou rádio.

A noção de jornal, na televisão, não passa pelo reconhecimento de um objeto de leitura, como no caso do jornal escrito, mas pelo horário, pelos procedimentos de formatação que presidem a atualização dos gêneros (apresentação, edição, corte, vinhetas, etc), pela natureza do evento comunicativo que ali se realiza e pela tipificação das ações de linguagem atualizadas.

As diferenças de enquadre temporal ou espacial demandam compreensões distintas em relação a como os gêneros são atualizados e em como a situação de interação ditada pela formatação do suporte impõe que a linguagem e, por via de consequência, os gêneros assumam essa ou aquela constituição formal no suporte.

A forma da notícia no suporte televisivo dá-se em termos de temporalidade em que determinada constituição retórica se realiza. Os blocos de notícias ocorrem em uma delimitação temporal cujo limite é marcado formalmente pelas vinhetas que dividem suas fronteiras e abrem espaço para a atualização da publicidade.

No caso do jornal impresso, os gêneros jornalísticos coabitam o mesmo fluxo espacial que os gêneros publicitários e estes, do ponto de vista informativo, são menos visados pelos leitores que aqueles. Nesse sentido, os gêneros publicitários “rivalizam” entre si e com os jornalísticos pela busca de

interatividade e isso ocorre circunscrito ao modo “ecológico” de atualização de gêneros do jornal, em que as “espécies” são objetos de escolha do leitor, uma metáfora biológica da situação concreta de interação do coenunciador com os gêneros do suporte jornal.

Em razão disso, pode-se afirmar, por exemplo, que a atualização de anúncios em que se flagra o uso de “títulos” também pode estar influenciada pela natureza de constituição da atualização dos gêneros jornalísticos no jornal, ou do modo formal de diagramação do suporte jornal, que se utiliza largamente de olho, manchete e intertítulo.

Quando afirmamos que a forma não seria apenas a forma física e espacial da materialidade de acesso, atentávamos para a atualização gráfica (que em outro suporte pode ser sonora e visual) e textual que os gêneros sofrem em dado suporte. Nesse sentido, a duplicidade que afirmamos existir, formatos do gênero *versus* formato do suporte, são imbricações que podem ser tratadas como aspectos de formatação de gêneros e de formatação destes em dado suporte.

Não se pode esquecer que o foco específico do parágrafo anterior leva em consideração os gêneros atualizados graficamente. No caso de uma notícia em um jornal televisivo, há que se compreendê-la do ponto de vista dos processos de atualização típicos da televisão. Nesse sentido, a forma, ou configuração formal do suporte apontaria não para efeitos ou processos de atualização da notícia como elemento gráfico e espacial do fluxo, mas para o evento textual linearmente realizado em função do fluxo temporal, que permite dados recursos formatadores e convencionalizados do suporte televisivo em relação à atualização de linguagens.

Na televisão, esses recursos associam o fluxo de realização textual do gênero com as imagens que se atualizam no instante da locução. Essa associação entre linguagem verbal e não-verbal promove um todo comunicativo com o qual aprendemos a interagir no sentido de obter significações: avaliamos o fundo/figura (imagem e texto, por exemplo) como um

processo comunicativo que não se realiza do mesmo modo que no jornal impresso, como se pode ver em Bonini (2005), para quem a foto-legenda pode ser vista como um elemento isolado ou constituinte da notícia.

No suporte televisivo, esse isolamento “não existe”, em razão do modo compósito entre imagens e texto. No jornal impresso, a relação imagem e texto é fruto de um modo de atualização que deve permitir tanto uma interação com cada unidade (texto ou imagem) quanto como o todo: a foto-legenda pode ser apreendida como parte integrante de uma notícia ou dissociada dela, como unidade informacional autônoma. Esse modo “ecológico” de atualização permite maneiras de interação do leitor com o jornal impresso que lhe são próprios: mais superficial ou profundo.

Para aprofundar esse aspecto, tomemos o exemplo de Bonini (2005) em relação à existência de gêneros semi-formalizados, como lide e manchete. Bonini considerou esses “dispositivos genéricos” como subgêneros encaixados das notícias, similar a como Swales (1990) fez com a introdução em artigos científicos. Uma outra interpretação pode ser sobreposta em relação a essa compreensão, que não a invalida: a de que além de serem estruturas genéricas, elas são estruturas diagramáticas e seqüenciais, que pertencem aos aparatos formatadores do jornal, bem como a seus gêneros⁵⁸.

Visualizando esse procedimento diagramático e seqüencial como uma imbricação entre os procedimentos de formalização do suporte jornal e de seus gêneros, pode-se estendê-lo à atualização de um anúncio no jornal, que **pode** assumir a formatação diagramática das notícias, influenciado pela formalização dos gêneros jornalísticos no jornal. Esse procedimento agrega os valores do tipo de atualização formalmente estabelecida nos gêneros jornalísticos do jornal e lhe “empresta” a credibilidade editorial do jornalismo.

⁵⁸ Deve-se registrar que Bonini já havia caracterizado o lide, o chapéu e o olho como aparatos de edição em razão do funcionamento da estruturação do jornal já que seriam empregados mais em função dessa estruturação do que devido à estruturação de conteúdo de um determinado texto. Gostaríamos de expandir essa noção como um processo de imbricação típica da relação suporte/gênero.

Não se está a dizer aqui que anúncios possuem manchetes ou lides, mas que a estratégia de se colocar estruturas frasais com fontes maiores (como na manchete) encimando um texto jornalístico é similar ao que se observa em muitos anúncios: o modo de interação do leitor com os gêneros jornalísticos do jornal, de uma forma geral, é regido por esse tipo de formalização gráfica, de gatilho ou gancho que direciona a leitura para o corpo textual do gênero, ele não é apenas uma etiqueta temática do gênero. Vejamos isso no exemplo de uma página do jornal O Povo.

The image shows a page from the newspaper 'O Povo'. At the top left, there is a large 'GOL!' headline. Below it, the main news article is titled 'CUMPRIR TABELA' in large, bold letters. To the right of this title, there are two arrows pointing to the text 'Manchete' and 'Titulo'. Below the news article, there is an advertisement titled 'empresários de êxito' in a dark banner. Below this banner, there are several small portraits of famous business figures: GATES, WELCH, COVET, GROVE, PETERS, BUFFETT, IANDY, and DRUCKER. To the right of this advertisement, there are two arrows pointing to the text 'Manchete?' and 'Titulo?'.

Figura 8 Anúncio *versus* notícia

“Cumprir tabela” e “empresários de êxito” são construções textuais que encimam os “corpos textuais” dos gêneros, neste caso, uma notícia jornalística e um anúncio de livros de negócios. Além das diferenças genéricas entre ambos, pode-se dizer ainda que a notícia esportiva, atualizada na página acima, compõe-se de linguagem verbal de forma exclusiva e o anúncio, não. Também se pode objetar essa comparação pelo simples fato de que os

anúncios não são sempre assim, ao contrário do que ocorre de modo mais estável com as notícias.

A criatividade talvez seja a marca maior dos anúncios. Nem sempre eles se destacam em razão da existência de “títulos” que “barram” a leitura e a direcionam para o corpo do texto, papel que se observa nas manchetes de notícias.

A estratégia retórica de distribuição de informações nas notícias, personalizada por “dispositivos”, como manchete, título e lide não são apenas porções de informação que estruturam a constituição do gênero notícia e que podem ser classificados, por exemplo, como subgêneros encaixados (BONINI, 2005). Eles também são dispositivos que promovem a interação do leitor com os gêneros do jornal⁵⁹.

O jornal promove um fenômeno de atualização de vários gêneros num mesmo caderno, página ou seção, como demonstrou Bonini (2005) em sua caracterização estrutural do jornal. A coexistência quantitativa e qualitativa de tantos gêneros na mesma entidade material de acesso resulta numa atividade de formatação na qual gêneros encaixados, como manchete ou lide, também devem ser avaliados como dispositivos de formatação de linguagem que servem a um propósito interativo, além de serem subgêneros encaixados.

Forma, nessa perspectiva, é a feição assumida pela atualização dos gêneros: ela possui um valor identificável no processo interativo estabelecido na atualização. No caso do jornal, as técnicas de diagramação que permitem uma constituição de manchetes com fontes maiores estão a serviço da interatividade: para que o leitor possa se mover e escolher, dentre as diversas possibilidades de leitura, aquela(s) que lhe despertam interesse. A essa função básica também podem se somar outros valores.

⁵⁹ Bonini faz referência a esses elementos como aparatos de edição. Um aspecto aqui é fundamental: embora estejamos diante de uma realização de linguagem fundada no código, é inegável que ela também corresponde a um modo diagramático de realização dos gêneros jornalísticos do jornal.

Um desses valores é obtido facilmente quando se retira a notícia de seu ambiente “ecológico”. Ao se copiar uma notícia de um jornal e enviá-la, por exemplo, por e-mail para um conhecido, o título e a manchete deixam de exercer seu valor de elementos concorrentes: esses elementos não mais estarão numa situação de co-ocorrência, de “**disputa**” pela atenção em relação às outras. Elas não serão elementos informacionais mínimos em uma interação superficial, ou elementos distintivos e não funcionarão como um “índice”, como um link que promove o direcionamento dos destinos de leitura no jornal.

Os aparatos de edição que permitem esse tipo de procedimento com determinadas porções textuais não estão restritos ao tamanho das fontes. No caso dos anúncios, pode-se dizer que a **disputa** com os gêneros jornalísticos não é uma “**disputa**”. Se do ponto de vista informacional, o jornal é um suporte que privilegia os gêneros formalizados⁶⁰, como se depreende em Bonini (2005), nada mais natural que os propósitos de venda dos anúncios sejam substancialmente reforçados por estratégias que briguem pela atenção do leitor.

Cores, imagens, gravuras, fontes, tudo o que se transforme em procedimento de formatação que fisgue a atenção do leitor está constricto por essa “ecologia” genérica existente no jornal. O valor de uma manchete, ao lado do processo de construção de sentido que instaura, se dá pela situação imediata de interação que o suporte jornal estabelece com o leitor (aspecto focal da interação), como dispositivo formal que contribui para o início de um processo interativo com o corpo de sua notícia. Longe dessa situação contextual imediata e ecológica o título ou manchete perdem esse valor.

Quando iniciamos esta seção tínhamos o objetivo de mostrar como dada entidade material de acesso contribui para a constituição formal do suporte e como a categoria de **forma** pode ser compreendida como configuração. Cada suporte realiza determinados procedimentos de formatação que lhe são típicos.

⁶⁰ Conforme se pode observar no quadro convencionalidade de construtos genéricos do jornal segundo Bonini (2004), reproduzido na seção 2.3.1 desta tese.

A discussão aqui iniciada com base em alguns dispositivos formais dos gêneros e de suportes como jornal, televisão, *outdoor* ou computador evidenciam como as situações de formatação dos suportes poderiam ser descritas: apenas se se observasse como cada suporte tende a realizar cada uma.

O escopo aqui pretendido não passa por um detalhamento de todas as estruturas de formatação possíveis em todos os suportes. A categoria de materialidade de acesso permite que se veja a configuração formal como parte integrante do processo de compreensão da funcionalidade adquirida pelos gêneros em suas situações de formatação, que implicam processos interativos específicos em cada suporte. Deste modo, pode-se dizer que o processo de formalização diagramática ou de edição que os gêneros sofrem em um suporte gera também um padrão relativamente estável desses gêneros.

Assim como o padrão relativamente estável dos próprios gêneros, esse padrão diagramático, de edição, linkagem ou sonoplastia, mobilizados pelos suportes, podem contribuir para o reconhecimento do padrão de atualização genérica esperado pelo leitor ao se deparar com determinada materialidade de acesso. A compreensão gestáltica de um suporte, como o jornal, faz parte de um repertório de valores e de funções também adquiridas pelo leitor ao longo de seu processo de letramento.

Os padrões de diagramação, de edição ou sonoplastia da entidade material de acesso, ou suporte contribuem para o reconhecimento do(s) exemplar(es) de gênero com o(s) qual(is) nos deparamos, desde que isso seja realizado de modo relativamente estável nos suportes.

Da mesma forma que podem contribuir para o reconhecimento de certos gêneros, tais padrões podem ser usados como estratégias formais de atualização para outros. É o caso do anúncio que se utiliza da formatação diagramática de uma notícia, mostrada anteriormente. Ao assumir tal configuração diagramática, o anúncio pretende trazer para si certa credibilidade dos textos editoriais do jornal.

Já ao assumir um padrão de atualização da notícia de jornal, uma notícia televisiva perderia de foco a situação de interação que o fluxo da seqüencialidade oralizada promove na televisão. O modo interativo imposto pela difusão televisiva prevê que tais notícias sejam assistidas como um todo, como se disse antes. Há aí um “modo de consumo” que pode alterar a composição do próprio gênero, que se adapta para que possa se enquadrar ao modo “passivo” que o telespectador adota nessa situação de interação.

“Impedido” de escolher com o que, quando e como irá interagir, o telespectador, a mercê do que será difundido no telejornal, se vê compelido a acatar um processo de difusão que lhe oferece exemplares de notícias em bloco. Por sua vez, compelido por esse processo de difusão, o telejornalista se vê obrigado a reformatar a notícia que é adaptada a um modo de difusão cujas balizas são procedimentos formais mobilizados para dado modo interativo.

As possibilidades de alteração sofridas por um gênero em um processo de transposição que se efetiva de um suporte a outro refletem ou refratam as forças que constringem os processos de atualização. Desse modo, as distintas possibilidades de atualização, as condições estabelecidas pelo fluxo espacial ou temporal verificados em um suporte e os procedimentos de formatação são elementos da constituição da configuração formal, ou da forma do suporte que devem ser mobilizados para estabelecer procedimentos de análise.

Essas subcategorias, que constituem a configuração formal do suporte, não devem ser vistas como critérios de condições de existência, que necessariamente constringem a atualização de gêneros, mas como ferramentas que podem contribuir para análises do fenômeno de atualização de gêneros que pode ser verificada nos distintos suportes.

Retomando a terceira inquietação que guiou a racionalização teórica presente neste capítulo acreditamos estar em condições de responder qual é a ingerência da materialidade e da forma para a interação mediada pelos suportes: uma dada constituição material apresenta um modo específico de difusão, em que se pode visualizar como o registro, o acesso e a atualização.

Esses procedimentos garantem um modo de difusão em que se verifica como se dá determinado processo de interação.

É em termos de configuração formal que as condições de difusão são estabelecidas. Elas tanto dizem respeito a possibilidades de atualização de linguagens, que remetem a construções de sentido estabilizadas como prática quanto a modos interativos que são verificados num processo de interação entre coenunciadores, co-enunciadores e gêneros via suportes.

Nesse processo de interação com os suportes, observa-se um modo próprio, não necessariamente exclusivo, que remete a práticas de atualização de gêneros que são balizadas pelas condições de fluxo, que remetem ao modo como os gêneros podem ser disponibilizados em um tipo de interação oralizada ou escrita, por exemplo, que pode restringir seu modo de atualização em virtude das possibilidades interativas relativas ao suporte.

As condições de atualização nos diferentes fluxos permitem certos modos interativos, seja com os gêneros, seja com os coenunciadores através de um diálogo escrito, ou oral. É a partir de uma dada entidade material que se observa a própria atividade de interação: como situação imediata e como contexto social mais amplo. O caso do *outdoor* é emblemático: se o produtor do gênero não levar em conta a situação imediata de interação do transeunte que com ele se depara na urbe, correrá o risco de produzir um exemplar de gênero inadequado, que não proporcionará interação.

Sem a configuração formal que permita o adequado processo de atualização do gênero no *outdoor* também haverá prejuízos para o processo de interação. O duplo da entidade configuração formal do suporte *outdoor*, em correlação com a forma do gênero nele atualizado é uma imbricação que não permite distanciar gênero de suporte: a condição de atualização de gêneros nesse suporte é indubitavelmente constricta pela matéria e pela configuração formal do suporte, elementos que se fundem no processo de interação mediada pelo suporte.

A materialidade e a configuração formal de um suporte são constitutivos do próprio processo de interação. São índices que permitem remontar o quebra cabeças da situação concreta em que se observa a situação imediata e os elementos que constituem os modos interativos entre leitores e livros/jornais, entre ouvintes e rádio, entre telespectadores e televisão, entre os internautas e páginas da web ou entre os próprios internautas.

Os modos constitutivos desses processos concretos de interação não serão exatamente os mesmos, nem terão estabilidade eterna quanto à própria configuração formal, uma vez que o que ocorre de modo concreto hoje sempre pode ser visto em termos de contexto social mais amplo e histórico. É por isso que se pode cunhar a noção de suporte como entidade de interação, através da qual se flagram os processos de atualização de linguagens e de gêneros. É sobre a interação como categoria que subsume a noção de suporte que nos deteremos na seção seguinte.

3.4 A interação como categoria que subsume a noção de suporte

Como o conceito de interação subsume a noção de suporte, e como as categorias de matéria e de forma podem se usadas pela análise de gêneros? Essa é a quarta inquietação que nos impulsionou a construir a discussão da presente seção. É a partir da noção de Bakhtin/Volochínov (2006) que tentaremos responder a primeira parte dessa questão, ou seja, como se constitui essa subsunção.

A tentativa de resposta para o problema de como a constituição material e a configuração formal podem ser utilizadas pela análise de gêneros sugere que a construção elaborada nesta tese forneça elementos que possam funcionar, futuramente, como categorias que permitam explicar a relação suporte/gênero em diferentes possibilidades de pesquisa. Em virtude disso, a

matéria e a forma tratadas nas seções anteriores podem ser retomadas para se explicar como se daria essa aplicação.

A noção de subsunção do suportes à prática interativa pode ser flagrada, sem muito esforço, pela necessidade de o homem estabelecer processos de comunicação e intercomunicação na ausência ou mesmo na presença de um interlocutor. Os motivos e as técnicas de registro, bem como a evolução material dos suportes de escrita, demonstradas no item 3.1 desta tese evidenciam como um suporte é sempre uma ferramenta sócio-técnica, o que implica que os suportes devem ser vistos como construtos elaborados para estabelecer processos interativos.

A interação, por sinal, é foco das preocupações do Círculo de Bakhtin. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, 2006) encontra-se uma discussão sobre a interação como realidade fundante para a linguagem, como se pode ver no artigo de Faraco (2005), que faz um balanço crítico do Congresso Internacional de Linguagem e Interação a convite da comissão organizadora. Na quarta seção do artigo ele afirma:

Dentre todos os filósofos que puseram o foco de suas reflexões na interação, foi Bakhtin o que mais avançou em termos de uma análise da linguagem. No chamado Círculo de Bakhtin, vai haver, aliás, um frutífero encontro entre a reflexão filosófica e a científica, a primeira desenvolvida pelo próprio Bakhtin e a segunda, por Voloshinov.

Abordaremos esse foco de reflexões sobre a interação a partir de Bakhtin/Volochínov (2006) em relação à linguagem, no qual se registra o “fenômeno social de interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (p.127).

Para Bakhtin/Volochínov (2006) a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem mesmo pela enunciação monológica isolada, ou pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas fundamentalmente pelo fenômeno social da interação verbal que se realiza através da enunciação ou das enunciações.

É dentro desse quadro que ele compreende o diálogo, como uma das formas de interação verbal, vista como uma das mais importantes. A

compreensão de diálogo, nessa perspectiva, não passa somente pela noção de comunicação em voz alta de pessoas colocadas face a face, mas como toda e qualquer possibilidade de comunicação verbal.

Para mostrar como essa generalização do conceito de diálogo pode ser transposta a outros processos igualmente ideológicos da comunicação verbal, Bakhtin/Volochínov (2006) evidencia que o livro, ou seja, o ato de fala impresso é também um elemento da comunicação verbal. A partir dele é possível uma série de discussões ativas, aspecto que evidencia que ele é feito para ser aprendido de modo ativo, ou para ser estudado a fundo, para ser comentado, criticado no quadro do discurso anterior, ou externado através de uma reação impressa, realizada em uma dada esfera de comunicação humana.

O dialogismo, no qual o livro está inserido, permite perceber que ele sempre é orientado em função de atos de fala anteriores. É por isso que o autor afirma que o discurso escrito é parte integrante de uma discussão e de um dialogismo em grande escala. Um livro responde algo, refuta algo, antecipa respostas, objeções potenciais ou procura apoio.

Em Bakhtin/Volochínov (2006), a noção de que os instrumentos de registro possibilitam acesso à enunciação, ou às enunciações pode ser nitidamente visualizada na diretiva que expõe a natureza do procedimento interativo do leitor com o ato de fala impresso. Nesse momento, ele explicita como o ato de fala impresso implica uma ação concreta de interação do leitor para com o livro quando o estuda a fundo, comenta-o, apreende-o de modo ativo.

Tanto o ato de fala impresso já é dialógico por estar inserido em discussão em larga escala, quanto a atitude do leitor, uma vez que ele responde a esse ato de fala em um discurso interior ou exterior, por exemplo, através de um diálogo com outros, ou de uma reação escrita numa resenha. Por esse aspecto se percebe que qualquer enunciação corresponde apenas a uma fração encadeada da comunicação verbal ininterrupta.

Essa última, por sua vez, representa um momento evolutivo de um grupo social determinado. É dessa relação que se estabelece entre a comunicação verbal ininterrupta e um grupo social determinado que se extrai a seguinte diretriz: “o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 128).

Para o autor, não se pode compreender ou explicar a comunicação verbal fora do vínculo que ela estabelece com a situação concreta. Em decorrência disso, a comunicação verbal deve ser avaliada no emaranhado em que se vê envolvida indestrinçavelmente com os outros tipos de comunicação, crescendo com eles sobre o terreno comum da situação de produção.

Essa inter-relação da comunicação verbal com outros tipos de comunicação é denominada pelo autor como comunicação global em contínua evolução. A percepção de que a comunicação verbal sempre está vinculada com a situação é o que permite avaliar gestos de trabalho ou atos simbólicos de um ritual como elementos de caráter não verbal, dos quais a comunicação verbal pode ser vista, muitas vezes, como um mero complemento ou como elemento meramente auxiliar.

É evidente que na perspectiva bakhtiniana, apontada no parágrafo acima, a noção de comunicação verbal focaliza processos de oralização em que o não verbal corresponde ao entorno situacional de uma circunstância de interação concreta. É óbvio, no entanto, que a comunicação verbal, como já foi dito antes, não se realiza apenas em termos de oralidade, mas também como produção discursiva escrita. Retomemos agora a gradação dos processos interativos do curso exposto pelo autor e reproduzidos por nós até aqui.

Num primeiro momento, tem-se a noção de diálogo que é expandida como toda e qualquer comunicação verbal, conseqüentemente, *dialógico* é o modo constitutivo da linguagem em verbal. É em razão disso que o autor exemplifica o ato de fala impresso, ou livro como um elemento da comunicação verbal com o qual mantemos um diálogo ativo, através de uma forma interativa

específica. A atitude responsiva que se observa numa interação realizada através de um diálogo face a face, que é marcada pela mudança, ou tomada de turnos, tem outro modo de realização numa interação com um ato de fala impresso.

Isso não invalida a essência dialógica da comunicação verbal, ao contrário, ressalta-lhe os procedimentos diversos que se configuram como modo interativo: se através de uma apreensão no quadro do discurso interior em que criticamos, aceitamos ou refutamos; ou se através de uma exposição exterior que se realizaria, por exemplo, como uma resenha, elemento que daria, nesse caso, continuidade ao ciclo ininterrupto de comunicação verbal escrita através da atitude responsiva escrita do resenhista.

O curso explicativo e de teorização de Bakhtin tem a continuidade marcada pela delimitação fracionária qualquer enunciação representa, e que sempre retrata um momento da comunicação verbal ininterrupta, que por sua vez está associada a um grupo social determinado. Somente quando essa filiação discursiva é apontada é que se estabelece o que o autor denomina de *problema*: “o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística”, compreendido aqui como marco teórico e como diretriz de análise.

Para o autor, essas relações assumem formas diferenciadas, que associadas aos elementos de situação (comunicação artística ou científica) promovem significações diferenciadas. O pressuposto teórico resultante dessas relações é que **a comunicação verbal jamais poderá ser explicada fora do vínculo que estabelece com a situação concreta**. Logo após essa afirmação, Bakhtin adiciona a idéia de que a comunicação verbal está sempre associada a outras e com elas cresce sobre o terreno comum das condições de produção.

Como a perspectiva acima estabelece que não se pode isolar a comunicação verbal da comunicação global em perpétua evolução, chega-se ao axioma de que a “língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal

concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual do falante”.

A comunicação verbal concreta, com todas as diretrizes que a associam a um grupo e a uma comunicação global em perpétua evolução é o ambiente ecológico em que a língua vive. Essa metáfora biológica em que a língua tem existência é determinada pelo espaço interativo humano e social. A língua como sistema abstrato de formas é consequência de uma ordem decrescente de encaixes: interação, formas das enunciações, formas abstratas da língua.

Essa configuração de existência social implica uma ordem metodológica para o estudo da linguagem, visualizada, a seguir, na síntese abaixo:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realizam.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, o exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.129).

Essa ordem é fundamental para se compreender a proposta metodológica para o estudo da linguagem, ou da língua, que na perspectiva do círculo de Bakhtin compreende a linguagem como interação e não como sistema (estrutura). Essa perspectiva, que aponta para a verdadeira natureza da linguagem através de uma perspectiva sócio-interativa é o que permite olhar para a natureza do suporte como entidade de interação.

Os suportes se enquadram perfeitamente no primeiro elemento da ordem metodológica, uma vez que as formas e os tipos de interação verbal tanto podem ocorrer através de um processo mediado quanto não. No caso de haver mediação por instrumentos tecnológicos, estes sempre poderão ser avaliados como geradores de processos interativos distinguíveis. Também se poderá avaliar o grau de filiação discursiva a que ele remete, o que implica

olhar para uma situação de comunicação (artística ou científica, por exemplo) como elemento que remete a uma condição concreta de realização.

Ainda se pode olhar para as condições concretas de um tipo de interação verbal em termos técnicos ou convencionados. Assim um processo interativo de um leitor com uma materialidade responsável pela constituição de suporte em que se atualiza dado gênero poderá guiar certa constrição interpretativa da construção de sentido. É o que se pode evidenciar na interação de um indivíduo com uma placa de bronze em que se atualiza uma lista de formandos, exemplo mobilizado em seção anterior.

Como compreender a relevância dos escritos ali atualizados senão pelo viés de uma compreensão social e convencionada dos valores que uma sociedade atribui a certa materialidade (bronze ou prata, por exemplo). Ao mineral é atribuído um conjunto de valores que faz parte dos processos interativos em sociedade, e se tal mineral constitui uma entidade de interação, a atualização de linguagem deve ser vista em relação aos valores que essa associação reflete ou refrata.

Nesse sentido, a matéria de que se constitui a placa não impõe reverência, a reverência é parte integrante de um repertório de valoração que as situações sociais de interação fazem reverberar. É somente no ambiente social que o bronze ou a prata são vistos como elementos de fetiche. O escrito ali atualizado, como já se disse antes, adquire certo valor interpretável em razão de a comunicação verbal estar associada a uma outra forma de comunicação, não verbal, mas ideológica: o fetiche atribuído à materialidade. Longe do circuito social de interação, o bronze ou a prata não representam valor algum.

Também em relação à materialidade, pode-se dizer que as possibilidades de registro, acesso e atualização de linguagens permitem determinados tipos ou formas de interação. As condições concretas em que se realizam essas formas ou tipos fazem com que a comunicação verbal, em sua relação inextricável com a comunicação global em perpétua evolução, admita tanto uma reação dialógica no quadro do discurso interior, quanto as mais

variadas maneiras de se externar esse dialogismo constitutivo através de processos mediados ou não.

Se a comunicação verbal está inextricavelmente associada à comunicação global em perpétua evolução, como se pode observar na explicação do Círculo sobre o caráter auxiliar e figurativo da comunicação verbal oralizada em cerimônias, não se pode também negar que os suportes permitem um processo de inter-relação do verbal com o não verbal que devem ser vistos em sua especificidade.

As distintas possibilidades de atualização de linguagens verificáveis nos suportes devem ser vistas como repertório convencionado de inter-relação entre a comunicação verbal e a global, que não funcionam sob os mesmos parâmetros em suportes diferenciados. Há que se ver como se dá a amálgama entre ambas, como se inter-relacionam numa configuração formal, que deve ser flagrada em sua funcionalidade e como instanciadoras de processos interativos com o coenunciador ou co-enunciador. Veja-se, por exemplo, o caso da foto legenda no jornal em relação à notícia, aquela pode ser vista como elemento independente ou indexado a esta.

No caso do jornal parece haver um fenômeno específico de relação da comunicação verbal e não verbal que prevê um modo próprio de interação do co-enunciador com os gêneros jornalísticos. O modo interativo do leitor com o jornal é previsto de modo convencionalizado em uma configuração formal que tanto permite uma produção de sentidos em que os elementos de comunicação verbal podem ser avaliados em sua integração com o não verbal ou deles separados.

A comunicação global de que nos fala o Círculo pode ser especificada em termos de comunicação própria de um suporte. Assim, o global pode ser identificado como comunicação televisiva, radialística ou jornalística (impressa), como um conjunto flagrável de características capazes de identificar uma construção específica de processos comunicativos não verbais associados ao verbal nesses suportes.

Esse raciocínio é autorizado pelo fato de que se a comunicação verbal é, muitas vezes, acessória num processo de construção simbólica em um ritual,

teremos que ver uma comunicação verbal concreta, com todas as diretrizes que a associam a um grupo e a uma comunicação global em perpétua evolução, como ambiente ecológico em que a língua(gem) vive.

Isso implica olhar para as possibilidades de atualização de linguagens nos suportes como instanciadoras de modos interativos diferenciados: entre coenunciadores, entre um co-enunciador e o verbal (escrito ou oralizado) que pode vir ou não associado ao não-verbal. Acresce-se que essa associação do verbal e não verbal com o qual o co-enunciador interage deve ser analisada a partir do repertório convencionalizado de inter-relação entre a comunicação verbal e a não verbal do suporte em questão. Essa associação do verbal com o não verbal é parte constituinte do “ecossistema” em que a língua(gem) vive.

Apesar de essa metáfora biológica delimitar os elementos integrantes do “ecossistema da linguagem” – espaço interativo humano e social em que se realiza a comunicação verbal concreta, conjugada a uma comunicação global em perpétua evolução –, ainda não observamos, na análise de gêneros, as conseqüências de se avaliar as formas e os tipos de interação verbal ligadas às condições concretas em que se realiza. Isso significa dizer que não se tem observado os suportes como entidades de interação, eles não têm estado no primeiro plano de análise, mesmo para autores inscritos numa perspectiva sócio-discursiva. Aos suportes, alias, é atribuída uma função redutora na literatura.

O suporte é visto como *locus* que se presta para fixar ou mostrar os gêneros (MARCURCHI, 2003), ou então como força material dos discursos (MAINGUENEAU, 2001), ou numa perspectiva mais adequada que as anteriores, como objetos físicos ou convencionalizados (BONINI, 2005), mas não como entidade de interação. No entanto, as condições concretas em que se realiza a interação é o primeiro elemento da ordem metodológica proposta pelo Círculo, seguida pela noção de gênero. Cremos que a retomada desse pressuposto sócio-discursivo subsume a noção de suporte, do mesmo modo que insere o gênero num processo reverso de autodeterminação condicionado pelo par interação/gênero ou suporte/gênero constitutivo do processo.

Vejam os o segundo passo do Círculo, tomado aqui como condição de análise da relação suporte/gênero: “As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.129) prevê que os gêneros não podem ser avaliados distantes das formas e dos tipos de interação. Como já se mostrou anteriormente, não interagimos com os suportes e seus gêneros de modo igual, em razão de as possibilidades de atualização de linguagem não serem exatamente as mesmas. O modo ecológico de inter-relação do verbal e do não verbal é um exemplo de que os suportes devem ser vistos no campo comum das condições de produção.

As formas das distintas enunciações, ou as formas do gênero, devem ser vistas, nessa perspectiva, em associação estreita com a interação de que são constituídas. As formas e os tipos de interação, mediados ou não, são balizas do processo de constituição genérica. Há entre ambos, gêneros e tipos de interação, um processo reverso de autodeterminação. Esse processo pode ser avaliado em termos de inter-influência constitutiva se as condições de atualização de linguagens e seu modo ecológico de existência forem avaliados em termos de ingerência do suporte no tipo de interação e na inter-relação de linguagens que nele se realiza para a constituição de gêneros.

Nesse sentido, pode-se dizer que a configuração formal dos suportes é uma categoria que se mostra bastante produtiva, pois a partir dela se pode avaliar se estamos diante de processos de construção genérica em razão de um tipo ou forma de interação que se estabelece em um suporte específico. Retomemos algumas observações lançadas antes sobre os elementos que constituem a configuração formal no sentido de se delimitar sua influência em processos interativos.

- a) As distintas possibilidades de atualização de linguagens refletem os modos interativos e próprios permitidos por um suporte, no qual pode haver um repertório convencionado de inter-relação entre linguagens verbal e não-verbal, nesse sentido ambos os aspectos balizam a atualização de gêneros;

- b) Os diferentes níveis de interatividade ditados pelo fluxo comunicativo se relacionam tanto às limitações interativas de ordem estritamente tecnológica do fluxo comunicativo, quanto à constituição convencional da unidade, da divisibilidade, da seqüencialidade em que esse fluxo se apresenta;
- c) As variadas funções e valores dos procedimentos de formatação dizem respeito a ações convencionadas dos procedimentos de formatação aos quais o gênero está submetido.

Descrever as possibilidades de atualização de linguagens em um suporte compreende descrever como se realiza certo procedimento interativo, se entre coenunciadores ou entre co-enunciadores e se destes com um modo convencional de inter-relação de linguagens. Nesse sentido, o item “a”, dado acima, se apresenta como uma diretriz caracterizadora de certo procedimento interativo realizado sob certas circunstâncias, que permitem determinados modos de atualização genérica – escrita, oralizada – aos quais se somam possibilidades de inter-relação entre linguagens.

Essas circunstâncias tanto podem ser vistas em termos de situação imediata quanto de contexto social mais amplo, enquanto fenômeno adstrito à interação como situação focal quanto ao enquadramento dessa interação no quadro social mais amplo em que se insere.

Nesse sentido, um suporte como um jornal permite um modo de interação focal em que se observa um procedimento interativo do leitor com um gênero cuja forma de composição é constituída para promover diferenciados processos de interação tanto com a materialidade lingüística quanto com os elementos não verbais de comunicação que o constituem, por exemplo, as fotos.

A constituição de notícias, baseadas no lide, é um exemplo de como o gênero pode, em razão de sua constituição em dado suporte, promover níveis interativos diferenciados do leitor com a íntegra ou com parte do gênero. O mesmo se pode dizer da foto legenda, compreendida nas análises de Bonini (2005) como elemento autônomo ou integrante da notícia.

Em termos de contexto social mais amplo, os suportes devem ser vistos como entidades de interação em que se identifica o dialogismo de uma *comunidade discursiva* (SWALES, 1990, 1992), de uma *esfera de comunicação humana* (BAKHTIN, 2000), de um *domínio discursivo* (MARCUSCHI, 2003); de uma *protocomunidade discursiva*, de *comunidade discursiva simples* ou *comunidade discursiva complexa* (BONINI, 2002). Nesse sentido, pode-se afirmar que as formas de interação em um jornal, balizadas por um dos conceitos acima, está na base da preocupação da academia como diretriz social delimitadora de um gênero. Essa diretriz, no entanto, não é a única.

Do ponto de vista histórico, os processos interativos do leitor com o jornal não foram baseados em uma situação concreta de atualização de gêneros realizada de modo imutável. O que se visualiza hoje na materialidade textual de uma notícia nem sempre foi como se apresenta hoje. O modo de composição da notícia, como gênero, enfrentou transformações ao longo do século XX que dizem respeito tanto à materialidade genérica, através do aparecimento do lide nas notícias a partir dos anos cinqüenta⁶¹, quanto aos processos de formatação do jornal como suporte. Vejamos o exemplo abaixo:

⁶¹ Vizeu e Mazzarolo (1999, p.58) informam que “No Brasil, o *lead* foi introduzido por Pompeu de Souza, em 1950, no Diário Carioca”. Sodré (1983, p. 394) e Ferreira Junior (2003, p. 64) também fazem referência a essa introdu o do lide no jornalismo do Brasil por Pompeu de Sousa, chefe de reda o do Diário Carioca no início da segunda metade do século passado.

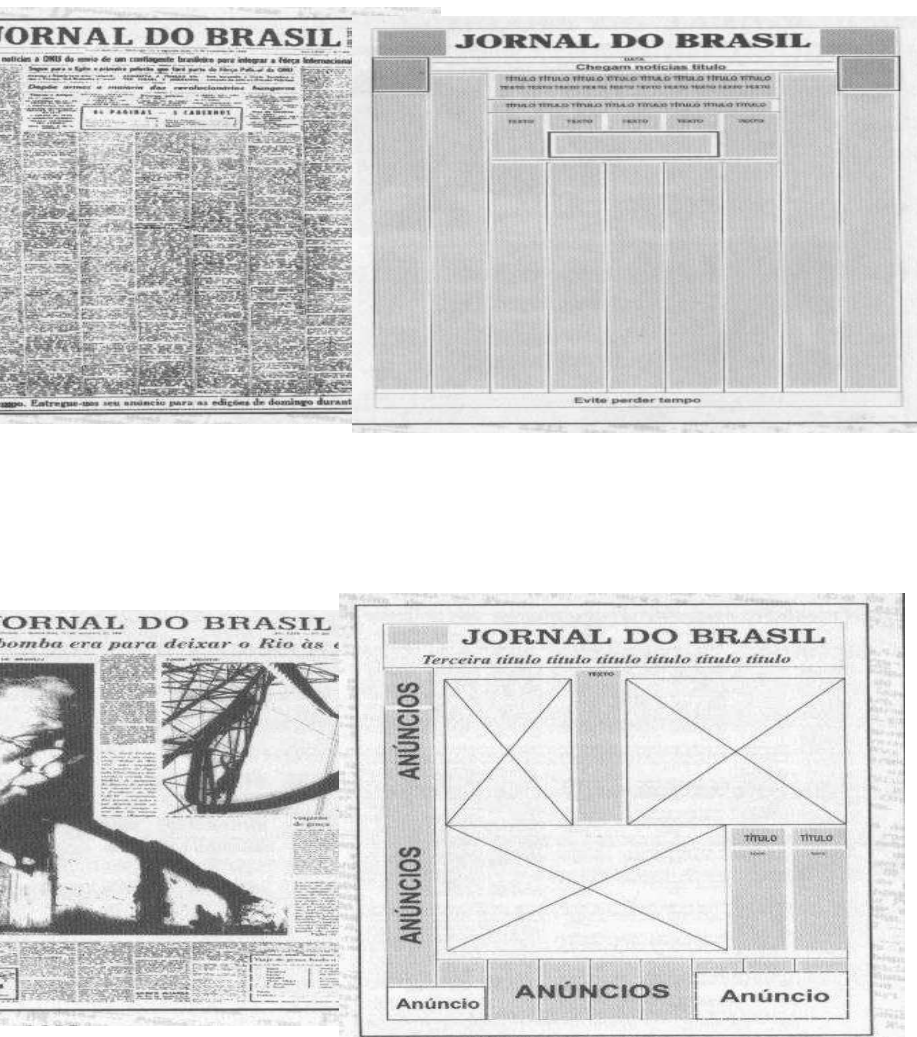


Figura 9 Índice virtual de charges Capas do Jornal do Brasil em 1956 e 1959 (FERREIRA JÚNIOR, 2003, p. 85)

Essas duas capas têm ao lado uma representação gráfica do arranjo de constituição que formulam sua composição. São nitidamente diferentes os processos de arranjo da materialidade textual com os elementos da visualidade aí presentes. Vejamos um comentário do autor sobre essa nova forma de arranjo no Jornal do Brasil:

Passa-se, portanto, de uma “ordem” gráfica acentuadamente simétrica, na qual se tinha uma anulação quase completa das possibilidades visuais do suporte de linguagem, para uma outra realidade em que a disposição da mancha gráfica contemplava um arranjo do qual faziam parte outros componentes visuais (valorização

do espaço da página, utilização do recurso fotográfico, limpeza de adornos desnecessários, por exemplo), tornando mais “orgânicas” as relações entre os subsistemas que compunham a capa do JB (FERREIRA JÚNIOR, 2003, p. 84). (Aspas do autor).

Como se pode notar, a composição de linguagem verbal e não verbal no jornalismo brasileiro não parece algo tão distante assim, os exemplos em tela possuem cerca de cinqüenta anos. O modo como interagimos com a resultante desse novo processo de integração de linguagens, no entanto, instituiu novas formas de nos relacionarmos com as linguagens no jornal e com o modo compósito que os gêneros passaram a apresentar no jornal.

O caso da charge demonstrado em seção anterior desta tese revela exatamente essa possibilidade de associação, de nova construção de sentidos, ou mesmo de estratégia “não explícita” para fazer valer a opinião sobre um aspecto não focalizado no editorial do Jornal O Povo na seção de opinião, em que sempre se atualizam charges nesse jornal.

Com o que interagimos quando nos deparamos com um jornal? Com gêneros que podem ser identificados de modo bastante independente não parece ser a resposta, mais parece que interagimos com gêneros que ocorrem ou funcionam associadamente em seções ou blocos. Na realidade interagimos com uma configuração formal em que os gêneros ocorrem atualizados sob diversos aspectos. Reconhecemos padrões de textualidade na mesma medida em que reconhecemos dado fluxo desse suporte, seja ele temático ou espacial.

Isso nos faz adentrar aos diferentes níveis de interatividade ditados pelo fluxo comunicativo de um determinado suporte, item “b” da configuração formal dos suportes. Esse item se relacionam tanto às limitações interativas de ordem estritamente tecnológica do fluxo comunicativo, quanto à constituição convencionada de uma unidade ou divisibilidade de dado suporte.

As diretivas de letramento não podem passar distantes da organização da configuração formal em um suporte. O modo como interagimos com uma materialidade textual escrita associada a uma não verbal não é exatamente a mesma em suportes que permitem essa dupla possibilidade de atualização de linguagens. No jornal e na internet temos procedimentos interativos e modos de composição que não seguem a mesma “gramática”.

Assim, título e imagem podem formar um índice em uma página web, um elemento referenciador que remete ao lugar onde o gênero charge animada pode ser acessado. O fluxo de um suporte é responsável pela sua divisão, unidade, partição, etc. que pode coincidir com o gênero ali atualizado ou não. Não tínhamos ainda, à exceção do faz Bonini (2005) com o mapa de páginas, uma preocupação com os processos de atualização de gêneros.

A noção de fluxo pode contribuir para as discussões da atualização dos gêneros nos suportes na medida em que, como subcategoria, permite diferenciar espaços físicos ou divisões temporais como unidades representacionais dos suportes, ou seja, as fronteiras dos suportes em que flagramos gêneros, um exemplar ou partes dele.

A ausência de um conceito similar tem feito especialistas denominarem como gênero unidades de divisão de um fluxo, um segmento formal de um suporte, como o que se observa no caso do “gênero” quarta capa. Esse tipo de análise em que um fluxo de um suporte é identificado como um gênero é índice de quanto não se tem observado como se dá o processo de atualização, mais ainda, de como a atualização em um segmento de fluxo espacial de um suporte tem feito com que se conceba como gêneros as suas seções. Aliás, esse aspecto foi nitidamente exposto por Bonini, que evidencia que os jornalistas, muitas vezes, entendem por gênero seções de um jornal que não se configuram assim.

Talvez seja esse encontro entre suporte, modo de organização da materialidade verbal e não verbal, coexistência de gêneros e constituição genérica aproximada que faça com que Bonini conceba o jornal como um hipergênero. A apropriação do conceito de gênero primordialmente baseada numa só diretriz de interação, a da comunidade discursiva, ou esfera de comunicação humana que resulta numa configuração retórica de certo gênero talvez seja a responsável pela ausência de estudos dos modos interativos que estabelecemos, como coenunciadores ou como co-enunciadores, ou seja, como leitores, telespectadores ou hiperleitores, com os diferentes suportes e seus gêneros.

Esse aspecto, que demonstra a natural imbricação que se flagra entre suporte e gênero, ou melhor, entre suporte e uma dada porção do fluxo, faz com que identifiquemos um suporte com a atualização genérica que ali se efetua de modo corrente. Demonstra também que a área de estudos de gêneros não possuía uma metodologia que embasasse a análise de seus exemplares além da avaliação da materialidade verbal.

Nesse sentido, as semioses e os processos de comunicação têm sido vistos como propriedades exclusivas do verbal e isso se dá à revelia do que propõe a ordem metodológica do Círculo para o estudo da língua(gem), uma vez que a comunicação verbal deve sempre ser analisada em sua associação a outras. Se a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, tem-se deixado de avaliar essa situação concreta na análise de gêneros, já que este aspecto estava ausente ao relacionar-se à noção de suporte.

Isso nos remete às variadas funções e valores dos procedimentos de formatação que dizem respeito a ações convencionadas dos procedimentos de formatação aos quais o gênero está submetido, item “c” da configuração formal dos suportes. Esse último elemento da configuração formal deve ser visto em correlação à categoria de fluxo, como se disse anteriormente.

Do mesmo modo que o fluxo identifica a divisibilidade em um suporte, os procedimentos de formatação devem ser vistos como elementos que compõem esse processo de constituição do fluxo. Além de procedimentos de constituição do gênero, há que se observar o duplo formal que o processo de formatação estabelece. Forma no sentido de composição retórica de um gênero e forma no sentido de função interativa por ela estabelecida.

Os padrões de formatação em dado fluxo são elementos solidários dos processos de atualização de gêneros. Assim, no rádio, por exemplo, encontramos um processo de dicção estilística típico desse suporte. Do mesmo modo, na televisão, encontra-se tanto uma dicção homogeneizada quanto uma postura, um *ethos*, que devem ser condizentes com o modo de interação previsto e socialmente estabilizado naquele suporte.

Os recursos de formatação não geram alterações nos gêneros, mas permitem que se identifiquem certos padrões de genericidade, que são aproveitados como moldes formais em que se encapsulam certas construções de gênero. É o caso dos anúncios publicitários que podem se apresentar com a configuração diagramática de uma notícia, estratégia que pretende dar credibilidade ao anúncio ali realizado.

O mesmo se pode dizer de uma piada realizada em um programa de humor que mobiliza um modo de apresentação formal semelhante ao de um telejornal. A quebra de expectativas entre os gêneros que se apresentam nesse formato jornalístico, em correlação ao gênero humorístico que ali se realizará, gera um efeito que se mostra produtivo para o reenquadrar discursivo atualizado pelo programa humorístico que se traveste de jornal televisivo.

Esse aspecto é fecundo e pode contribuir discursivamente de várias formas para as ações de linguagem que dado gênero realiza. Um exemplo disso pode ser visualizado em “O discurso eleitoral sob o enquadre formatador do dispositivo do *mídiun* televisivo⁶²”, realizado por nós em relação aos programas eleitorais gratuitos para o Governo do Estado do Ceará na televisão em 2006.

Certo programa eleitoral gratuito analisado assumiu um formato jornalístico, e seu enunciador-apresentador passou a representar uma posição privilegiada em relação ao contrato de recepção, pois tentava condicionar a recepção do co-enunciador em um determinado posicionamento de “escuta”. Por mais que se possa questionar se um programa eleitoral gratuito é ou não um gênero de discurso, o que se mostra de forma relevante nesse aspecto é que o programa eleitoral gratuito se utilizou de um repórter, (um ator que encarnou esse papel), para buscar na formatação da atividade jornalístico-televisiva, um simulacro que fornecesse, através dos procedimentos de formatação, um valor enunciativo para atividade de linguagem ali realizada.

Os procedimentos de formatação dizem respeito ao modo como os gêneros são atualizados de maneira estabilizada em um suporte. Esses modos são tão variáveis quanto os próprios suportes, mas possuem valores que

⁶² Texto inédito.

aprendemos a reconhecer e a avaliar em razão da relativa estabilidade com que se apresentam nas variadas entidades de acesso. Eles são procedimentos que contribuem para a identificação de padrões, dizem respeito, portanto, a formas que podem remeter a modos de apresentação de um dado gênero ou evento comunicativo.

Fazem parte, portanto, dos signos que constituem os processos interativos e que são utilizados de modo estável na constituição dos processos de atualização por que passam os gêneros nos diferentes suportes. Eles constituem um conjunto de saberes que acompanham nosso processo de interação com os suportes, podendo-se dizer que constituem parte do capital simbólico responsável pelo que se tem chamado na academia de letramento.

CONCLUSÕES

As conclusões relativas à construção do conceito de suporte para análise de gêneros serão divididas em torno das categorias por nós construídas ao longo deste trabalho. Iniciaremos com as ilações relativas à categoria de matéria, depois avaliaremos o alcance da noção de forma, e finalmente a pertinência da categoria de interação.

Da matéria

Ao iniciarmos o terceiro capítulo desta tese, especificamente a seção 3.1, tínhamos em mente responder de que modo a materialidade contribui para a atualização dos gêneros em suportes. Vimos, pela construção da seção, que alguns fatores devem ser observados para que se possa, através de avaliação, afirmar que determinado suporte, a partir das possibilidades materiais, oferece condições à atualização dos gêneros.

A primeira conclusão a que se chega, em relação à construção de determinado gênero em razão da materialidade dos suportes, refere-se às possibilidades de interpretação. Pelo que se viu através da discussão na seção 3.1, um gênero pode permitir uma construção de sentido possibilitada pela valoração material atribuída pelo suporte em que é atualizado.

É o caso das inscrições em placas de bronze ou prata. Nesse caso, não se deve-se compreender a atualização de gêneros em suportes materiais, constituídos de bronze, por exemplo, a partir da compreensão que impõe um modo de interpretação “único” para o fenômeno que ali se realiza.

A interpretação “única” (XAVIER, 2002) está longe de ser apenas uma tentativa de cristalizar as possibilidades interpretativas a partir da materialidade. As interpretações possíveis devem ser avaliadas em torno do que se reflete e se refrata a partir da materialidade dos suportes. Esse duplo, reflexo/refração, é a marca irrefutável da tentativa humana de construção de sentido, que se torna possível a partir da inserção da materialidade no circuito interpretativo em que se realiza a atualização de gêneros.

Reafirmando o que já havíamos dito antes, como outros fenômenos relativos à linguagem, podemos aferir se a mobilização de um valor atribuído a matéria é um fator produtivo ou não no sistema de construção de sentidos, no entanto, tal mobilização não pode ser descartada, ou considerada inexistente, já que ela é perfeitamente flagrável como fato socialmente reconhecível no fenômeno de atualização de gêneros em dadas superfícies materiais.

A continuidade de resposta ao questionamento que se fazia acerca do modo como a materialidade contribui para a atualização dos gêneros em suportes foi focada no estabelecimento da função da materialidade e de como ela se compõe para permitir distinguíveis processos de atualização, que servem a possibilidades interativas diferenciadas. Nesse sentido, a compreensão de que os suportes são entidades de interação e que não possuem a mesma base de registro e acesso permitiu discutir como o processo de atualização refere-se a procedimentos interativos diferenciados.

A descrição das subcategorias materiais que compõem um suporte qualquer, seção 3.2, é uma contribuição que vem fornecer subsídios à confusão descritiva existente atualmente na teoria de gêneros, conforme se pode ver nas proposições de Marcuschi (2003) em suas categorias analíticas, a exemplo do que faz com noções como continentes, serviço, etc. O mesmo se pode dizer em relação à Maingueneau (2001) em relação à confusão que faz em torno da categoria de mídiun e de suporte.

Ao demonstrarmos que os suportes estabelecem um processo de registro e de acesso e ao diferenciarmos esses procedimentos, revelamos que os processos de atualização devem ser vistos como resultante sócio-técnico que estabelece possibilidades interativas. Tais possibilidades tanto devem ser vistas em termos de situação imediata quanto de entorno social mais amplo, aspectos que dizem respeito ao uso do suporte como entidade de interação em que se flagram dadas possibilidades de atualização de linguagens e conseqüentemente de gêneros.

Em razão dessa nova proposição, percebe-se que a função do suporte não é só fixar e mostrar o gênero, como propõe Marcuschi (2003), mas permitir a difusão de um processo comunicativo realizável através da atualização de linguagens e de gêneros. Do ponto de vista material, as possibilidades de difusão são constritores da atualização de gêneros, que são produzidos para um processo de difusão em que a materialidade do suporte, em razão de suas possibilidades de registro e acesso, permite uma atualização oral/oralizada, escrita, imagética, uma combinação entre elas, ou todas reunidas.

A noção de que os gêneros sofrem ajustes em razão do processo de difusão não se centra na caracterização dos gêneros como entidades lingüísticas, mas em razão de os gêneros atenderem a um tipo de interação que se faz possível em razão das condições materiais de registro/acesso e atualização. Desta forma, os suportes atendem a necessidades interativas diferenciadas e elas devem ser levadas em consideração na análise dos gêneros por eles difundidos.

Isso significa dizer que os gêneros servem a propósitos interacionais que se tornam possíveis em razão de dada situação imediata registro/acesso, do mesmo modo que se ancoram em um contexto social mais amplo em que se flagra a utilização de dado suporte. O conceito de matéria para a noção de suporte permite que se visualize como as condições de difusão interferem nos processos de constituição dos gêneros, uma vez que os gêneros são produzidos tendo em vista certa possibilidade de atualização instituída pela difusão em um suporte.

Portanto, a materialidade contribui para a atualização dos gêneros na medida em que permite determinados processos de atualização. As atualizações no rádio, na televisão e no jornal são guiadas por procedimentos de registro/acesso diferenciados; os gêneros criados para esses processos de difusão devem atender às necessidades das práticas interativas possíveis e, mais ainda, estabilizadas nesses suportes.

É devido aos procedimentos de registro/acesso, realizações sócio-técnicas, que dadas práticas interativas se tornam possíveis, como os procedimentos de atualização que se verificam na virtualidade, em que se pode ter interações síncronas escritas. É através das possibilidades de atualização de linguagens e das práticas interativas instituídas ou permitidas que se pode afirmar que os gêneros estão sujeitos a sofrerem influência dos suportes em que se realizam.

Da forma

Pode-se perceber, através da seção 3.3, que o conceito de forma se erige com base na materialidade de acesso de um suporte. O processo de formatação sempre se dará com base nas possibilidades de atualização permitidas por determinada entidade de registro/acesso. Este aspecto permite que se individualizem os procedimentos de análise em relação a cada suporte, contribuição teórica que institui que a noção de forma seja avaliada em razão do suporte específico em que dado gênero se atualiza.

Essa orientação guiou a possibilidade de resposta relativa à maneira como a configuração formal dos suportes pode constituir restrições ou favorecimentos à constituição dos gêneros, questionamento que se vê levantado na seção 3.3. A construção da resposta a esse questionamento foi baseada, então, na noção de configuração, que se mostrou resultante de dois aspectos: as possibilidades técnicas das condições de difusão do suporte e, conseqüentemente, as ações convencionadas de formatação nele realizadas.

A percepção de uma estrutura configuracional nos levou à construção do quadro das condições de difusão, a construção das subcategorias do conceito de forma foi elaborada a partir das três perspectivas que se seguem: a) as possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal; b) o fluxo comunicativo e seus níveis de interatividade e c) os procedimentos de formatação que se realizam em dado fluxo espacial ou temporal.

O ganho heurístico para a área se faz sentir pela possibilidade de se avaliar a contribuição da categoria de forma do suporte como configuração

integral em que a atualização dos gêneros poderá ser avaliada pelo cruzamento das subcategorias arroladas abaixo.

- Através das possibilidades de atualização de linguagens verbal e não-verbal pode-se revelar como a atualização reflete modos interativos diferenciados (entre coenunciadores e co-enunciadores), no quais pode haver um repertório convencionado de inter-relação entre linguagens verbal e não-verbal, aspectos que balizam a atualização de gêneros;
- Através do fluxo comunicativo e dos níveis de interatividade por ele estabelecido pode-se avaliar tanto as limitações interativas de ordem estritamente tecnológica do fluxo, quanto a constituição convencionada da unidade, da divisibilidade, da seqüencialidade em que esse fluxo se apresenta, aspecto que permite olhar para os suportes e seus gêneros através de um critério espacial ou temporal em que se visualize as fronteiras dos gêneros e dos suportes, além de permitirem uma análise “ecológica” da unidade ou das divisões formais e temáticas dos suportes.
- Através dos procedimentos de formatação que se realizam em dado fluxo espacial ou temporal pode-se avaliar a contribuição das variadas funções e os valores dos procedimentos de formatação, ações convencionadas às quais o gênero está submetido.

Esses três elementos da configuração formal dos suportes se revelaram como importantes contribuições para a análise da relação suporte/gênero, na medida em que se afirmam tanto como orientações de cunho teórico quanto metodológico: por meio desses elementos realiza-se um processo de descrição da noção de forma como categoria integrante do conceito de suporte e, através dessa descrição, as análises da relação suporte/gênero são possibilitadas, como foi demonstrado ao longo das seções 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.1, quando avaliamos notícias em jornais e na televisão, charges no jornal e na internet, por exemplo.

Retomando a terceira inquietação responsável pela racionalização teórica construída nesta tese e que questionava qual seria a ingerência da

materialidade e da forma para a interação mediada pelos suportes, pode-se afirmar que uma constituição material apresenta um tipo específico de difusão, no qual se pode visualizar como o registro, o acesso e a atualização são procedimentos que garantem um modo de difusão em que se verifica como se dá determinado processo de interação.

Tal aspecto traz agregado a si a importância de se observar a constituição material dos suportes como construção integrada à noção de forma, elementos solidários e que devem ser considerados como um todo constitutivo da noção de suporte. Apenas para efeitos de descrição e de discretização esses elementos foram separados, mas como se pôde ver na constituição das seções, essas categorias sempre foram vistas em relação à noção de interação que, como categoria, subsume a noção de suporte, última seção da tese a ser retomada.

Da interação

Como o conceito de interação subsume a noção de suporte, e como as categorias de matéria e de forma podem se usadas pela análise de gêneros é o problema que orientou a construção da última seção desta tese. Lá avaliamos o alcance da proposição de como a interação pode ser considerada uma noção de ordem superior à qual o suporte está subordinado.

A noção do suporte como entidade de interação é vista através das proposições do Círculo de Bakhtin, no qual evidenciamos como a ordem metodológica para o estudo da língua(gem) propõe que as formas e os tipos de interação verbal ligados às condições concretas em que se realiza devem ser o primeiro pressuposto a ser analisado.

Enquadrado na noção de interação, o conceito de suporte foi então desmembrado em suas categorias, para que se pudesse retomar como as categorias de matéria e de forma poderiam contribuir para a análise de gêneros. Nesse sentido, pode-se dizer que as orientações dadas anteriormente em relação às categorias de matéria e de forma evidenciam como deve ser a orientação para o estudo da relação suporte/gênero.

Pode-se afirmar, finalmente, que a (re)construção da categoria de suporte aqui empreendida, assim como as categorias propostas para a descrição do objeto permitem a continuidade de pesquisas em análise de gêneros em um patamar mais adequado de análise. Nesse sentido, a tese aqui defendida tem a pretensão de dar uma visibilidade aos suportes a partir de uma conceituação que permita tanto a avaliação dos processos de imbricamento da relação suporte/gênero quanto a desambiguação do que é especificamente relativo ao gênero ou do que é especificamente relativo ao suporte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. **Chat na web**: um estudo de gênero hipertextual. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2003.

ARAÚJO, J. C. A conversa na web: o estudo da transmutação em um gênero textual. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 91-109.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint Ediouro s.d. Col. Universidade de Bolso.

ARISTÓTELES. **Tópicos e Dos argumentos sofisticos**. 4 ed. São Paulo: Nova cultural 1991.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONÍSIO, A. P.; HOFFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo: Cortez, 2005.

BERLO, David K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e à prática. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. São Paulo: Martins Fontes, [1960]1979.

BERNARDINO, C. G. **Depoimento dos alcoólicos anônimos**: um estudo do gênero textual. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2000.

BEZERRA, Benedito Gomes. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. Dissertação. (Mestrado em Lingüística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2001.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. Tese. (Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). CAC. Letras, 2006.

BHATHIA, V.K. **Analisyng genre**: language use in professional settings. New York: Longman, 1993.

BHATIA, Vijay K. Genre analysis today. **Revue Belge de Philologie et d' Histoire**, 75 (3) : Bruxelles, n. 75, 1997. pp. 629-652.

BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. Tese (Doutorado em Lingüística). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1998.

BIBER, Douglas. **Variation across speech and writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. p. 61- 78.

BONINI, A. **Gêneros textuais e cognição**. Florianópolis: Insular, 2002.

BONINI, A. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. **DELTA**. 19:1, 2003, pp 65-89.

BONINI, A. Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal. In CAVALCANTI, M. M.; BRITO, M. A. P. (orgs.) **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza: Protexoto – UFC, 2004.

BRONCKART, J. **Atividades de linguagem, textos e discursos – por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: Editora da UNB, 1994.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

DEBRAY, Régis. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FERREIRA JUNIOR, José. **Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual**. São Paulo: Senac, 2003.

FURLANETO, Maria Marta. Gênero do discurso como componente do arquivo em dominique maingueneau. In. MEURER, J. L .; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs) **Gêneros: teorias, métodos debates**. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LASSWELL, Harold D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: Gabriel COHN (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, [1948] 1978.

LYONS, John. **Linguagem e lingüística**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Universidade Federal de Pernambuco. Texto inédito, 2000.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLVC**. João Pessoa, v. 1, n. 1 p. 9-40, out. 2003.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **História da utilização dos livros didáticos no Brasil: das crestomatias aos PCNs**. Palestra realiza no PPGL da UFC em março de 2003a.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Gêneros emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MACUSCHI, Luis Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentidos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 13 ed. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2003.

MEURER, J. L .; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs) **Gêneros: teorias, métodos debates**. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite e PEREIRA, Maria das Graças Dias. A interação tecnologizada em relações de serviço: um estudo das possibilidades e restrições da tecnologia. **Calidoscópico**. V.3, n. 2, maio/agosto de 2005. p. 118-130.

POLISTCHUCK, I; RAMOS TRINTA, A. **Teorias da comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

SANT'ANNA, Armando. **Teoria, técnica e prática da propaganda**. 6 ed. São Paulo: Pioneira Thomson , 2002.

SHANNON, Claude e WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, [1949]1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SWALES, John M. **Genre analysis** – English in academic and research settings. New York, Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John M. **Re-thinking genre**: another look at discourse community effects. Comunicação apresentada em Re-thinking Genre Colloquium, Ottawa: Carleton University, 1992.

SWALES, John M. **Genre analysis: research genres** – explorations and applications. Cambridge: Cambridge University, 2004.

TÁVORA, A. D. F. **Forma função e propósito no gênero textual mala direta**. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2003.

TÁVORA, A. D. F. **A relação suporte-gênero e o fenômeno da intertextualidade intersuportes**. Comunicação apresentada por ocasião do III Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

VESTERGAARD, T. et SCHRÖEDER, K. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

XAVIER, A. C. **O hipertexto na sociedade da informação**: a constituição do modo de enunciação digital. Tese (Doutorado em Lingüística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2002.